

ANTONIO PAULO DE MORAIS REZENDE

A CLASSE OPERÁRIA EM PERNAMBUCO
Cooptação e Resistência (1900/1922)

Dissertação de Mestrado em História,
apresentada ao Instituto de Filoso -
fia e Ciências Humanas, da Universi-
dade Estadual de Campinas.

Campinas, 1981

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ERRATA

Página	Erro	Correção
5	sufoca-la	sufocá-la
5	habia	havia
11	amior	maior
16	(2) 3\$00 e 5\$00	(2) 3\$000 e 5\$000
23	governo pernambucano	governador pernambucano
26	persuação	persuasão
33	enaltecia	enalteciam
37	pseudo intenções	pseudas intenções
46	contumavam	costumavam
48	frustou-se	frustrou-se
55	paralizações	paralisações
62	pseuda vitória	pseudas vitórias
64	deflagou-se	deflagrou-se
71	negaba	negava
73	mais momentos	maus momentos
79/80	pelo qual	pela qual
80	consequente	consequentemente
88r	paralisação	paralisação
97	fou	foi
100	possa se	possa ser
101	precindindo	precindindo
110	vítima	"vítima"
111	Várias greves no porto	Várias greves ocorreram
114	A greve de 1919 ser	A greve de 1919 deve ser
118	continuamos no fim	continuamos no mesmo fim
120	defeso	defeso
121	Estado	estado
122	que mostrava	que mostravam
123	vicitudes	vicissitudes
149	profissionais	profissionais
152	receosos	receiosos
155	representavam	representavam
158	é na verdade	é , na verdade,
165	a tem	a ter
169	rampam-se	rampam-se

A Rô e Mã,

meus dois amores

Aos companheiros dos primeiros tempos de Campinas (Graça, Vitória e Black), a Michel (presença marcante na construção deste trabalho), aos meus familiares; aos companheiros do Grupão; a Chico e Virgília; a Walteir; todos sempre presentes com seu afeto e solidariedade, amigos do peito.

In memória do mestre Jorge Cahu, o primeiro a me passar uma concepção desmitificadora da História.

" Quando todos gozam, igualmente, dos mesmos direitos humanos, qualquer direito político perde a razão da sua existência. O direito político significa privilégio e desde que sejam todos privilegiados, o privilégio evapora-se e com ele o direito político."

Bakunin

" Yo no vengo a resolver nada.
Yo vine aquí para cantar,
Y para que cantes conmigo. "

Pablo Neruda

" Existe uma concepção de História e existe uma concepção de política que foi construída pelos historiadores e pelos políticos. Eles consideram história e política tudo que eles fazem e não político e histórico tudo que eles não fazem. Acontece uma série de coisas na humanidade e são se vê as transformações políticas e econômicas realizadas por partidos que se consubstanciam ou se cristalizam no domínio do aparato do Estado. "

Fernando Gabeira
(Folhetim, 6/8/81)

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - As primeiras manifestações	16
CAPÍTULO II - Os socialistas e a política de Co- optação	47
CAPÍTULO III - A organização da Resistência	70
CAPÍTULO IV - A Greve de 1919	90
CAPÍTULO V - A Luta Fragmentada	115
CAPÍTULO VI - A Luta Comprometida	146
CAPÍTULO VII - A Questão da Autonomia	165
ANEXOS - I- Ofício da União dos Carvoeiros e ' Resposta ao Ofício	193 194
II- Dantas Barreto e o Operariado	196
III- Manifesto aos trabalhadores de Per nambuco	198
IV- Democracia e sindicalismo	200
V- Aos Trabalhadores do Campo	202
BIBLIOGRAFIA	203

INTRODUÇÃO

" O MELHOR O TEMPO ESCONDE "

(CAETANO VELOSO)

O estudo da formação e prática política da classe operária brasileira, antes esquecido e até mesmo considerado irrelevante por uma História voltada para glorificação da classe dominante, ganhou força nos últimos anos. As discussões e as análises feitas vêm contribuindo para o esclarecimento de certas questões e para queda de certos mitos, proclamados pela memória dos vencedores. Nós vamos tentar, inicialmente, discutir as colocações que são feitas pela produção historiográfica existente. Na segunda parte, explicaremos o encaminhamento e objetivos do nosso trabalho.

Consideramos que toda essa série de críticas à Historiografia é procedente e construtiva, quando enfatiza a excessiva preocupação com o econômico, a falta de dados empíricos, o partidarismo e, sobretudo, quando alerta para a necessidade de não se isolar a classe operária, deixando de lado as suas relações com a classe dominante: sejam essas relações denotativas de uma situação de conflito, comum na sociedade capitalista, entre o operariado e a burguesia, ou de uma política de cooptação que possa causar a falsa impressão que a luta de classes será superada, sem a transformação radical da sociedade. É claro que é inegavelmente importante a situação da classe e as determinações

que ela sofre, contudo não se deve esquecer como essa classe desenvolve uma prática política, não só em função dos seus interesses, como da sociedade como um todo (1).

Estudar a classe operária dentro de uma formação social, exige um conhecimento das limitações conjunturais e estruturais que acompanham a sua luta. Querer mitificá-la, exigir um comportamento político sem analisar as correlações de força, é negar a complexidade que atravessa a luta política. Se a classe operária não age como a força revolucionária da sociedade, conduzida por uma vanguarda organizada em um partido, ela estará descumprindo sua "missão histórica" ou ainda não atingiu o nível de consciência suficiente do sentido do seu papel no processo histórico. Efetivamente, isso é um tipo de colocação que em nada contribui. É preciso salientar que uma classe social, na maioria das vezes, não se apresenta como um todo político homogêneo. Ocorre, também, de haver disputas no seu interior, algo não incomum, com tendências se outorgando o direito de representar os verdadeiros interesses da classe.

A classe operária, na 1ª República era uma classe em constituição que enfrentava inúmeras dificuldades para se organizar e lutar contra os desmandos de uma sociedade extremamente conservadora, onde participar dos privilégios do poder era algo bastante restrito. A sua luta, inicialmente, era

(1) Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael: A Classe Operária no Brasil (1889-1930), Vol.I, São Paulo, Alfa Omega, 1979, na sua Introdução.

contra as pēssimas condições de trabalho, com jornadas de até 16 horas, salários baixíssimos e condições de vida desumanas. Era, sobretudo, uma tentativa de resistir contra os excessos da exploração, do que, propriamente, uma confrontação direta com a classe dominante. Não podemos tomar, portanto, a análise apenas nas bases dos avanços e recuos (afinal qual o significado disso?), de derrotas irreversíveis, mas construir um tipo de análise que nos dê condições para se conhecer a trajetória política da classe operária até o momento presente, sem preconceitos, sem querer obscurecer certos aspectos da sua prática política, por julgá-los, a priori, insignificantes ou atrasados

Dentro desta perspectiva é preciso não entender o papel do Estado como, apenas, o administrador da repressão. Ele não reflete, mecanicamente, os interesses da classe dominante, nem tampouco a dominação política se circunscreve à coerção dos dominados. O Estado está atravessado por contradições de classes como afirma Poulantzas (2). Resumir, portanto, a questão social a uma mera questão de polícia, lembrando a já tão gasta afirmação, é uma generalização que não elucida nada e até mesmo menospreza a própria luta da classe operária, como se ela só fosse vista de outra maneira pelo Estado, depois de 1930. Antes foi, exclusivamente, pau e corda e isso bastou pra mantê-la

(2) Poulantzas, Nicos: L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme. Presses Universitaires, Paris, 1978. Nas 1a. e 2a. partes, Poulantzas faz uma crítica às concepções mecanicistas do Estado.

subordinada e frágil politicamente (3).

Não se deve perder de vista, também, que a tentativa de se compreender a política na "1ª. República" é um passo importante para se desmitificar, inclusive, a tão glorificada "Revolução de 30". Ela ficou parecendo, por muito tempo e ainda continua para muitos, como uma ruptura definitiva com um Brasil arcaico e feudal. De repente, montou-se uma nova sociedade, o Estado transfigurou-se e aumentou seus tentáculos, o processo de industrialização realizou-se e uma avançadíssima legislação social foi formulada(4). Enfim, o Brasil modernizou-se. O que aconteceu antes de 30 incorporou-se a tão massacrada "República Velha" pois um Estado "Novo" surgiu, de fraque e cartola, para contemporaneizar a nação.

- (3) Pinheiro, Paulo Sérgio: "Revisão do Trabalho Industrial no Brasil" (1883-1964), São Paulo, Estudos Cebrap (14), 1975. O autor faz uma crítica aos primeiros trabalhos relacionados com a classe operária, sobretudo em se tratando da fase de formação da classe, nas primeiras décadas do século. Observa, inclusive sobre o problema de repressão, bastante enfatizado quando se refere à ação do Estado diante da questão social, que "não deixa de ser surpreendente que, em relação a uma classe tão incapaz, tão ausente do processo político, o Estado tivesse que empregar uma repressão tão violenta."
- (4) Sobre essa questão da legislação social o importante trabalho de Werneck Viana, "Liberalismo e sindicalismo no Brasil", é bastante esclarecedor, negando o mito de que toda legislação social foi uma outorga bem intencionada do Estado Novo.

Como fazer uma crítica a esta concepção se não esclarecermos certas questões que marcaram a desvalida República "Velha"? Será que houve essa transformação apregoada pelos ideólogos da classe dominante? Ou tudo não passa, também de mais uma construção histórica dos vencedores, multiplicando seus feitos, em detrimento da verdade dos fatos?

Em relação à classe operária, o modelo sindical implantado no governo de Vargas acabou de sufocá-la politicamente. Mas esse modelo não foi algo construído, abruptamente, para se evitar a discussão e participação política do operariado. Houve, no período anterior, a germinação dessas idéias que pode ser esclarecida, em parte, se verificarmos a trajetória e as concepções políticas de alguns ideólogos do "Estado Novo" e mesmo os princípios defendidos pela doutrina social da Igreja, também com suas organizações sindicais nas primeiras décadas do século. A idéia de que, no Brasil, não havia luta de classes, já não era coisa tão nova.

Eram essas considerações mais gerais que tínhamos a fazer sobre a importância do estudo da prática política da classe operária, no sentido até mesmo de reconstrução histórica do período inicial republicano, à partir de uma ótica não legitimadora da dominação burguesa, mas destruidora dos seus mitos.

Entrando, porém, na história do nosso trabalho, quando nos propusemos a fazê-lo, nos defrontamos, inicialmente, com uma dificuldade bem específica: uma historiogra

fia voltada, exclusivamente para o que ocorreu no Rio e em São Paulo. Que "hipóteses" poderíamos levantar para começarmos nossa pesquisa? Não seria um grave erro transpor as questões, mecanicamente, sem ter nem mesmo conhecimento factual da prática política da classe operária em Pernambuco? E nos perguntamos também, se não estaria a Historiografia recaindo na falha anterior de apenas estudar o famoso eixo cafeeiro e suas ramificações mais diretas? Por que não ampliar esse quadro? Por que não apagar impressão de que a História do Nordeste se resume ao ciclo da cana-de-açúcar e aos desmandos dos seus "coronéis"? E sua importância no Brasil República eclipsou-se magicamente?

Não era essa a única dificuldade presente. O projeto do Departamento de História, ao qual estávamos vinculados, tinha como proposta básica o estudo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com uma posição crítica diante dos outros trabalhos existentes. Mas estava, implicitamente, colocado que esse projeto convergia para o estudo do capitalismo no sudeste, visando conhecer mais profundamente o processo de acumulação resultante da cafeicultura. No campo das lutas sociais isso também se refletia.

Não há negar que o Nordeste não usufruiu das vantagens magnas do nosso discutido capitalismo e continua ainda como primo pobre nesse processo de acumulação. Lá está, no entanto, a outra face do processo, mais claramente identificada: as condições desumanas em que vive a maior parte da população, a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria insignificante, mas que são donos do poder. Não há negar que Per-

nambuco continuava a depender do que lhe rendia o açúcar e já ameaçado, naquela época, por um parque industrial que se formava no Rio e em São Paulo. Não há negar sua pouca participação nas decisões do poder central, reclamada pelos políticos e jornais locais, quando o que predominava era a famigerada política do café-com-leite, fórmula mágica que usam os livros didáticos, na sua maioria para explicar a sucessão presidencial, a "grande política" da época.

Sempre achamos, contudo, que a escassez de estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo no Nordeste, a sua estrutura política, as suas lutas, prejudica um melhor entendimento da nossa História, dificulta, também, a formulação de um projeto político de transformação da nossa sociedade e da percepção das suas contradições básicas. Longe estamos de fazer uma apologia a estudos regionais distintos e isolados. Pensamos a História como totalidade e não como um quebra-cabeça que montamos e desmontamos, de acordo com nossos interesses.

Não estaria essa lacuna na Historiografia refletindo também um preconceito político e/ou metodológico? Seria importante que a História do Brasil deixasse de se apenas a política do café-com-leite, a imigração para a lavoura cafeeira, o processo de acumulação no Sudeste, as condições de vida e trabalho em São Paulo. É preciso que tudo isso se articule e seja discutido dentro de um quadro mais amplo e complexo. Não se trata de nenhum exagero ou paranóia nordestina, constatar como o problema da dominação se estende ao campo da produção cultural-científica. E, infelizmente, não é só privilégio da classe dominante que-

rer fazer dos seus interesses, "um verdadeiro interesse nacional".

Diante das dificuldades iniciais, ficou clara, para nós, a necessidade de um levantamento exaustivo de fontes que demonstrasse a viabilidade do trabalho. A partir da efetivação da pesquisa é que se poderia construir uma problemática e delimitar nossos objetivos. Utilizamos-nos da grande imprensa (Recife e Rio), da imprensa operária (Recife, Rio e São Paulo), depoimentos, livros de memórias, Anais da Câmara etc.

Pensávamos, em seguir a periodização tradicional e fazer um estudo que abrangesse todo o período conhecido como "República Velha". Mudamos essa perspectiva, em cima de uma crítica da importância que teve 1930, dentro de uma análise do que foi o movimento para a classe operária, e, também, considerando o resultado das nossas pesquisas que tinha como fim conhecer a prática política da classe operária, em Pernambuco, em sua fase de constituição.

O objetivo do nosso trabalho ficou sendo, então, a análise da prática política da classe operária, em Pernambuco, de 1900/1922 ou mais especificamente a análise das correntes/tendências políticas nela existentes (5). Entendemos

- (5) Resolvemos centrar a análise nas tendências, também em decorrência do tipo de material existente e pesquisado sobre o movimento operário em Pernambuco, basicamente impressas operárias e burguesa. Este material nos permite uma análise mais minuciosa e conseqüente da prática dessas tendências, sem que rerramos afirmar, com isso, que esgotamos as possibilidades de

que essa prática não está divorciada de todo um conjunto de determinações estruturais, mas também rejeitamos a hipótese de que ela seja, fatalmente, diagnosticada, de acordo com o tipo de relações de produção e forças produtivas existentes, por fórmulas mágicas. A História têm suas inúmeras variáveis que, inclusive, lhe dão uma complexidade que faz cair por terra modelos gerais, previamente definidos, como se a realidade fosse um mero reflexo das nossas idéias. Deve ser salientada a especificidade de cada conjuntura histórica estudada e os seus agentes políticos não estão, de forma alguma, predestinados, como se a História fosse um jogo de cartas marcadas.

Tentaremos reconstituir essa prática política, não só a partir do que, talvez, haja de mais evidente (a realização de greves, por exemplo), mas aprofundar nosso questionamento para o que não aparece na superfície da História, às vezes, pelo próprio comportamento ambíguo, diante de certas circunstâncias, dos agentes históricos, com a finalidade até mesmo de disfarçar seus verdadeiros objetivos. É importante quando se estuda a prática política da classe operária, sobretudo no nosso caso específico, onde esses grupos se colocam, muitas vezes ,

pesquisa. Nosso trabalho, por ser o primeiro a estudar o movimento operário em Pernambuco, neste período, significa, para nós, um modesto ponto de partida, inclusive para um projeto mais amplo que pensamos levar adiante: estudar as lutas políticas em Pernambuco, sem mistificações, fazendo contraponto às interpretações "legitimadoras" do "status quo" reinante , para o qual esta nossa dissertação se coloca como concretização da sua parte inicial, com lacunas ainda a ser preenchidas.

explicitamente, como uma vanguarda ou elite dentro da classe, como seus dirigentes iluminados que não se cansam de reclamar da ignorância ou falta de consciência da maioria do operariado, ou dos que estão fora do seu ideário político, desvinculados das suas verdades, não perder de vista como se dá a relação entre a teoria e a prática, entre a intenção e o gesto.

Analisaremos o comportamento das tendências/correntes existentes, sejam elas reformistas ou revolucionárias, surgidas ou não no interior do movimento, vendo não só o momento da formação das suas propostas políticas, mas, também, a maneira como tentaram encaminhar a luta contra a exploração, os obstáculos encontrados, o tipo de organização que defendiam, o eco das suas propostas dentro do movimento, a atuação dos seus principais líderes. Outro fator, sumamente, significativo para entender o tipo de luta praticada por cada tendência, é a análise das suas relações com setores da classe dominante e da pequena burguesia, algo que não foi tão incomum como se pensa. Há, neste período, momentos de total repúdio a qualquer acordo ou apoio a frações da classe dominante, como também contextos em que cisões internas se verificam, dentro do movimento, devido a orientações táticas divergentes que não dão elementos para perceber, até que ponto uma orientação política reformista e atrelada aos interesses da classe dominante leva o operariado a entrar em lutas inglórias e fragmentárias.

Tentaremos acompanhar essa prática ressaltando, inclusive, o contraponto (resistência/cooptação), mostrando que a classe operária, não era um bloco monolítico,

mas que, pelo contrário, foi marcada por disputas, no seu interior, pela sua condução política, que dificultavam, em certos momentos, o avanço da luta e favoreciam a classe dominante, mas que, também, davam elementos para que houvesse amior reflexão sobre o tipo de luta e de organização que eram, na verdade, representativos dos reais interesses da classe, naquela conjuntura. É claro que evitaremos, no entanto, fazer um julgamento político de tal ou qual tendência. O nosso objetivo é compreender a sua prática e as suas consequências dela advinda para a continuidade da luta contra a exploração, sem querer cobrar certo tipo de comportamento, o que nos tornaria um ambíguo e anacrônico profeta "a posterior" da História.

O nosso interesse é efetuar esse tipo de análise, enfatizando que, apesar de todas as limitações e obstáculos (6), a classe operária se fez presente politicamente e não deixou de preocupar, com a sua luta, os chamados donos do poder. A questão social não foi como se afirmou, durante muito tempo, reforçando inclusive o discurso reacionário de Washington Luís, para a classe dominante, apenas uma questão de polícia. As reivindicações da classe operária não foram, exclusivamente, respondidas, através da repressão aos seus dirigentes, às suas manifestações. A luta política é algo complexa e não é com generalizações simplistas que iremos entendê-la. Embora não seja objetivo do nosso trabalho estudar a natureza do Estado ou centralizar a

(6) Nós buscamos, com o nosso trabalho, contribuir para ressaltar certas diferenças existentes entre a atuação política do operariado em Pernambuco, e no Sudeste que estão relacionadas também com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

análise na sua política operária, achamos necessário salientar , mais uma vez, que ele não deve ser visto como um simples comitê ' executivo da burguesia ou pairando acima das classes e das contradições sociais. A dominação política não prescinde de uma estratēgia ideológica em direção aos dominados. Não basta uma classe ter o controle do governo em suas mãos, para se sentir inquestionável.

E, finalmente, recuperar a luta dos dominados, mesmo no nosso caso específico, através da reconstituição e análise de uma conjuntura histórica, praticamente, despreza da pela historiografia, significa, também, mostrar que as nossas ' primeiras décadas de República não consistiram num desfilar de ' "oligarquias" inatacáveis, sem que nada dissonasse. Aliás, a His-tória oficial tenta criar esse mito. O lado negativo para ela é o momento da insubordinação e questionamento do regime. É do seu interesse fortalecer a concepção de que a História se repete, mo-notonamente, sem contradições, mantendo-se o mito da cordialidade e da harmonia social. Ordem e Progresso (Ordem prō-Esso). A Histōria do Brasil parece, assim, composta de uma galeria de bons mo-ços, impecáveis no seu papel de servir à classe dominante, santi-ficados para o bem da memória nacional. E o resto é mera caricatu-ra ou fantoche da tragicomédia burguesa?

Delimitamos nosso trabalho ao perío-do de 1900/1922, em função dos objetivos a que se propõe, como ' também dentro daquela perspectiva questionadora da periodização ' tradicional que, apenas, relevam a dominação burguesa (1889, 1930 1964, etc.). Escolhemos este período em consonância com os resul-tados da pesquisa. Não foi, portanto, algo definido a priori. O

ano de 1900 representa o início da atuação do Centro Operário de Pernambuco, sob a direção dos socialistas, a primeira tendência política a estabelecer-se e estruturar-se no meio operário, quase que em todo Brasil. Esses socialistas iriam seguir caminhos nada revolucionários, mas como é do nosso interesse analisar o porque de tudo isso, os tomamos como nosso ponto de partida.

O primeiro capítulo tenta, justamente, acompanhar a prática política dos socialistas e, também, toda a proposta do "sindicalismo cristão", formulada por setores da classe dominante e que arregimentaram parte do operariado, com o firme propósito de controlar politicamente a classe operária, com seus sindicatos mistos e suas associações beneficentes.

Acompanhamos, ainda, os socialistas no 2º capítulo, no seu período de ascensão, quando praticamente monopolizaram o direito de ser "legítimos" representantes da classe operária, embora estivessem atrelados ao governo do Estado e aos seus interesses. É importante analisarmos este comprometimento, para a verificação dos tipos de impasse que foram eles conduzidos, para que pudessem realizar seu sonho dourado de se fazerem representar na Câmara dos Deputados.

Mas a partir de 1914, com a fundação da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, pelos anarco-sindicalistas, o movimento ganha uma nova força. Os socialistas já não falam, agora, tão arbitrariamente, em nome da classe operária. À medida que a Federação vai estruturando-se, o movimento torna-se mais combativo e autônomo e a área de atuação dos so

cialistas vai ficando mais restrita.

Dedicamos o 4º capítulo, exclusivamente, a análise da grande greve geral de 1919, considerada o momento de maior presença dos anarco-sindicalistas na condução da luta. Foi uma greve que paralisou, praticamente, por vários dias, a cidade de Recife. Aí também, inicia-se a inserção de Joaquim Pimenta, professor da Faculdade de Direito, intelectual com idéias reformistas que vai ter um papel significativo de liderança dentro do movimento.

Depois da greve de 1919, há momentos de fragmentação na condução da luta, colocando-se como ponto máximo de divergência a necessidade ou não da fundação de um partido socialista. Daí a cisão, com setores liderados por Canelas, totalmente, contrários a idéia do partido e os setores ligados a Pimenta e, também, de alguns elementos ligados a Federação das Classes Trabalhadoras, simpatizando com essa possibilidade. É importante ver até que ponto essa divergência afetou a unidade do movimento.

Os dois últimos capítulos tratam de uma conjuntura de lutas bem específicas, com o envolvimento de setores da classe operária, liderados por Pimenta, em questões motivadas por dissidências na classe dominante. Não foi um engajamento uniforme, mas a reação que se fez sentir por parte dos que eram contrários a tal tipo de luta foram pouco firmes. Essas lutas trarão um saldo bastante desfavorável, inclusive uma forte repressão em cima das associações operárias.

Em 1922, os comunistas começam a atuar dentro do movimento operário pernambucano que passa por uma fase de reestruturação. Os anarco-sindicalistas perdem sua força anterior e se segue um período onde prevalece a orientação do PCB que já dá ensejo a novas questões e a construção de nova problemática, não menos significativa, mas que foge aos objetivos do nosso trabalho.

CAPÍTULO I

AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

Se recuarmos à época do Império, encontraremos, já em 1836, a instituição da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco que só vai ter seus estatutos aprovados, em 1882, pelo presidente José Liberato Barros, que mostra bem as dificuldades que enfrentou para funcionar normalmente. Era como afirma José Albertino "uma típica organização gremial de bases artesanais e de finalidades mutualistas" (1).

Mas interessante ainda é que, em 1812, em plena época da escravidão, os trabalhadores do porto entraram em greve, exigindo melhores condições de trabalho. Em 1880, seriam os Tecelões da Fábrica da Madalena, o mesmo acontecendo com os ferroviários e remadores em 1902 e com os estivadores no ano seguinte. Eram greves que exigiam basicamente melhores salários, melhores condições de trabalho (2). Eram movimentos espontâneos, pois a organização da classe operária era bastante precária e a articulação entre seus diversos setores, mais ainda.

(1) Rodrigues, José Albertino: Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia, 1968 pp.6 e 7.

(2) Em 1886, um operário ganhava em Recife, em média, de 3\$00 a 5\$00 diários.

Depois do Congresso Operário Brasileiro de 1906, recomendando a intensificação da luta por uma jornada de 8 horas e por melhores salários, houve uma nova onda grevista em todo país. Em Pernambuco, 1906, duas greves importantes aconteceram no setor de transportes: uma na Cia. Ferro-Carril, promovida pelos condutores e cocheiros que obtiveram acordo com os patrões, através de advogados; a outra no porto, com choques com a polícia, em frente ao edifício do correio, mas que não trouxe nenhuma vitória para os grevistas, apesar de passarem uma semana paralisados.

Aliás, deve ser ressaltada a combatividade dos trabalhadores do porto, setor vital para economia Pernambucana, sobretudo para comercialização do açúcar. Em 1907, fariam uma nova greve, opondo-se a que o pessoal estranho à sociedade União dos Estivadores os substituísse. Foi acordado entre a União e os mestres da estiva, sob pressão, que também os não associados tivessem liberdade ampla nos serviços e que os fiscais da União não ficariam mais a bordo das embarcações. Merecem destaque ainda, os trabalhadores da Ferro-Carril que, em 1908, entrariam em greve exigindo aumento de salário, utilizando-se do Secretário do Estado, Elpidio de Figueredo, como mediador. Conseguiram eles a concessão de oito meias passagens, por dia, para cada empregado e a regularização das promoções semestrais. Se tudo isso foi efetivamente cumprido pela empresa, nos parece difícil. Era prática comum o desrespeito aos acordos estabelecidos, por parte dos patrões, à medida que se voltava ao ritmo normal de trabalho e a desmobilização acontecia.

Mas a grande greve da 1a. década do século iria ocorrer na Great Western, no início de 1909 (3). No dia 09/01, foi entregue ao Sr. Lorimer, superintendente da Great' Western, pelos Drs. José Vicente, Nobre de Lacerda e José Bezerra, advogados dos maquinistas e operários brasileiros da Companhia, ' um abaixo-assinado solicitando um aumento de 20 a 50% nos seus ' vencimentos e reclamando dos privilégios que tinham os trabalha - rores ingleses, diferentemente ao que acontecia com o pessoal da terra. Como a Great nada concedeu, a greve foi deflagrada, para - lisando a Cia., seus serviços, não sô em Pernambuco, mas também ' no Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

A diretoria da Associação Comercial (4), preocupada com os prejuízos, resolve entender-se com o gover nador Herculano Bandeira. Uma reunião é feita, no dia 14, entre ' os srs. Lorimer, Minervino Soares, advogados da Great Western e os advogados dos grevistas em Palácio, não ficando, porém, nada definido. A Associação Comercial telegrafa, então para o Presiden te da República, Afonso Pena, e para o ministro João Calmon, aler

(3) The Great Western of Brazil Railway Co. foi fundada em 1873 , com capital inicial de 300 mil libras, segundo a tabela matriz que acompanha o livro de Ana Célia Castro: As Empresas Estran geira no Brasil (1860-1913), Rio Zahar, 1979, pág. 6.

(4) Associação Comercial era órgão representativo da burguesia ' local e houvera sido fundada por comerciantes ingleses e por tugueses.

tando-os para situação gravíssima em que se encontrava o comércio local. Também os srs. Luís Correia de Brito, pela União dos Sindicatos Agrícola, e Francisco da Costa Maia, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, conferenciam com o governador, solicitando sua intervenção para por termo à greve. Os grevistas recebem manifestações de apoio nos vários "meetings" realizados, inclusive dos acadêmicos de Direito. O movimento é encerrado no dia 23, ficando o governador de intervir junto a Great Western no sentido de atender às reivindicações dos trabalhadores.

Mas, sô em 02/04, os jornais noticiaram que o governador havia decidido em última instância com os "interessados" na questão dos operários da Great Western solicitar aumento de 30% para os empregados de vencimentos inferiores a 100\$000, 20% para os de vencimento entre 100\$000 a 250\$000 e 10% em benefício do pessoal diarista. Cada operário teria também direito a 2 dias de descanso e a 3 passes para si ou pessoas de sua família. Na verdade, a greve causou pânico na classe dominante que, através das suas associações e da sua força política, conseguiu a mediação do poder público. Os prejuízos advindos de uma paralisação na Great deixavam, não sô Pernambuco, mas boa parte do comércio da região afetada.

Que forma de organização prevaleceu nesta fase inicial da luta? Houve algum tipo de ideologia que orientou os trabalhadores e os ajudou a criar associações representativas? Ou foram manifestações de protesto mais caracterizadas pelo espontaneísmo, sem uma conotação ideológica definida, mas apenas com o propósito de buscar melhores condições de vida e tra

balho e não um questionamento direto do sistema político-econômico estabelecido? (5).

Na verdade, as primeiras tentativas de organizar os trabalhadores partiram dos socialistas. O mesmo ocorreu em outros Estados. As influências da 2a. Internacional se fizeram presentes e os primeiros partidos políticos operários demonstram, também, que a presença dos anarquistas só seria sensível a partir de 1906. Em Pernambuco, particularmente, os anarcosindicalistas só despontaram no movimento operário, depois da fundação da Federação dos Trabalhadores, em 1914, e não teve a mesma penetração, quase que uniforme, como aconteceu em São Paulo.

Convém, ressaltar, porém que o socialismo cultivado pelo operariado em alguns dos seus setores, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, não pode ser entendido dentro de uma perspectiva de "pureza ideológica". Uma observação de Alceste de Ambris coloca bem a questão. Diz ele:

" A metafísica imperava soberana e o seu socialismo era mais uma estranha mistura de conceitos evangélicos, de jacobinismo político, de rebelião

(5) Para acompanhamento das greves neste período, nos utilizamos da Almanack de Pernambuco, dos números da Aurora Social, existentes no Arquivo E. Leuenroth (UNICAMP), Biblioteca Nacional (Rio), Arquivo do Estado (Pernambuco), além da bibliografia sobre o movimento operário. (Rodrigues, Edgar: Trabalho e Conflito e J.F., Dulles: Anarquistas e comunistas no Brasil)

impulsiva e até de espiritismo e de positivismo' dogmático comunista" (6).

Aliás, isso vai ficar bem patente ' quando analisarmos os discursos e artigos de João Ezequiel, como ' também, o jornal Aurora Social. É um erro, inclusive, querer compreender, politicamente, o movimento operário da época, exigindo-lhe modelo ideológico coerente, a priori definido, sem conhecer ' a sua prática e o entendimento que se tinha dentro do movimento ' das "teorias revolucionárias". Também, não podemos tornar as pala- vras dos seus setores ditos de vanguarda, como representativas de toda uma classe, que muitos tentam analisar, cobrando um compor- tamento político sempre revolucionário, descuidando de outros as- pectos que não fazem da classe algo fechado, monolítico, sem ci- sões internas, idealmente preparada para transformar a sociedade.

Procuraremos analisar, aqui, a prã- tica política dos socialistas em Pernambuco, pois são, sumamente ' importantes, pelo seu atrelamento posterior à política oficial , pelas suas tentativas de minorar os efeitos das manifestações ' mais combativas de outros setores do operariado. Isso ficará bem claro nos anos de 1911/1917, quando atuarão como "os autênticos " interlocutores e representantes dos anseios da classe operária e, por vezes, até colocando-se como condutores do seu projeto revolu- cionário.

(6) Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael op. citado, pag. 36.

Segundo depoimento de João Ezequiel, no Jornal A República, sobre o socialismo no Brasil, sã em 1890 , com o surgimento do Centro do Partido Operário, com 14.000 participantes e receita mensal de 7000\$000, é que teria início uma organização mais representativa a nível nacional dos socialistas. Ressalta ele, porém, que, já no mesmo ano, os operários do Arsenal da Marinha, da Capital Federal, fundaram a União Operária que teve atuação na queda de Deodoro da Fonseca, auxiliando a formidável greve da Baía da Guanabara, onde, igualmente, perto de 4.000 trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, protestaram contra a não solução dos pedidos por eles feitos, de revogar os artigos 204 e 205 do Código Penal. E afirma ainda Ezequiel:

" Lançada assim a semente, pouco tardou que se iniciasse novo movimento reivindicador, ora baseando-se em princípios religiosos, ora em lutas estêreis, até que em 1888, corporificou-se francamente a aspiração operária, surgindo os primeiros fulgores do Partido Operário que é como diz França e Silva, a encarnação do socialismo científico". (7)

Destaca também Ezequiel a realização dos dois congressos de 1892 e 1902:

(7) As citações são do artigo de João Ezequiel, publicado no Jornal A República, Recife, 08/junho/1912.

"... Do seu funcionamento nasceram as Federações Socialistas de Pernambuco, onde, de simples associações de beneficência operária que eram, encontramos o Centro Protetor dos Operários, fundado em 1900, derramando os ideais modernos na alma operária, elevando a perto de 6 mil o número dos seus associados e irradiando-se por todo interior do Estado; a Federação, confederada ao Centro Artístico Paraibano e a Federação Socialista que conseguiram, brilhantemente, organizar todos os trabalhadores e muitas outras associações de classe em todo o Estado, mantendo-se um serviço de correspondência recíproca " (8).

Assim, começava a se articular o movimento operário, segundo depoimento de um dos seus primeiros organizadores e que, mais tarde, entraria no esquema de cooptação do governo pernambucano Dantas Barreto. Mais interessante é que esse lado da História do movimento operário é, praticamente, desconhecido ou considerado insignificante. Procura-se analisar o papel dos anarquistas, a formação do PCB, no entanto, sem se atentar para as outras correntes existentes e a sua importância, diante, inclusive, das inúmeras dificuldades para organizar um operariado, nos primórdios de suas lutas. Não é nada secundária a necessidade de se fazer o contraponto entre os setores ditos revolucionários e aqueles que optaram pela via reformista, o que nos dá

(8) Idem.

mais condições de entender as razões da escolha de certos posicionamentos, em determinadas conjunturas.

Como funcionava, então o Centro Protetor dos Operários em Pernambuco ? Era, na verdade, antes de tudo um propagandista do socialismo. Nele eram realizadas várias conferências e as comemorações do 1º de Maio. Foi também o fundador do Jornal Aurora Social (9), no dia 01/05/1901, e que circularia até 1907, embora não cumprisse a proposta inicial de ser publicado quinzenalmente. As edições se sucediam de acordo com as dificuldades financeiras que eram imensas.

Trazia como palavra de ordem: "Proletários de todos os países, uni-vos", e a partir de seu Nº 11 foi acrescentada como epígrafe: "A emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos". Era considerado pelo seu principal editor, o mesmo Ezequiel, um grande órgão marxista. Merece, pela sua importância histórica, como porta-voz de uma corrente política, uma análise minuciosa de seus números, que nos vai dar uma visão mais concreta do que pensavam os socialistas e do tipo de luta que pretendiam levar.

Foi, como órgão socialista, um grande divulgador do Congresso de 1902, por ele anunciado com antecede-

(9) Aurora Social tem boa parte dos seus números no Arquivo do Estado, Pernambuco, e no Edgar Leuenroth. Em Pernambuco é onde se encontra a coleção mais completa.

dência. Chegou a publicar, no dia 30/11/1902, o que considerava o programa máximo do Congresso: a necessidade de união do Partido Internacionalista e da organização do proletariado em partido de classe. Via a sociedade dividida em duas classes antagônicas e diagnosticava uma crise agrícola e industrial no Brasil. Quais seriam, então, diante disso, os objetivos imediatos da luta? A propaganda ativa para se criar na classe a consciência da necessidade de um partido, combater o alcoolismo e a ociosidade; lutar por uma limitação da jornada de trabalho. O ênfase era dado à organização do partido da classe, considerado imprescindível para o avanço da luta. Os socialistas pensavam, apesar de toda farsa que envolvia as eleições parlamentares da época, em ter seus próprios candidatos. Mas como cogitar tal tipo de participação, naquela época, sem o beneplácito da classe dominante? (10)

É interessante, diante disso, verificar a importância que eles davam às disputas eleitorais. Em 1902, o jornal aconselhava os operários a se qualificarem eleitoralmente, pois "deste modo abrirã novos horizontes para classe operária", considerada ainda ignorante e desunida. Essa posição se modificarã em 1903, quando os operários foram aconselhados a uma completa abstenção. O jornal achava, agora, que as eleições eram um mito, diante inclusive, da falta de um candidato que expressasse seus interesses de classe. Não havia aĩ, no entanto, uma

(10) Vê o 2º capítulo: "O Socialismo e a Política de Cooptação".

condenação ao processo eleitoral, em si, ou mesmo a uma participação política mais direta, como acontecia com os anarco-sindicalistas. Lamentava-se a ausência de uma representação operária, lamentava-se o caráter fraudulento das eleições, mas não se afastava a possibilidade de um dia a classe ter seus candidatos e fazer-se presente no parlamento burguês. Em 1906, o jornal anunciaria, com destaque a tentativa de se fundar um PS nacional que seria o grande passo para concretização dos anseios eleitoreiros dos socialistas.

Aqui, cabe levantar algumas questões que suscitam as propostas dos socialistas, sobretudo levando-se em conta a própria estrutura política da sociedade brasileira da época e o tipo de dominação exercida pela burguesia. Se em tese ou no papel tínhamos uma constituição liberal, segundo os ideólogos da burguesia, e uma forma de governo republicana, na prática a classe dominante exercia sua dominação baseada na coação e na manutenção dos seus interesses, arbitrariamente. Longe estava de se visualizar o que Gramsci chama de hegemonia, o Estado visto como coação mais persuasão (11). A República liberal não estava acima de quais-

(11) Buci - Glucksman, Cristine, op. citada, pp 21/23. Gramsci definiu o Estado como "Todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, como chega a obter o consenso dos seus governados". Fica difícil, então encontrar o tão famoso consenso que caracteriza o estabelecimento da hegemonia de uma classe, na sociedade brasileira da época. Será que hoje não teríamos a mesma dificuldade?

quer suspeitas, mas na verdade tinha contradições que tornavam, quase que, totalmente, inviável a participação política dos outros setores da sociedade. As eleições eram autênticas farsas e um jogo de cartas marcadas.

Será que os socialistas não percebiam todas essas contradições ou será que admitiam que, naquele contexto, poderiam chegar ao parlamento, sem que concessões fossem feitas à classe dominante, o que tiraria, substancialmente, a representatividade dos seus candidatos? Imaginar uma classe operária organizada, naquele momento, nacionalmente, era algo insustentável, muito menos conceber uma tática política que a levasse, ao mesmo tempo, a vitórias eleitorais e a mantivesse longe dos acenos políticos da burguesia. Isso ficará bem claro quando analisarmos a política de cooptação desenvolvida na época de Dantas Barreto, na qual os socialistas foram co-atores e realizaram seu sonho de ter um deputado eleito.

Essas nossas observações não viriam fortalecer a hipótese de que os anarquistas estavam corretos quando menosprezavam qualquer tipo de participação parlamentar, pois isso seria apenas retrocesso para sua política de resistência e combate à dominação burguesa? Seria a ação direta a única saída para o movimento operário nas primeiras décadas do século, diante das limitações estruturais encontradas?

Não é nosso interesse, aqui, julgar, mas tentar compreender a prática política do operariado em seus diversos momentos. Colocamos essa questão, muito também, co-

mo contraponto aos que acusam os anarquistas de terem uma visão estreita da política da época, conduzindo a classe operária para impasses insuperáveis. Antes de qualquer julgamento precipitado é preciso se conhecer os fatos, sem querer aplicar modelos ou fazer cobranças. A prática política de qualquer classe não está solta ou isolada, mas sofre determinações concretas. Daí, a nossa intenção de reconstituí-la, antes de tecer qualquer crítica a partir de uma concepção de luta pré-estabelecida, para a classe operária, generalizada para as mais distintas conjunturas.

Retornemos à análise dos socialistas. Nos artigos publicados na Aurora Social, fica bem evidente a confusão que se estabelecia em torno do entendimento do tipo de socialismo a que eles se propunham. Ficavam perdidos na exaltação do socialismo marxista e dos princípios cristãos. Alguns, queixando-se das péssimas condições de trabalho encontradas pelos operários, enfatizavam o possível retorno de Cristo "Pra ver aquela vergonha". Outros iam mais além:

" No evangelho do amor, da paz, da liberdade, bebemos os grandes ensinamentos e abrigados à sombra do lema de Marx, façamos enquanto antes a revolução social, uma que trará a Revolução sonhada por Cristo " (12).

(12) Aurora Social, Recife, 01/05/1902

Não se deve, porém, salientar os aspectos negativos desta parafernália ideológica, esses possíveis "desvios" que deixariam os mais ortodoxos perplexos. Podemos, também, observar o outro sentido destas afirmações que, aparentemente, são "idéias fora do lugar" : a maneira revolucionária como eles encaravam o cristianismo, longe da marca reacionária e elitista que lhe imprimia a Igreja, através da sua doutrina social e das organizações operárias a ela subordinadas. Se os socialistas confundiam Cristo com Marx é porque buscavam em suas idéias elementos indicadores de uma nova sociedade, sem a exploração tão característica da sociedade capitalista. É claro que isso, também, refletia algo comum na época, não só dentro da classe operária, mas nos próprios ideólogos da classe dominante. A confusão reinava de uma maneira geral, muito em consequência da falta de clareza dos seus representantes, mas também como decorrência de que importávamos ideologias. Segundo afirma Zaidan, havia um verdadeiro "porre ideológico" (13), mas que não minimizava a importância desta fase da luta. Depois, é sempre bom questionar o significado dos termos "clareza ideológica", muito utilizados para subestimar politicamente aqueles que não se colocam ao lado de certas verdades revolucionárias.

O jornal preocupava-se com sua divulgação, tendo correspondentes no Rio, Alagoas, São Paulo, Paraíba, Minas, Bahia, R. Grande do Sul e algumas cidades do interior de

(13) Zaidan, Michel: "Notas sobre as origens do PCB em Pernambuco (1890. 1930)", Datil, pag. 2 e 3.

Pernambuco. Eram publicadas notícias dos outros Estados, no esforço contínuo de romper com o isolamento e criar condições, embora precárias, para se articular o movimento e fortalecê-lo. Denunciava-se, também, as péssimas condições enfrentadas pelos operários nas fábricas, o rígido controle exercido sobre as suas vidas, mesmo fora dos muros destas fábricas, como no caso da São José que ameaçava dispensar os serviços "dos empregados que não ouvissem missa todos os domingos, que não confessarem, os que forem amasiados e os que compram na feira" (14).

É difícil, no entanto, perceber até que ponto os socialistas exerceram uma real influência na condução das lutas operárias da época, embora a Aurora Social acompanhasse algumas greves, enfatizasse a necessidade de consolidar as associações operárias. Os movimentos ocorridos não nos parece ser produtos de uma orientação previamente estabelecida. Além do mais, o grupo que dirigia o Centro Operário era uma verdadeira "elite" e assim se colocava. Seus objetivos eleitorais não são concretizados, senão em 1912 quando Ezequiel se torna deputado estadual. Eles assumirão, então, posições muito pouco "revolucionárias" e deixaram claras as possibilidades de avanço que teria a classe operária sob a sua hegemonia. Mas isso é assunto para o 2º capítulo.

Em oposição à corrente socialista, que se autoconsiderava revolucionária, estava a Federação Operária -

(14) Jornal Aurora Social, Recife, 31/07/1912.

ria Cristã que tinha como seu órgão propagandista o jornal União Operária. A Federação foi fundada em 1902, sob a presidência do industrial Carlos Alberto Menezes e também se colocava como representativa do operariado pernambucano, sô que as suas propostas mais lembravam, como veremos adiante, a política seguida pelo "Estado Novo" do que propriamente uma tentativa de lutar contra a exploração ou criar uma verdadeira "União Operária". A Federação nasceu de um congresso Católico, onde foi apresentado, pelo deputado Inácio Tosta, um projeto sobre sindicatos agrícolas, cujos principais pontos foram aproveitados, depois, no Decreto 979, de 06/01/1903. Em 1904, também por uma iniciativa da Federação Operária Cristã de Pernambuco, chega à Câmara dos Deputados uma representação em que se expunham a necessidade e as vantagens da organização profissional. Esta representação contava, segundo seu texto, com o apoio de 6 mil operários de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte.

O engenheiro Carlos Alberto Menezes, industrial pernambucano, introduziu nos estatutos da sua empresa, diversas normas de "Cristianismo Social", além disso criou vários serviços de assistência social, cooperativas, organizadas como sociedades anônimas; a Corporação de Camaragibe, um tipo de sindicato misto, exemplo imitado na Fábrica de Tecidos Paulista e na Usina de Goiana. Contou Carlos Alberto com o apoio de elementos ligados ao catolicismo local, como Antonio Muniz Machado, Pierre Collier e de Luiz Correia de Brito, mais tarde deputado Federal (15)

(15) Freyre, Gilberto: Ordem e Progresso, Rio, José Olímpio, 1958
2a. ed., pp 593/594

Se esse tipo de iniciativa da classe dominante era algo "progressista" para a época, não temos dúvidas. Não deixava de ser uma outra maneira de se encarar a questão social, uma tentativa de se antecipar a algumas das reivindicações do operariado e exercer sobre ele um forte controle ideológico, aliado a uma disciplina de trabalho não menos rígida. Isso fica bem evidente se analisarmos as propostas do Jornal União Operária.

O Jornal, de cunho eminentemente cristão, era dirigido por Cirilo Ribeiro. Contava com apoio de associações operárias, na sua maioria de caráter beneficente, destacando-se a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, a que o jornal dedicou toda sua edição de 26/11/1905. Além dela, podem ser apontadas as seguintes associações, tendo ao lado o nome dos respectivos presidentes:

-Sociedade Beneficente dos Empregados no Comércio - Avelino Constantino.

-Associação dos Empregados no Comércio - Manuel Arão.

-Montepio Popular Pernambucano - Francisco Alves.

-Sociedade dos Remadores - Ananias de Almeida.

-Sociedade Beneficente dos Fressureiros - Otaviano Cavalcante.

-Sociedade Italiana de Beneficência - Braz Ferrano.

Defendia o jornal a idéia básica do industrial Menezes: a possível e futura união do capital ao trabalho, negando a contradição maior da sociedade capitalista e acreditando implicitamente na sujeição capital/trabalho, desfazia-se também a necessidade de um pensamento e práticas revolucionárias. Os esforços deviam ser encaminhados no sentido de aproximação, de aprimoramento da dominação burguesa, ao ponto de parecer que se estava no melhor dos mundos. Mas não só se fixava a proposta dos sindicalistas cristãos de Pernambuco, embriagados ainda pelas repercussões causadas pela Rerum Novarum e colocando-se como grandes benfeitores, pois não eram pequenos os seus esforços para organizar "um prolerariado ignorante, mal saído do regime escravo-crático e ainda impregnado de todos os seus vícios" (16).

Não negavam a validade das greves, para exigir aumento salarial, mas ponderavam:

"Pode ser que o salário baixo seja motivado por coisas que escapam aos operários". Enaltecia o espírito de equidade dos operários que "acomodam-se facilmente com explicações sinceras". Com relação ao papel do Estado, aceitavam a sua intervenção na solução dos conflitos entre operários e patrões, "porém nenhuma instituição, nenhuma"

(16) Idem, pág. 594.

lei, fará tanto como a educação religiosa sinceramente cristã". (17)

O jornal incorporou-se, entusiasticamente na luta em favor da Lei dos Sindicatos Profissionais. O projeto desta lei, encaminhado pela Federação Operária Cristã de Pernambuco, coincidia com toda proposta da União Operária. Sobre o sindicato, por exemplo, achavam que podiam:

" Ser misto ou paralelos, constituídos por patrões e operários, quando identificados no mesmo pensamento do bem geral, respeitadas os direitos recíprocos e resolvida de modo calmo e justo, todas as questões que possam suscitar", mas podiam "ser autônomos, constituídos somente por operários, quando os patrões se recusarem a União. Neste caso ainda a União dará aos operários a força de impor o que for justo de exigir atenção para suas reclamações fundadas no direito e na razão".(18)

Sobre o modelo sindical afirmavam '

(17) Existem números do Jornal União Operária na Biblioteca Nacional, do qual nós utilizamos para analisar o pensamento dos sindicalistas Cristãos. -União Operária, Recife, 06/03/1906.

(18) Idem, 06/06/1906.

que :

" Em vez de uma grande variedade de associações ' de tipo e moldes diversos, todas as classes se or ganizarão segundo um sō modelo: sindicato profissio- sional, que vem dar a profissão o seu caráter de instituição social, que o Estado deve cercar de ' todas as garantias, estabelecendo os moldes ge- ' rais dentro dos quais os profissionais das diver- sas profissões deverão se associar para o estudo ' e a defesa de seus interesses comuns". O sindica- to profissional deve "abranger todas as manifesta ções da vida operária, sua família, na vida da in dústria, na vida social e até em suas relações ' com a grande coletividade humana". (19)

A participação política dos sindica tos fica, explicitamente, esquecida pois:

"...ao torno deste sindicato, sob seus auspícios, florescem todas as associações de ensino e de edu cação, de previdência e de mutualidade, de coope- ração, as cooperativas de todo gênero, as caixas ' de socorro, as instituições de previdência que ' protegem e amparam a velhice e a invalidez, as es- colas e as bibliotecas etc...." (20)

(19) Idem.

(20) Idem.

Na verdade, neste artigo sobre o projeto dos sindicatos profissionais, inspirado no "socialismo cristão", a intenção de desvincular o operário de qualquer discussão política, de acomodá-lo, transformando suas associações em meros órgãos de assistência social, de fazer do sindicato um autêntico controlador ideológico, afastando qualquer menção à luta de classes, harmonizando as relações entre operário e patrão, é bastante clara. Tudo, praticamente, sob a orientação da classe dominante, tirando da classe operária qualquer possibilidade de criar sua própria identidade e avançar na luta contra o capitalismo. Era um sonoro amém à ordem estabelecida.

Mas este tipo de proposta foi bem aceita no Congresso Nacional, quando da formulação da Lei 1637, de 05/01/1907. No seu artigo 89, por exemplo, se prevê a fundação de sindicatos integrais, isto é, os que "se constituem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a diminuir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho" (25).

Não nos foi depois estranho encontrar nos vários artigos escritos pelos ideólogos do Estado Novo, na defesa do corporativismo e da harmonização dos interesses das classes, menções elogiosas à doutrina social da Igreja. A Rerum Novarum

(21) Rodrigues, José Albertino, op. citada, pág. 51.

foi fonte primeira de muita gente defensora da ordem social, da submissão passiva do explorado ao explorador e que, forjando o mito da índole pacífica do povo brasileiro, procurava mascarar as contradições sociais e impedir a organização combativa dos trabalhadores. Acrescenta-se a própria legislação social sufocante, a fabricação de uma ideologia que transformava o Estado no paternal dirigente dos trabalhadores.(22)

A Igreja colaborou decisivamente, neste período, no sentido de manter a injustiça social, acobertada pela força da religião e pelas pseudo intenções de, através da sua intervenção nas associações operárias, favorecer mudanças nas péssimas condições de vida e trabalho enfrentadas pelo operariado. Na verdade ela apenas reforçou a dominação burguesa, obstaculizando mais ainda a radicalização do conflito. Fazia o jogo dos patrões, seus grandes parceiros.

Nossa análise ficaria incompleta se não discutíssemos aqui o artigo de João Ezequiel(23), criticando a famosa corporação de Camaragibe, fundada por Menezes. Em artigo escrito, no jornal A República, 09/01/1913, motivado por uma polêmica que travou com o padre Heliodoro Pires, Ezequiel desmistifica toda a proposta deste tipo de associação, encarregada de desenvolver o espírito de fraternidade entre os operários, esclarecendo seu verdadeiro conteúdo e o objetivo: aumentar o controle dos patrões sobre os operários e afastá-los de uma forma de organização combativa.

(22) Pesquisa feita nos boletins do MTIC, para convênio UNICAMP-FINEP

(23) Toda análise é feita em cima do artigo de Ezequiel que quase transcreveu todo o regulamento da Corporação.

A corporação baseava-se na valorização das multas. O operário só podia retirar seu bônus cooperativo em três casos: quando atingisse 50 anos de idade, com mais de 20 anos de trabalho na fábrica e pela retirada do titular da fábrica. Em qualquer outra situação a sua saída da empresa significava a perda de tudo que havia contribuído e que correspondia a meio dia por mês, contado pelo salário e jornal e pela média do salário peça, calculado pelo gerente.

Mais interessante ainda é a instituição de um salário chamado família, bem diferente do modelo atual, consistindo no fato do chefe de uma família que trabalhasse na fábrica, ser o único a receber o salário de todos os membros dela componentes e também operários. O controle chegava ao ponto de o conselho cooperativo ser composto de um presidente (o gerente), vice (o engenheiro ajudante), um presidente de honra (o superior capelão) e vinte conselheiros dos quais dez eram eleitos e os restantes nomeados pelo gerente.

Quanto aos acidentes de trabalho, eles eram considerados moléstias privilegiadas. Ficavam excluídos de auxílio da corporação, no caso de assistência médica, aqueles que nela entrassem com mais de 60 anos ou aqueles que contraíssem moléstias "por vícios", desordens, embriaguez, extravagância e desmando. Os enterros eram regulados de acordo com o salário de cada um. Enquanto, o operário que ganhava mais de 5\$000 diários tinha o direito "a caixão forrado de sentineta, de cor própria, com guarnição de papel dourado ou prateado", o que ganhasse menos de 3\$000 tinha o direito "a caixão forrado de chita preta, sem guarnições, com alguns enfeites de papel dourado" em discriminação implacável

que nem aos mortos perdoava.

Ezequiel enfatiza, na sua crítica, o caráter substancialmente religioso da corporação, citando inclusive o artigo 37, do seu regulamento: " A corporação sendo, essencialmente cristã, terá um padroeiro que será o sagrado coração de Jesus, cuja festa celebrará com brilhantismo e sua conta, como uma homenagem a Deus e a Santa Igreja Católica". Além disso, toda reunião semestral da Assembléia Geral era precedida de uma missa. Mas não fica sô no que acima mencionamos, essa experiência de controle da classe operária, inspirada no tão decantado "socialismo cristão".

À crítica de Ezequiel, por demais , pertinente, pode-se ainda acrescentar que a Federação Operária Cristã propunha-se, filantropicamente, a melhorar a situação social dos homens do trabalho, não admitindo, porém em seu seio, pessoas que fizeram parte de uma associação popular. Uma das funções da Federação era ligar entre si todas as associações operárias e patronais:

" As associações que contarem diversas categorias de membros, patrões, operários, negociantes, senhores de engenho, membros honorários, os delegados serão escolhidos, tanto quanto possível, de cada uma dessas categorias " (24).

(24) União Operária, Recife, 06/06/1906.

Uma forma de controle, realmente, bem estruturada, com bênção total da Sta. Madre Igreja. Seria possível pensar na luta da classe operária organizada em "sindicatos cristãos"? Como poderia ir de encontro a tal tipo de dominação, coordenada no sentido de submetê-la a uma exploração legitimada pelos representantes oficiais da Igreja? Muito pior ainda é que esse tipo de associação, além de dificultar o avanço da luta e de novas formas de organização, verdadeiramente, combativas, desarticula e fragmenta a classe. Ideologicamente, sustenta a moral da exploração, disfarçada no sentimento de caridade e do amor ao próximo.

Realmente, o contexto da primeira década do século era desfavorável de maneira ampla ao operariado. Já havia um esboço de legislação social que era letra morta. Em Pernambuco, especificamente, só depois de 1914 é que movimento vai ganhar um novo alento. Os governadores se sucediam, seguindo apenas uma política de favorecimento total à classe dominante. Se na política prevalecia a marca do autoritarismo e do pouco interesse pela causa pública, Pernambuco passou nas últimas décadas do século XIX, por mudanças importantes no processo da produção açucareira, com o fracasso dos engenhos centrais e instalação das usinas de açúcar, com incentivo do governo do Estado (25).

Muitos "senhores de engenho", antes também, produtores de açúcar, passaram ser fornecedores de matéria-prima. Seus lucros, conseqüentemente, diminuíram e eles, muitas ve-

(25) Sobre esse processo de instalação das Usinas em Pernambuco, ver os trabalhos de Paulo Henrique Martins, Maria Nazareth Wanderley Gadiel Perruci, e Gileno de Carli, citados na bibliografia final.

zes, se encontravam encurralados financeiramente, ao ponto de ter ' que arrendar ou vender suas terras para outros senhores, os da produção. Houve, efetivamente, uma cisão no grupo dominante, agravada, sobretudo, quando se ia definir o preço da cana. Além disso, a propriedade da terra significava poder, perdê-la seria correr o risco' de marginalizar-se politicamente, afastar-se do núcleo de decisão.

Apesar, no entanto, do processo de modernização, na produção açucareira, não ter proporcionado o surgimento de uma elite política mais progressista, conservando, praticamente, a mesma estrutura de dominação, não se pode negar que favoreceu a concentração fundiária e emigração de trabalhadores para as cidades em busca de novas oportunidades. Cabe perguntar, então, que tipo de mercado de trabalho se formava para atender o novo sistema de produção que surgia? Segundo Paulo Henrique Martins não se podia falar na organização de um mercado de trabalho:

" Nas condições materiais e sociais em vigor, pelo simples fato de não haver uma rede de estradas eficaz para deslocamento dos trabalhadores até o local da plantação. O transporte do açúcar das usinas até Recife, onde ele era distribuído, realizava-se pela via fluvial ou marítima. A fixação do homem na terra foi uma consequência natural das condições históricas da agricultura açucareira da época" (26).

(26) Martins, Paulo Henrique: "L'Etat, le capitalisme et la structure du pouvoir au Brésil, jusqu'à 1930", mémoire apresentada a Universidade de Paris I, 1979, pp. 100/115, onde ele fala da chamada "Revolução Industrial Açucareira".

Por outro lado, o número dos desposuídos, daqueles que iriam tentar a sorte em Recife aumentou, sofrendo a cidade um crescente "processo de urbanização", com seus alagados invadidos, seus mocambos multiplicados pelas esperanças de novas e melhores condições de vida, dos que vinham do campo, acreditando nos sonhos de prosperidade, criados pelos mitos que mascararam as condições de vida precárias das metrópoles da época.

Com todas as suas limitações "a industrialização do açúcar contribuiu para o aparecimento de indústrias em Recife ao: criar mercado de bens de consumo, ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural, com a consequente expansão da economia de mercado em detrimento do setor de subsistência; ao expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir em Recife, verdadeiro Exército de Reserva; porém restringiu severamente a formação do mercado interno: ao tornar, contudo, mais regressiva a repartição de renda, acarretando com isso a queda do consumo; substituindo o trabalho por capital na produção açucareira diminuindo o nível de emprego" (27).

Em Recife, os estabelecimentos industriais predominantes eram os que atendiam às necessidades de consumo. Recife era centro de uma região para onde convergia muita gente em busca de novos horizontes, tanto no setor econômico, como cultural. Seu crescimento, nas primeiras décadas do século, foi, relativamente, significativo. Em 1900, tinha uma população de 113.106 pes

(27) Singer, Paul: Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Nacional, 1969, pp 330.

soas, passando para 238.843 em 1920. Antes de 1900, haviam sido instalados cerca de 113 estabelecimentos industriais, enquanto entre 1900 e 1909, mais de 33 iniciaram suas atividades (28).

Toda essa digressão é importante para se conhecer em que condições concretas o operariado levava a sua luta. As relações de produção ainda eram marcadas pelo paternalismo, numa sociedade onde o trabalho manual era visto com desprezo e a economia estava concentrada nas mãos de umas poucas famílias majoritariamente ligadas ao setor açucareiro. Recife era centro comercial importante, mas a economia pernambucana dependia bastante dos sucessos do açúcar que, já, em 1904, era produzido praticamente para atender às necessidades do mercado interno brasileiro.

É claro que tudo isso dificultava o avanço da luta do operariado, uma melhor articulação entre seus diversos setores. As determinações não se dão, mecanicamente, ao ponto de afirmarmos que, para tal tipo de relações sociais de produção e ou tal tipo de forças produtivas, teremos conseqüentemente um operariado mais ou menos consciente e combativo (29). A constatação de que setores da classe operária estavam subordinados às cor

(28) Perruci, Gadiel: A República das Usinas, Rio, Paz e Terra, 1978, pp.137 e 138.

(29) Thompson, E.P.: Tradicion, Revuelta Y consciencia de clase, Barcelona, Crítica, 1979. Em um dos ensaios publicados nesta antologia, "Lucha de clases sin clases?", Thompson faz excelentes colocações sobre a questão da consciência de classe, com as quais concordamos. Vê sobretudo pp. 33/39.

porações e às sociedades beneficentes dirigidas pelos "socialistas cristãos" e de que os outros socialistas, fundadores do Centro Operário, não tinham conseguido um maior avanço das suas propostas, fica mais compreensível diante do conhecimento das determinações estruturais da sociedade da época. E nos leva a concluir que as poucas greves ou manifestações de protesto que houve contra a exploração visavam o atendimento de reivindicações de caráter corporativo, sem uma articulação mais evidente entre as diversas categorias e sem matizes ideológicas definidas.

CAPÍTULO II

OS SOCIALISTAS E A POLÍTICA DE COOPTAÇÃO (1911/1914)

A análise da atuação dos socialistas, neste período, nos remete, diretamente, para a compreensão de certos aspectos ligados a chamada "grande política burguesa". Os socialistas andaram tão compromissados com o governo Estadual, inclusive como seus propagandistas, que se torna indispensável conhecer certas nuances do processo que levou Dantas Barreto a ocupar o cargo de governador de Pernambuco e desenvolver um tipo de política, um tanto inédita na época, mas bem representativa de certas mudanças ocorridas no centro do poder.

Inegavelmente, a campanha presidencial de 1909/1910 quebrou, um pouco, com o monótono revezamento feito entre Minas Gerais e São Paulo. Hermes da Fonseca, apresentado como candidato da situação, e Rui Barbosa, como seu opositor, deram uma certa polarização a disputa que, antes, ficava restrita a apresentação de um único candidato. Criou-se um clima de maior interesse e Rui apareceu como o representante dos setores ditos mais progressistas da sociedade, vinculados a classe dominante e a uma pequena-burguesia urbana que começava a crescer. Aparecia como defensor da liberdade, do respeito à Constituição e seus discursos rebuscados tiveram certa ressonância. Nenhuma proposta, porém, que mostrasse preocupação com a questão social e levasse, em consideração, os sérios problemas que dela adivinham.

Hermes tinha a seu favor a máquina eleitoral do PRC, acostumada a falsificações de atas e resultados. Além do mais, significava o ressurgir de uma participação mais direta dos militares na política. Mas é bom não se exagerar quanto ao contraponto enfatizado pela campanha (civilismo X militarismo) nem é bom superestimar o conteúdo liberal dos discursos de Rui e seus protestos legalistas (1).

A vitória coube a Hermes, o que não causou surpresa. O próprio Rui afirmou certa vez: "O congresso não apurará, elegerá o marechal Hermes". Na verdade, quem estava ao lado do governo, dificilmente perderia as eleições, pois não havia limites para os fraudes e pouco se podia fazer contra essa prática que fazia das eleições um jogo de cartas marcadas. A vitória de Hermes não deve ser vista como a chegada dos militares ao poder como uma força autônoma. A sua candidatura não foi imposta pelos militares, mas muito ligada às manobras de Pinheiro Machado, o grande articulador da sua campanha. O que vai nos interessar, aqui são as repercussões desta vitória, na política pernambucana, através dos salvacionistas, preocupados com as "oligarquias" regionais

(1) Alguns intelectuais ditos liberais contumavam defender que o que fazia as coisas irem mal no Brasil da época, era a incompetência dos seus governantes e o desrespeito às normas jurídicas. Mudando-se os homens, respeitando-se a constituição, as coisas se transformam. Essa crença na força da lei, por si sô, nos lembra uma afirmação: "Todos são livres e iguais perante a lei, a condição de que sejam ou venham a ser burgueses..." Poulantzas, Nicos : op. citada, pág. 99.

e com a purificação das instituições republicanas. Estes salvacionistas "buscavam a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade" (2) e representavam tendências existentes, dentro do exército, preocupadas em restringir o poder político da classe dominante, sobretudo, no Nordeste.

Em Pernambuco, até 1911, Rosa e Silva e seus aliados faziam e desfaziam, a praticamente 15 anos, elegendo todos os governadores e monopolizando a política local. Dantas Barreto, Ministro da Guerra, foi apresentado pelo PRC, numa frente composta por elementos oposicionistas do Estado, para candidato ao governo pernambucano em 1911. Rosa e Silva que, sempre, se colocava distante dos confrontos, preferindo indicar pessoas de sua confiança, resolveu enfrentar o general salvacionista, diretamente.

A vitória de Dantas aparecia, certamente, impossível. Os jornais criticavam sua inexperiência política e o presidente Hermes procurava ficar equidistante da campanha e Rui Barbosa alegava, com razão, que a candidatura de Dantas era ilegal. A Constituição de Pernambuco exigia, realmente, que o postulante ao governo tivesse residência no Estado, pelo menos oito anos antes das eleições. O general há muito que deixara sua terra, mas também, embora senador por Pernambuco, Rosa e Silva pouco tem-

(2) Fausto, Boris: "A crise dos anos 20 e a Revolução de 30", em Brasil Republicano, Vol.I, São Paulo, Difel, 1977, pp.406/407.

po passava, nas suas "bases". Mais uma vez, a confiança de Rui na frágil força da lei frustou-se.

Outra posição, questionadora da candidatura dantista, está formulada no editorial do Correio da Manhã, transcrito no Jornal Pequeno:

" Mais de uma vez temos assinalado as inconveniências de um militar feito político adventiciamente, pelo único prestígio de seu uniforme. Aqueles que pretendem abandonar as armas, para se dedicarem a política têm o recurso fácil da reforma. Por que não agiram dessa maneira os que depois do advento do Mal. Hermes se julgaram fascinados pelos cargos de eleição? Por que há de o Sr. Dantas Barreto jogar os seus bordados numa luta livre em que o Sr. Rosa e Silva joga o prestígio tradicional do seu partido?". (3)

Por outro lado, a campanha invadia as ruas, indiferente às elucubrações da imprensa e às manobras dos políticos. Os choques entre dantistas e rosistas eram frequentes, ainda mais agravados pelos boatos que corriam de uma possível intervenção federal. Dantas desembarcou em Recife, 12/10/1911 resolvido a dar maior impulso a campanha, recebido com festa e por

(3) Jornal Pequeno, Recife, 29/08/1911.

multidão, calculada em mais de 20 mil pessoas. O clima de tensão aumentou exigindo a presença de novos contingentes do exército.

Rosa e Silva ia ficando cada vez ' mais isolado. De todos os setores surgiam mensagens de solidariedade a Dantas Barreto: Acadêmicos de Direito, Associação Comercial, operários da Great Western. Dantas não fugia a esses contatos, dando a sua campanha um respaldo popular. Visita a Fábrica de Tecidos Paulista, sendo homenageados pelos operários. Frederico Ludgreen, dono da Fábrica e industrial de grande prestígio, ' apoia Dantas incondicionalmente, oferecendo, inclusive, colocação na sua Fábrica de Tecidos, aos operários que optassem pelo geral e se sentissem pressionados nos seus locais de trabalho.

Os empregados da Great Western, em nota dirigida aos companheiros, comunicaram,

" estar à disposição um trem especial devidamente ornamentado, postado na Rua do Sol e composto de 10 vagões que os levarão para participar de ' mais uma homenagem ao Incólito gel. Dantas Barreto.... Gentes senhoritas trajando branco e tendo fitas auriverdes serão portadoras do mimo que os mesmos empregados vão oferecer a sua excelência" (4).

Também, os trabalhadores do porto, um grupo de empregados da limpeza pública, os fressureiros fizeram suas manifestações de apoio.

(4) A República, Recife, 31/10/1911.

Constituía-se um novo quadro que se contrapunha às antes monótonas campanhas eleitorais. Os salvacionistas não tinham um programa político definido, mas contavam com apoio popular para fortalecer sua luta contra as "oligarquias". Era mais uma forma de pressão, de demonstrar a insatisfação geral diante das ineficazes administrações anteriores. Em Recife, se viu "os senhores de engenho, que, antes, só cuidavam dos seus canaviais e bangues, usineiros, industriais, comerciantes que nunca se haviam preocupado com a política, operários de fábrica, trabalhadores de campo empregados do comércio, classes liberais, estudantes, funcionários públicos, inclusive anciãos aposentados, sem mais ambições na carreira burocrática" (5), mobilizados em torno de Dantas.

E a vitória de Dantas, antes impossível, concretizou-se, garantida pelas pressões das forças do Exército, sitiadas em Recife (6). Foi uma verdadeira tragicomédia política, a partir da fuga do governador em exercício para Barreiros, reclamando da parcialidade do Exército e acusando Dantas de ditador.

(5) Pimenta, Joaquim; "Retalhos do Passado", Rio, Coelho Branco, 1949 pág. 132. Pensar a vitória de Dantas, com o poder de manipulação de Rosa e Silva, era difícil, mas embora Hermes se mostrasse equidistante, a sua presença como presidente, deu respaldo a Dantas. No Congresso Estadual, por exemplo, só 3 deputados apoiavam general, posições depois modificadas.

(6) Discurso pronunciado em 11/05/1912 que se encontra no volume dos Anais da Câmara, do referido ano - Artur Muniz. onde o autor fala da participação do Exército.

Os congressistas, pressionados, reuniram-se com o comparecimento de apenas 15 deles que decidiram proclamar Dantas vitorioso, com 19.523 votos, contra 18.356 de Rosa e Silva. Curvaram-se ao "veredicto das urnas", segundo Osvaldo Machado, mas receberam do povo a cèlebre alcunha de estampilhas, pela facilidade de que tinham em aderir às situações mais proveitosas.

Pensar, portanto, a derrota de Rosa e Silva, sem o apoio militar que Dantas recebeu era mesmo difícil pelas próprias bases em que estava sedimentada a dominação política. Pensar, também, a presença dos socialistas, atuando ao lado do governo, se continuassem os rosistas era pouco provável. Essa mobilização em torno de Dantas iria deixar suas raízes e sua busca de apoio popular não ficou restrita ao momento da campanha eleitoral. Os socialistas se apresentavam como interlocutores ideais para esse tipo de política e encontrariam espaço no governo dantista.

O Recife era, por esta época, uma cidade em crescimento. Sua população diversificava-se (7). Não se

(7) "A Revolução tecnológica ocorrida na produção açucareira do Estado provoca em Recife uma aceleração de atividades comerciais e industriais As razões da concentração comercial e industrial em Recife pareciam simples: um grande porto que atrai todo o comércio exportador e importados, operações financeiras concentradas na capital regional e um mercado de consumo em relativa expansão, num interior de indústrias, uma rede de transportes em forma de leque e cujo centro é formado pela cidade, num imenso reservatório de mão-de-obra barata, inchado pela abolição dos escravos e pelo êxodo rural". Perucci, Gadiel: "A República das Usinas", Rio; Paz e Terra, 1978, pp. 138/139.

pode negar que tudo isso se refletiu também na campanha de 1911. A insatisfação geral de todos ajudou na formação de uma frente política. A idéia de que Dantas seria o salvador do Estado, solucionando seus inúmeros problemas, foi bandeira desfraldada, mesmo durante o seu governo. As passeatas e os "meetings" continuaram, criando uma mobilização incomum no passado político ligado aos governos rosistas. Esta preocupação de mostrar-se sensível às necessidades do povo, não escondia as suas próprias contradições. Como efetivar promessas se Dantas foi ajudado e governava ao lado de políticos representativos da classe dominante, tão elitistas e conservadores como eram os partidários de Rosa e Silva ?

Não vamos embarcar com Pimenta que chega a afirmar que inexistiu repressão ao operariado neste período (1911/1914) (8). A História não é feita apenas pelo que a ideologia do vencedor reproduz, pela falsa transparência que tenta impor a memória dos vencidos. O governo de Dantas aproximaria-se de setores da classe operária, não para lhes propiciar momentos de decisão no bloco do poder, mas muito pelo contrário, para tê-la ao seu lado submissa, usando-a para dissimular o contraponto, falando em seu nome, assumindo, aparentemente, uma posição favorável as suas reivindicações (9).

(8) Segundo Pimenta, Dantas "fora daquela geração de jovens oficiais do Exército que tivera em Benjamim Constant o seu oráculo, sendo adepto do positivismo de Augusto Conte". Pimenta, Joaquim: "Retalhos do Passado", Rio, Coelho Branco, 1949, pág. 150.

(9) Dantas tentou imprimir maior dinamismo a administração pública: pagou os salários atrasados dos funcionários públicos, valorizou as apólices do governo, promoveu o recenseamento geral, reformulou o ensino público etc.

E nas tentativas do governo em aproximar-se do operariado, uma teve pleno êxito. Através do Jornal A República, do 22/05/1912, surgia a coluna operária, tendo como seu redator principal João Ezequiel, socialista, membro do Centro Operário de Pernambuco. O tipógrafo Ezequiel juntou-se aos dantistas para, segundo ele, "pugnar pelo operariado, indicar-lhe o caminho a seguir, combater os erros e os vícios da atual organização operária agir fortes pela consciênciade que estaremos severamente cumprindo o nosso dever e mais fortes ainda pelo apoio dos bem-intencionados..."(10).

Os seus interesses eleitoreiros, já esboçados no período anterior, vão ficar mais evidentes ainda, no seu artigo de 31/05/1912. Diz ele:

" Por toda parte, obedecendo a essa corrente de evolução, erguem-se templos gloriosos ao trabalho e o evidente desejo de uma representação operária legítima, franca, sincera, no seio do Congresso Estadual, invade toda a classe.... Como em todas as classes, é justíssima a representação dos operários no seio do Congresso, não confiada a elementos dissolventes, sem energia e capazes de renegar a blusa por um prato de lentilhas, mas a trabalhadores conscientes, dignos e, sobretudo, conhecedores das necessidades da própria classe e

(10) A República, Recife, 22/05/1912.

que possam interpretar o sentido da coletividade Foi na choupana dos obscuros trabalhadores, nas oficinas, nas associações de classe, em toda parte, enfim, que o nome de Dantas Barreto, recebeu a sagração sincera dos trabalhadores... Não é, para nós, desconhecida a atitude dos operários do Recife, diante desta nobilíssima campanha que nos trouxe o incorruptível Republicano que, glorificado por um povo inteiro, ai está reconstruindo a terra pernambucana" (11).

O discurso político de Ezequiel expressava o seu comprometimento com o governo de Dantas. Falava em nome da classe operária como seu legítimo guia iluminado. Exagerava quanto ao significado de a classe operária ter seu "representante" no Congresso Estadual. Um discurso reprodutor da dominação, exaltativo, mistificante, mas que deixava evidente o caminho escolhido pelo socialista Ezequiel: atrelamento à política oficial como garantia para alcançar o parlamento. A questão da representação operária podia parecer um avanço, um reflexo de que a classe sob a orientação de trabalhadores conscientes, no discurso de Ezequiel pois na prática se deu o inverso.

Mas nem tudo eram flores no reino da salvação. Em agosto de 1912, os operários da Cia Ferro Carril entraram em greve, motivada por um boletim disciplinar da empresa que lhes proibia de viajar nos seus veículos e multava em 5\$000

(11) Idem, 31/05/1912 .

os cocheiros que espancassem os animais. Alegava que esta medida atendia aos protestos da imprensa contra o esbordoamento dos animais em serviço e, também, em consequência da baixa receita da empresa. Um acordo foi firmado entre as partes, tendo como mediador o coronel da força pública Francisco Melo. O aumento salarial foi, no entanto, negado. Os operários da Fábrica de Tecidos da Torre, por sua vez, também, entraram em greve, contra a redução salarial, com Dantas atuando como mediador e recebendo elogios dos operários (12).

Aqui, no entanto, deve ser enfatizado o caráter dessas greves. Elas não significavam que o movimento tivesse coordenado neste sentido, e taticamente, fizesse dessas paralizações seu ponto de luta principal contra o sistema. A presença do chamado poder público como mediador, não só demonstrava o seu interesse em aparecer como defensor da causa operária, como também, em evitar que as conquistas da greve aparecessem como uma vitória para os seus verdadeiros condutores. Outro aspecto não deve ser desprezado; o movimento operário se ressentia de uma melhor articulação e de uma orientação política que ultrapassasse os limites do seu espontaneísmo e oferecesse um contraponto às associações beneficentes e às propostas dos socialistas do Centro Operário. (13)

(12) Idem, de 06/08/1912 a 20/08/1912.

(13) Não queremos, de forma alguma, colocar que a classe operária só avança quando organizada em um partido, nem tampouco que as suas manifestações de protesto devam seguir um programa

Estes últimos não ficavam, apenas, nos bastidores oficiais. O incansável Ezequiel fundou vários núcleos operários, cumprindo um programa de palestras que exigiu sua presença em várias associações operárias: os núcleos políticos operários do Cabo, da Madalena, do 1º e 2º distritos de São José, do Peres, da Gameleira, a Liga dos Pintores, a Liga dos Alfaiates, a União dos Foguistas, a Sociedade Nossa Senhora de Belém, a União Auxiliadora dos Foguistas, a União Auxiliadora dos Operários, a União dos Proletários, o Clube Silva Jardim.... No final de cada palestra, eram comuns os vivas ao governador, inauguração dos seus retratos e a lembrança do nome de Ezequiel como candidato da classe operária.

Mas se de um lado Ezequiel não poupava esforço, a política oficial do governo vinha favorecer a cooptação. Em setembro, sob os auspícios do governo, inaugurava-se a Universidade Popular com o objetivo de "transmitir às classes menos favorecidas da coletividade, ao operariado em particular, um sistema global de noções exatas" (14). Segundo o Dr. Olinor Victor

pré-determinado pelos seus dirigentes ou suas organizações. Tem-se notado, inclusive, que a excessiva burocratização dos Partidos e Sindicatos e os preconceitos sobre as possibilidades de automobilição das massas, sem a presença das discutidas vanguardas, são entraves encontrados para o maior avanço da luta da classe operária.

(14) A República, Recife, 12/09/1912.

um dos seus organizadores "seriam feitas conferências isoladas ou em série, porém restringindo-se ao domínio nacional, puramente universitário, as conferências evitarão, nas suas lições práticas, as matérias que possam dar lugar a controvérsias políticas, religiosas e sociais que causam agitações e perturbações" (15). As verbas para mantê-la seriam oriundas de doações públicas e privadas. Tanto o seu professorado, quanto a sua diretoria trabalhariam gratuitamente. As intenções de controle estavam aí mais do que claras. Em vez da repressão, um esquema previamente montado, com o apoio de intelectuais, para dominá-la ideologicamente. (16)

No dia 29/10/1912, saiu, finalmente, a chapa do PRC, onde figurava o nome de Ezequiel. O jornal A República o elogiava:

" O vulto de mais extraordinária significação do socialismo neste Estado, recomendando-se por talento superior, uma rara competência, notáveis capacidades de tribuno.... Assim a sua entrada no futuro congresso satisfaz todos os interesses do operariado no governo" (17)

(15) Idem.

(16) Ainda segundo Olinto Victor: "Compreende-se bem que a Universidade Popular deve ser a casa de instrução do povo, uma escola permanente de solidariedade social, e não o complexo de instituições como Sorbonne". in A República, 12/09/1912.

(17) A República, Recife, 30/10/1912.

Mas há uma outra versão para os fatos vinda dos bastidores, contada por Pimenta, nos Retalhos do Passado. Conta ele que Dantas Barreto, sensibilizado com a solidariedade que recebeu do operariado pernambucano, na sua campanha, quis homenageá-lo, incluindo na chapa do PRC, um nome que o representasse, no Congresso Estadual. Sigamos o tragicômico depoimento de Pimenta: "Apresentaram-se dois pretendentes: Santana de Castro, mecânico, e João' Ezequiel, tipógrafo. Reunido um grupo de políticos governistas em um escritório eleitoral, para deliberar quem deveria ser o candidato, resolveu-se, depois de muita discussão sem resultado, apelar para um sorteio. Arranjou-se um chapéu onde foram colocados dois papeisinhos, cada qual com um nome. Convidado o tipógrafo a tirar um, recusou-se afastando-se, mal humorado para um canto da sala, dizendo que não fora ali representar comédias..." No entanto, "convidado o mecânico, ficou indeciso. Olhei para ele e fiz sinal que procedesse do mesmo modo. Mas assediado, insistido pelo grupo, ele mesmo, em desdobrar e ler o papelzinho. Vi que empalidecia, atordoado como se tivesse recebido um choque elétrico, curvando-se com as mãos no peito, sob um acesso de tosse asmática" (18).

É claro que para sua infelicidade o nome de Ezequiel foi o premiado. A Santana de Castro, como consolação, deu-se uma cadeira de coselheiro municipal. Teria, então, o operariado o seu representante, após uma tentativa boicotada pelo governador Herculano Bandeira em 1908.

(18) Pimenta, Joaquim, op. cit. pp 192/193.

Não era, apenas, em Pernambuco, todavia, que as coisas aconteciam, que havia interesse explícito em contar com o apoio da classe operária ou melhor dos setores dispostos a se envolverem com a política oficial. No Rio de Janeiro, 187 delegados, propondo representar 68 organizações operárias de todo território nacional, reuniram-se entre 7 e 15 /12/1912. A União Tipográfica de Pernambuco enviou José Dativo como seu representante. O congresso, sob o "generoso" patrocínio do governo federal, teve a orientação de Pinto Machado, participante do congresso de 1906, devidamente cooptado.

Tratava-se, segundo Edgar Rodrigues de "um encontro misto de sindicalismo reformista com oportunismo político" (19). Deste Congresso nasceu a Confederação Brasileira do Trabalho, com fins nitidamente reformistas. O sr. Mário Hermes da Fonseca foi escolhido seu presidente de honra, por ter conseguido transporte gratuito para os delegados, assim como a utilização do Palácio Monroe. E, nesse barco, Ezequiel e seus companheiros se sentiram à vontade, para continuar cortejando o governo, agora com reforço da CBT. Pinto Machado enviou, inclusive, um telegrama de felicitações para Dantas Barreto:

" Nossos aplausos a ação benéfica de V. Ex. incluindo na chapa para deputado estadual o bom operário João Ezequiel. Comunicamos também a V."

(19) Rodrigues, Edgar: Alvorada Operária, Rio, Mundo Livre, 1979 pág. 190.

Ex. que Visconde de Inhauma 199 Rio, funciona a CBT (Partido Operário), respeitosa saudação " (20). (Dantas foi homenageado também no Teatro ' Santa Isabel, numa solenidade presidida pela Liga Operária de Peres, pela inclusão de Ezequiel' na chapa governista. A sessão foi seguida de uma passeata para saudá-lo).

Concretizadas as eleições, conseguiu Ezequiel obter 8565 votos ficando em 9º lugar na apuração geral, a menos de 1000 votos do 1º colocado. Mais uma das farsas da época. O jornal dantista A República recebeu com imenso júbilo a "vitória do representante da classe operária" (21) . Enfim, ela poderia , seguindo o exemplo da França, Itália, Alemanha, ter seu deputado , realizando um antigo sonho da corrente socialista. Na verdade, o ' que significava tudo isso, quando se sabia o valor que tinham as ' eleições, na época, onde as chapas situacionistas eram tranquilamente confirmadas? E o nível de abstenção, o pouco interesses que elas despertavam?

Dentro desse contexto cabem, ainda , algumas questões. Como explicar o atrelamento de certos setores do operariado, no nosso caso, os socialistas, ao governo, defendendo' interesses da classe dominante? Resolveria a questão considerarmos tudo isso um profundo atraso da classe operária devido ao nível de

(20) A República, Recife, 25/11/1912

(21) Idem, 13/12/1912.

consciência política dos seus dirigentes ou pretensos líderes? Este atrelamento não existiria, também, em função das limitações estruturais, de uma correlação de forças, amplamente, desfavorável para a classe operária conseguir impor suas reivindicações? A classe operária era frágil ou o tipo de dominação política da sociedade da época só lhe reservava o espaço de espectadora da História?

Acreditamos que não nos cabe, agora, julgar as correntes e/ou as lideranças do movimento operário, condenando-as, dando-lhes atestado de incompetência política. Alegar apenas a fragilidade da classe representa, muitas vezes, um desejo implícito de exigir dela ou dos setores que a lideram uma luta contínua contra a exploração. No entanto, a sua prática política é construída num processo dialético, em que a constatação do antagonismo capital/trabalho não basta para conhecê-lo ou defini-lo previamente. Poderíamos chegar a fórmulas discutíveis: a uma burguesia industrial frágil corresponde uma classe operária frágil, portanto impossível uma revolução social; e a priori traçarmos os caminhos seguidos pela classe operária fora dos modelos clássicos europeus. (22).

(22) Embora, tente-se atualmente nos trabalhos referentes ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, definir-se as especificidades que ele apresenta, ainda, encontramos muitas dificuldades para entendê-lo. Ainda persistem questões como a da Revolução Burguesa, a da discussão sobre a aceitação da tese da "via prussiana" defendida por alguns. Sobre isso, é interessante a análise feita por Octávio Ianni, em artigo publicado no Temas, nº 10, intitulado: "O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil",

Na nossa análise dos socialistas, no capítulo anterior, ficou bem caracterizado que o tipo de proposta política que eles defendiam, mesmo que se definissem como revolucionários, os colocava num impasse. O caminho do parlamento era íngreme e, praticamente, inatingível, sem que a classe dominante reforçasse esta proposta, mas cobrando em troca, altíssimos compromentimentos. Criava-se uma expectativa em cima de uma pseudo vitória eleitoral, onde o deputado operário eleito, não passaria de um fantoche. Com que força poderiam legitimar esse processo e transformá-lo num espaço de luta e combate? O que se pode concluir?

As promessas do governo, seu interesse em servir de mediador nas greves, tinha o objetivo de contar com o operariado ou, mais amplamente, com setores populares ao seu lado, numa tentativa de legitimar seu poder. Outro aspecto importante: a classe dominante, também, sofre cisões internas. As disputas pelas fatias de poder, o acirramento de confrontos no seu interior, os acenos às classes dominadas foram muitos comuns, mesmo nas primeiras décadas republicanas (23). Não eram os socialistas,

pp. 1/34. Também sobre essas questões relacionadas com a passagem do chamado "mundo pré-industrial" para o mundo "moderno", como coloca Barrington Moore, ver o seu livro Les Origines de la Dictature et de la Democracie; Paris, Maspero, 1969, onde discute as três vias por ele denominadas: a da revolução burguesa (França, Inglaterra, Estados Unidos), a via capitalista reacionária (o caso alemão, por ex.), a via comunista (o caso russo, por ex.)

(23) Zardam, Michel: "A Elaboração de uma política social estatal na década de 20" comunicação apresentada a 33a. Reunião Anual da SBPC, Salvador, 1981.

portanto, que se ligavam a setores da classe dominante unilateralmente, mas havia por parte desses setores o interesse em ter uma base de apoio para suas mobilizações, para demonstração de força e lhe dar alguns coloridos populares.

Fica claro, contudo, que este atrelamento evitava um avanço da luta, pois mascarava as contradições, forjava ilusões, fazia com que a classe operária tivesse seus falsos vencedores, os socialistas, como símbolo da sua luta e dos seus interesses. O oportunismo e as ambições pessoais travestiam-se em um esforço para dar a classe operária seus mais dignos representantes, os socialistas da COP, homenageados, na edição de 02/05/1913, pela República, com uma página inteira com suas fotos(24). E ainda, em maio de 1913, atendendo a uma consulta feita CGT, Ezequiel indica o nome de Dantas Barretos para concorrer às eleições presidenciais:

" Entre as figuras apontadas alto posto presidência momento mais grave reúne todos os predicados imprescindíveis. Embora torpe campanha difamatória certa imprensa aí, a administração de Pernambuco constitui verdadeiro assombro.... Por mim adjuro confederação a clamar ao abnegado patriota a quem se deve agora mesmo reação contra caudilhismo autor debacle

(24) Idem, 02/05/1913. Lá estavam as fotos de Antonio Vitorino, (delegado da sucursal da União dos Foguistas), Agripino Falcão (Presidente da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais da Liga Protetora dos Alfaiates), Cícero Hermogenes da Silva (Delegado da Sucursal da Associação dos Marinheiros), Augusto Xavier (2º delegado da Sucursal da União dos Foguistas), João Luís de França (Diretor do Conselho da União de Resistência dos Trabalhadores em Armagens e Carregadores), entre outros.

nacionalidade" (25).

A participação de Ezequiel, na Câmara dos Deputados, nada trouxe de concreto que mudasse a situação dos operários. Ele exigiu medidas favoráveis, como regulamentação do trabalho nas oficinas e no campo; responsabilidade patronal no caso dos acidentes de trabalho; proteção dos poderes públicos quanto à educação dos filhos dos operários, jornada de 8 horas. Os seus discursos eram vibrantes e não deixavam de ressaltar que o século XX era o século do proletariado e do socialismo. O Congresso Estadual suspendia, sempre, as sessões de 1º de maio, em homenagem aos trabalhadores, solicitado por Ezequiel. É, realmente, interessante imaginar a reação de seus companheiros de mandato (usineiros, comerciantes, profissionais liberais), extremamente, na sua maioria, reacionários, diante de tanta exaltação "revolucionária". (26).

Mas a diferença entre a intenção e o gesto esvaziava toda essa retórica socialista reformista. Vejamos os fatos.

No final de maio deflagrou-se uma greve na Great Western, em Jaboatão, motivada pela demissão de um funcionário. Ela teve um desenrolar bastante controvertido. Os próprios foguistas de Great se declararam alheios ao movimento. As negociações iniciais, para se chegar a um acordo, fracassaram. As notas

(25) Idem, 20/05/1913

(26) Ver os Anais da Câmara, Arquivo do Estado de Pernambuco.

nos jornais se sucediam, inclusive reclamando de políticos tumultuadores. A República denunciava que queriam transformar a parede da GW, em uma greve geral. Foram escolhidos como mediadores o jornalista Mário Rodrigues e o deputado Ezequiel que obtiveram "êxito" em sua missão. Os operários retornaram ao trabalho.

Tentaremos, no entanto, ir mais além. É interessante assinalar que Joaquim Florêncio (27), em suas cartas ao jornal a Voz do trabalhador, do Rio, tecendo considerações sobre esses acontecimentos, acusou um deputado operário de haver entrado na dança como mediador, fazendo os grevistas recuarem. Florêncio se dizia anarco-sindicalista e se colocava contra qualquer tipo de representação oficial, conseqüentemente se mostrava contra ao tipo de prática de Ezequiel. E não foi por acaso que no final das negociações, Dantas foi elogiado e tomado mais uma vez como patrono da causa operária. E por sua vez a Liga Operária de Peres que, havia antes convocado um meeting para se solidarizar com os grevistas, terminou por manifestar sua solidariedade ao Exmo. Governador do Estado.

Em 23 anos de República, havia se arrecadado o dobro do que arrecadara a monarquia em 65 anos, com todo esse dinheiro gasto, sem que de longe resolvesse os problemas que se acumulavam e que se faziam sempre maiores do que a (in)capacidade dos governos de resolvê-los. As primeiras décadas republicanas, efetivamente, consagraram a dominação burguesa, mas ligada aos interesses da sua fração agrária e que, aos poucos, ia diversi

(27) A Voz do Trabalhador, Rio, 15/07/1913.

ficando seus interesses. Muitos ainda poderiam reafirmar que o Brasil estava condenado a ser um país agrícola e que a indústria era algo artificial e que se contrapunha aos reais interesses da nação. No entanto, um proletariado urbano começava a se concentrar nas grandes cidades, uma camada média ascendia dentro dos próprios quadros burocráticos oficiais. Se as contradições iam se tornando mais claras, o interesse da classe dominante era evitar que a questão social perturbasse a ordem burguesa, tentando disfarçar os conflitos. O discurso feito pelo deputado pernambucano, Feliciano André Gomes, na sessão de 19/05/1914 foi bem expressivo neste sentido:

" E quando um dia seu presidente, se der o acordo entre patrões e operários, de modo que não sejam estes julgados entes inferiores na organização do trabalho, quando não cuidam apenas das alegrias do presente, mas das incertezas do futuro, do destino das esposas amadas e dos filhos estremecidos; quando enfim, se confraternizarem patrões e operários, abolindo-se a preocupação teórica dos sistemas socialistas para vencer a realidade prática dos meios que são a harmonia das partes. poderã estabelecer, então, sim, terão direito os operários de dizer bem alto aos seus patrões: Vós entraís com o capital e nós desprendemos o trabalho e o trabalho é a verdadeira força social que desenvolve e dignifica toda obra da humanidade ". (28)

(28) Anais da Câmara; Recife, 1914.

Uma ameaça de crise econômica já se fazia sentir, por essa época, ao ponto de janeiro de 1914, os operários da Fábrica de Tecidos da Torre serem forçados a aceitar a redução de 10% nos seus vencimentos, devido a quedas no mercado de consumo que encahavam a produção. Nem mesmo a mudança na Presidência da República reavivava as esperanças. A nota saída na edição do Diário de Pernambuco, 25/02/1914, retratou bem o desânimo da época:

" No meio das mais tristes apreensões para todos os brasileiros, diante da crise política que atravessa o país, realiza-se hoje, em todo o Brasil, a eleição para presidente e vice-presidente da República no quadriênio de 14/1918. São candidatos sem competidores, Wenceslau Brás e Urbano Santos."

É quase como um complemento perfeito uma nova nota acrescentava, na edição de 02/03/1914:

" A indiferença, grande abstenção (na solidão das urnas livres e ocas), na eleição para presidente desta nova maravilhosa República de procissão na rua, salvações urbanas e contra-salvações sertanejas."

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

O operariado pernambucano não enviou representantes ao Congresso Operário de 1913, embora na Voz do Trabalhador aparecessem relacionadas três associações operárias de Pernambuco (1). São em fevereiro de 1914, a União dos Estivadores que iria ligar-se a Confederação dos Trabalhadores, seguida depois pela Liga dos Trabalhadores em Fábrica de Tecidos, fundada por Joaquim Florêncio. Eram os primeiros sinais de que os anarco-sindicalistas começavam a se organizar, em Pernambuco. Aliás os resultados do Congresso de 1913 foram, no entender de Cristiano Cordeiro, na época, no início de sua militância, bem significativos:

" Vários delegados foram enviados aos Estados com a missão de organizar o operariado em bases sindicalistas. José Elias da Silva, operário pernambucano, residente no Rio, foi enviado ao Recife. Anarco-sindicalista nessa época, em 1922 ingressou no PC, cumpriu com êxito e brilhantismo o seu mandato. Autodidata, tornou-se possuidor de vasta cultura, especialmente no campo das Ciências So -

(1) A Voz do Trabalhador, Rio, 01/03/1913

Eram: União dos Operários Estivadores, Sociedade União dos Cocheiros e Centro dos Pintores.

ciais. Dotado de raras qualidades oratórias, a palavra lhe saía fluente e comunicativa, sua argumentação era concreta e persuasiva.... Das antigas Sociedades de Beneficência então transformadas em Sindicatos, constituiu-se a Federação dos Trabalhadores em Pernambuco" (2).

José Elias chegou, em Recife, no dia 01/06/1914, cumprindo um roteiro intenso de atividades: 8/6, visita a sociedade dos pedreiros, 10/6, visita a sucursal da sociedade dos marinheiros e remadores, 14/06, visita a sociedade dos padeiros, além dos diversos comícios feitos em Recife e Jaboatão. A sua pretensão de ver fundada a Federação dos Trabalhadores contou com o apoio decisivo da Sociedade dos Estivadores, juntamente com a solidariedade dos tecelões, padeiros, culinários, carregadores e do Sindicato de Ofícios Vários (3). E viria, efetivamente, a Federação dar uma melhor organização e combatividade à luta política da classe operária. Foi uma mudança significativa, pois os componentes da Federação estavam longe de concordar com a relação exces

(2) Respostas de Cristiano Cordeiro ao questionário elaborado pelo Prof. Gadiel Perucci.

(3) Conjunto de operários de diversos ofícios e profissões que não tinham ainda as respectivas categorias organizadas, sempre se completam um número de 25 associados de uma só categoria, estes se separam, para formarem um sindicato autônomo. Muito comum quando os operários ainda não desenvolveram uma organização maior, pelas dificuldades de propaganda, pela falta de interesse das categorias ou mesmo pelos próprios limites estruturais, provocando pouca representatividade numérica de certos setores.

sivamente amistosa que os dirigentes do Centro Operário tinham com o governo.

Por outro lado, a subida crescente dos preços dos gêneros de primeira necessidade alarmava todos. Passeatas e "meetings" eram feitos, protestando contra a carestia. A deflagração da 1.ª Guerra mundial viria agravar mais ainda a crise que se delineava. A farinha de trigo, devido às dificuldades de importação, chegou a ser majorada em 200%. A falta de recursos fazia com que as empresas tentassem diminuir seus custos arbitrariamente. A Tramways continuava multando seus empregados com uma frequência absurda, sob os reclamos da imprensa, enquanto a Fábrica de Tecidos Paulista reduzia em 50% os vencimentos dos operários. O desemprego crescente dificultava a luta contra a exploração. Surgiam soluções, meramente, paliativas, como a da filha do governador do Estado, resolvendo criar uma Caixa de Beneficência dos Operários Desempregados. Além disso, as Damas de Beneficência fundaram a Dispensa Operária e os estudantes da Faculdade de Direito organizaram Comitês de Auxílio aos Operários e o Banco Operários, este bastante criticado pela Federação dos Trabalhadores. Os amigos da filantropia desdobravam-se para aliviar a tensão social. (4)

(4) É interessante ressaltar esses aspectos que mostram as repercussões da Guerra Mundial no Brasil e apesar de também ter havido nesta época, o aumento da produção de alguns setores da economia. Não se deve, portanto, perder de vista que o operariado esteve longe de auferir as possíveis vantagens do chamado processo de substituição de importações.

Não evitavam, no entanto, que a Fábrica de Camaragibe reduzisse a semana de trabalho para quatro dias e a Fábrica da Torre, depois de passar dois meses parada, reiniciasse suas atividades, funcionando quatro vezes durante a semana, com apenas 170 operários. Houve protestos, abafados pela intervenção policial. Mesmo nessa conjuntura desfavorável, os operários das Casas Cory Brother e Wilson Sons entram em greve contra a diminuição da diária de 5\$000 para 4\$000, conseguindo fazer um acordo com os patrões. Entretanto, uma greve na Braziliam Street, contra a demissão de um operário, fracassou por falta de maior participação.

Neste contexto, marcado pelas dificuldades econômicas, os socialistas, organizados como departamento da CGT, em Pernambuco, desde maio de 1913, enviam mensagem ao Congresso Estadual, solicitando a revisão da Constituição política do Estado, com a finalidade de tornar possível a reeleição de Dantas, dizendo expressar os anseios do proletariado. (5)

A Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras, em nota de protesto, negava compartilhar das intenções da COP. Seguidora do Congresso de 1913 (6), alegava que

(5) Dantas encontrava-se bastante desgastado, com uma cisão havida no Partido por ele fundado, o PRD, e devido a sua inabilidade política. As forças que o elegeram em 1911 eram muito heterogêneas para se manterem unidas e o general perdia-se nas tramas dos políticos locais.

(6) Nas listas das associações ligadas a COB, publicada na Voz do

" em política não são contra nem a favor de qual quer político governista ou oposicionista e sim' fazem esta declaração afim de que seja, amplamen te conhecida a orientação que a Federação de Resistência adota na questão operária: o sindicalismo operário lutando diretamente contra o capitalismo, procurando assim concretizar na ação' direta, a verdade conhecida e apreendida nas desilusões políticas democráticas e na prática da' luta operária; a emancipação dos trabalhadores ' sã pode ser conseguida pelos próprios trabalhado res " (7).

A importância da negativa dos anarco sindicalistas, com uma verdadeira declaração de princípios, é inegável. Inicia-se um período em que ficarã bem nítida a oposição en tre dois tipos de propostas e de condução da luta: os socialistas, cooptados pela classe dominante, e os anarco-sindicalistas, lutando contra exploração, resistindo, fazendo contraponto ao reformismo sem limites de Ezequiel e seu companheiros. Agora, estes últimos ' não falaria mais, tão arbitrariamente, em nome da classe operária, como seus interlocutores solitários. A sua prática mediadora de con flitos confrontava-se com ação direta defendida pela Federação. ' Tudo isso, ficarã bem claro no concreto da greve de 1917.

Trabalhador, Rio 05/03/1915, constavam de Pernambuco: Federa - ção de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, União dos Operários Estivadores, Sociedade Defensora dos Padeiros, Liga dos Pedreiros, Carpina e Serventes, Sindicato de Ofí cios Vários, Sociedade União de Resistência dos Trabalhadores' em Armagens e Carregadores.

(7) A Voz dos Trabalhadores, Rio, 07/04/1915.

A situação geral, em termos de carestia de vida, continuava aflitiva e o operariado se via esmagado pelos baixos salários e os altos custos da alimentação. O prefeito resolveu isentar de impostos municipais os pontos de venda de alimentação que a COP instalasse em cada freguesia. Concedeu-lhe ainda um compartimento de vendas no mercado de São José. A cotação dos preços por atacado, saída no Estado de São Paulo e transcrita por Dulles, no seu livro Anarquistas e Comunistas no Brasil, mostra que a alta carestia de vida era uma preocupação nacional e motivos de vários protestos na imprensa (8). As soluções propostas pela classe dominante eram de caráter filantrópico: listas de esmolas, realização de festivais, nada que mudasse alguma coisa (9).

Toda essa tensão social iria explodir, em 1917, com o agravamento da inflação encontrando uma classe operária mais organizada, em uma onda de greves que atingiria todo Brasil. Em Pernambuco, colaborou também os maus momentos que pelos quais passavam a administração de Manoel Borba (10). A sua gestão financeira sofria ataques que colocavam em dúvida a própria hon-

(8) Dulles, J.R., op. cit. pág. 73

(9) Era importante também o descontentamento da classe dominante: a Associação Comercial protestava contra as cobranças de impostos do açúcar. Os boatos de uma revolução popular circulavam pelo Recife, diante do clima de agitação social.

(10) "O governo de Manoel Borba em Pernambuco passa por mais momentos. Conseguira a façanha grandiosa de ter contra si, comerciantes, usineiros, agricultores, políticos liberais, acadêmicos de Direito, operários" Moreira, Aluizio Franco: Pernambuco

tidade do governador (11). O problema do desemprego era, também, grave: as fábricas de cigarros Caxias e Lafayette, motivadas pelos altos impostos fecharam suas portas, colocando 2 mil pessoas na rua. O desembargador Antonio Guimarães, por sua vez, em declarações feitas na imprensa, afirmava que dois argentinos, procedentes do Rio, distribuíram, em Olinda, panfletos, incentivando uma greve. Tudo não passava de provocação.

Mas o governo não deixava de manter sua política de cooptação. Em março, é fundado o Centro Republicano de Defesa de Pernambuco, com a proposta de prestigiar o governador do Estado, segui-lo nas suas idéias e atrair intelectuais e maior número possível de representantes da classe operária em Pernambuco, realizando conferências sobre temas essencialmente locais e propondo-se a defender perante os patrões e o Estado, os interesses do operariado (12). O jornal A Ordem, órgão borbista e sistematicamente antidantista, cria a coluna "Vida Operária" com o intuito de serem nela discutidas medidas mais necessárias ao "desenvolvimento geral das classes proletárias do Brasil". É publicada, inicialmente, o projeto-lei - Responsabilidade dos Patrões nos Acidentes, do deputado pernambucano Andrade Bezerra, defensor, dos princípios sacramentados na RERUM NOVARUM. Fundou-se também a Liga Per

1917 : Colapso e Conflito". Mimeo. Trabalho de aproveitamento do Curso de Bacharel em História- UNICAMP - Recife, 1979, pp . 20/21.

(11) Borba era industrial, grande aliado de Dantas em 1911, mas depois seu mais ferrenho adversário.

(12) A Ordem, Recife, 30/03/1917

nambucana contra o analfabetismo (13). A COP, agora com novos dirigentes (Marcelino Cândia, José Maria dos Santos, Arnaldo Maranhão, Joaquim Gonçalves de Araújo), continuava atrelada a política oficial (14).

Diante dos problemas, o prefeito e o governador, em nota oficial, comunicaram que receberiam quaisquer representantes da classe operária com o fim de trocar idéias e sugerir medidas para solucionar o problema da carestia. Compareceram ao chamado, representantes do Sindicato de Ofícios, da Liga dos Alfaiates e da COP. Enquanto isso, os comerciantes escondiam as mercadorias, para obter melhores preços posteriormente. E com razão Edgar Rodrigues diz que "o ano de 1917 foi sacudido por um enorme vendaval de protestos, greves e revolta, não em função da Revolução Russa, mas porque governantes, políticos e comerciantes se dispuseram a transformar o povo em um rebanho de famintos" (15).

Em Pernambuco, a luta se acirrou em setembro. Os operários da Serraria Moderna entram em greve por uma jornada de 8 horas de trabalho e aumento de 50% nos seus salários. Mas já, em agosto, em comício realizado na Praça da Independência, o Sindicato dos Ofícios Vários, apresentou uma lista de reivindica-

(14) Não queremos, aqui, superestimar a elaboração desta política que visava desviar o operariado e usá-lo com base de apoio. Apenas, é preciso que não deixemos de lado também essa preocupação do Estado em conter a agitação social, aparecendo como um benevolente tutor da classe operária, o que não é algo tão incomum na História do Brasil.

(15) Rodrigues, Edgar, op.cit., pp. 202/203.

ções (16).

- Jornada de 8 horas, aumento de salário e fixação de salários mínimos.

- Abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas, sô podendo trabalhar nas mesmas, as crianças maiores de 14 anos.

- Equiparação do salário da mulher ao do homem.

- Obrigação dos patrões nos acidentes de trabalho.

- Obrigações dos patrões a subvencionarem os operários quando impossibilitados de trabalhar por moléstias ou velhice, concorrendo com 70% do respectivo salário.

- A higiene, ventilação e luz nas fábricas, nas oficinas, cozinhas, padarias e em todos locais de trabalho.

- Diminuição imediata dos preços dos gêneros de 1ª. necessidade.

- Pagamento pontual nas oficinas, nas fábricas e todos departamentos.

Tem-se, aí, um verdadeiro leque de reivindicações que não, apenas, atendem a uma categoria específica do operariado. Além da questão salarial, sempre presente, devido à superexploração existente, agora também se tentava assegurar outros direitos mínimos e necessários para uma melhor condição de vida e trabalho.

Esse quadro abrangente de reivindicações facilitou a integração solidária na luta de quase todas as categorias. Além do mais, as exigências pelo Sindicato de Ofícios Vários iam de encontro aos próprios anseios dos outros setores desfavorecidos da sociedade quando exigiam, por exemplo, diminuição dos aluguéis, diminuição dos preços dos gêneros alimentícios, maior obrigações dos patrões para com os seus empregados. O movimento ganha com isso objetivamente, novos aliados, amplia-se, desvincula-se mais dos seus laços corporativos.

E não sô os operários da Serraria Moderna paralisam suas atividades. Os operários vinculados ao Sindicato dos Marceneiros e Classes Anexas incorporam-se ao movimento (17). O jornal A Ordem, governista, condena os operários, alertando-os que o governo está interessado em resolver seus problemas (18). A polícia chega a dispersar uma reunião dos grevistas e assume uma postura repressiva, com a finalidade de garantir "direito" dos que quiserem trabalhar. O Sindicato de Ofícios, tentando unificar o movimento, envia nota a COP, solicitando seu apoio. Recebe em troca resposta bem coerente com a linha dos dirigentes socialistas:

" Tendo uma comissão do Sindicato de Ofícios Vários solicitado o nosso apoio e solidariedade , para greve declarada pelos operários filiados "

(17) A Ordem , Recife, 04/09/1917.

(18) Idem, 07/09/1917.

àquela associação, declaro em nome do presidente da COP que, apesar de não ser nossa sociedade ' contrária ao movimento grevista, julga conveniente aguardar a resposta do memorial enviado ao ' Exmo. Sr. Governador do Estado de quem as classes trabalhadoras esperam solução para a pungente situação em que se debatem. Cientifica que se rão delegados poderes a diversos consórcios, pa- que se entendam em nome da COP, com o Exmo. Sr.' sobre o assunto " (19).

Em contraposição, o Sindicato de Ofi- cios Vários, continua promovendo reuniões em sua sede, recebendo mensagens de apoio. Os operários de Pernambuco Tramways são re- primidos pela polícia, havendo correria e tiros. O chefe de poli- cia, reunido com Marcelino Cância, da COP, resolve formar uma co- missão para entender-se com os patrões, já impacientes e pedindo maior dureza do governo. Os acadêmicos de Direito oferecem-se pa- ra exercer o papel de mediadores, no que são, inicialmente, re- jeitados.

Delinea-se, claramente, as duas condu- tas opostas na direção do movimento. A COP, preocupada em contê- -lo, fazendo reuniões com representantes do governo para contor- nã-lo, e a chamada coligação de Resistência, liderada por Santos Minhocal, num posicionamento inverso, bem definido num boletim ' aos grevistas (20).

(19) Idem, 04/09/1917.

(20) A Província, Recife, 05/09/1917.

" Aos operários - companheiros
 Felizmente é chegado o momento de despertarmos' desta funesta letargia em que nos achamos desde horas remotas. É preciso que o operário de hoje não se considere somente uma máquina de trabalho. Não! ... Assim como o burguês que nada produziu e tem o direito de tudo consumir e tudo gozar, nós também que somos a força produtiva do globo terrestre temos também o direito gozar ao menos de uma terça parte da força produtiva de nossos braços. E neste sentido, é preciso que todos nós, num brado uníssono que retumbe, em toda parte desta urbe, lavre nosso protesto.

Na sede do Sindicato de Ofícios Vários, à rua Loma Valentina, nº 164, estamos em sessões parciais em defesa dos companheiros da construção e de todos operários, em geral, para obtermos o aumento de nosso salário e diminuição das horas de trabalho.

Avante companheiros

União e Solidariedade"

Mas a greve, a partir do dia 13/09' refluir apesar de, também, estarem paralisados os operários da Fábrica da Torre, da Vila Nothan, dos armazéns de açúcar. A intransigência dos patrões e o forte esquema repressivo dificultavam as negociações. O Sindicato de Ofícios Vários chegou a aceitar inclusive, a mediação do Centro Acadêmico. Santos Minhocal foi preso e o chefe da polícia, Antonio Guimarães, enviou ao juiz de Direito' da 2a. vara Criminal, documento justificando a razão pe-

lo qual proibia qualquer reunião dos grevistas (21). A polícia estava mesmo disposta a combater a greve a qualquer custo e espalhou seus pelotões pelas ruas principais da cidade. O jornal A Ordem criticava os operários pelo momento inoportuno da greve, considerando-a "um grave erro para o qual está falsamente induzido o operariado" (22), portanto já se utilizava o velho argumento de que os operários são conduzidos e não conduzem segundo seus critérios, os movimentos que buscam melhorar suas condições de vida(23).

Existia uma perspectiva de que a greve chegaria ao fim e os operários nada conseguiriam. Em reunião convocada para o Centro Acadêmico, no dia 15, com a presença dos representantes das associações operárias, um dos estudantes, lamentando-se bastante, comunica que as negociações tinham redundado em fracasso (24). Estava encerrada a greve que mobilizou, praticamente, todos os setores do operariado e suas associações representativas. Cabe agora o levantamento de algumas questões e análise de alguns dos seus aspectos.

(21) A Ordem, Recife, 16/09/1917

(22) Idem, 12/09/1917.

(23) Moreira, Aloísio, op. cit., pp. 45 / 48.

(24) Se a classe dominante costuma utilizar-se do argumento de que as agitações sociais sempre são conduzidas por elementos alheios ao povo que, na essência é pacífico e cordial, os chamados vanguardistas, às vezes, caem no também viciado argumento de que as massas são incapazes de se manifestar, consequente precisando sempre de quem as conduza e canalize sua revolta com objetivos precisos. Com isso perde-se ou tolhe-se a pos

Deve ser destacada, inicialmente, a tentativa de unificar a classe em cima de algumas reivindicações tão decisivas para melhorar as condições de vida e trabalho. A greve foi generalizada, liderada pelo Sindicato de Ofícios Vários que serviu de polo articulador do movimento: lá eram realizadas as reuniões, de lá partiam os propagandistas do movimento e as denúncias das manobras conciliadoras da COP. Santos Minhocal, considerado líder do movimento, era anarco-sindicalista e trabalhava na construção civil, setor que destacou-se pela sua combatividade. Nos boletins do Sindicato de Ofícios Vários eram claras as intenções dos operários não cederem às pressões iniciais, de não aceitarem as promessas do poder público, de lutarem por uma greve que representasse, também, um avanço na organização dos operários, articulando-o, unificando suas reivindicações, criando uma verdadeira Coligação de Resistência (25).

A posição da Confederação Operária de Pernambuco, já por demais conhecida, continuava atrelada ao governo, muito pouco solidária com os trabalhadores, ausente nos seus momentos de maior combatividade. Apesar de, aparentemente,

sibilidade das mobilizações espontâneas e o surgimento de novas práticas políticas, sem a marca das instituições. São os estigmas de um elitismo gerador de ideologias autoritárias.

(25) Entraram entre outros, em greve, os operários da construção civil, os tecelões, carpinteiros, estivadores, do setor de transportes (Pernambuco Tramways), representados pelas suas associações (Sindicato de Ofícios Vários, União Operária de Afo gados, Sociedade dos Macineiros e classes anexas, União dos Estivadores)

congregar todas as associações operárias, ela servia, apenas de propagandista das propostas da classe dominante, "aliada" do governador Borba, e contando com espaço na A Ordem, para defender seu socialismo "Sui generis". No concreto da greve, ficou bastante evidente o contraponto entre a condução que a COP buscava dar ao movimento, sem assumir nada que significasse avanço, e o esforço da Coligação de Resistência para dar-lhe maior dinamismo.

A greve de 1917 representou, comparando com as anteriores, um verdadeiro salto em termos de organização, embora não conseguisse o atendimento das suas exigências. A atuação repressiva da polícia, o desempenho do seu chefe, Antonio Guimarães, com a colaboração da COP, deixaram pouco espaço de manobra para os grevistas. Por outro lado, os patrões pressionaram, sentiram-se ameaçados pelos prejuízos e pelas "desordens" e foram inflexíveis nas negociações. Além do mais, acusavam, ajudados por parte da imprensa, os operários de estar contribuindo para o agravamento da crise econômica com a paralização. Mas os operários da Great argumentaram com ironia, diante disso, numa carta dirigida à Província (26).

" Se a crise que atualmente atravessa o mundo impôs a criar um aumento nas passagens e no frete, para poder se manter, nós pobres empregados não sentimos com a nossa família os efeitos da crise? " (27)

(26) O Sindicato de Ofícios Vários foi, em 1914, um dos grandes apoiadores da Federação de Resistência

(27) A Província, Recife, 14/08/1917.

Os operários estavam submetidos, em todos os setores, a uma super-exploração: jornadas extensas, rígida disciplina de trabalho, salários insignificantes etc.. Na verdade, ao mesmo tempo que essas determinações dificultavam a própria organização da classe, também deixavam, mais que claro, o caráter explorador do sistema e serviam como ponto de partida para formular suas reivindicações e motivá-los para luta. Alguns até destacam essa exploração desmedida, como uma das especificidades do processo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Não se deve esquecer, no entanto, que o modo de produção capitalista, não importando a conjuntura histórica, é, essencialmente, baseado no enriquecimento dos detentores dos meios de produção através da exploração daqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho. É claro que em certas situações a exploração é maior, dependendo de vários fatores. Também deve ser salientado que a classe operária enfrentou situações amplamente desfavoráveis, mesmo nos "casos clássicos" como o inglês, por exemplo, ou onde se encontra uma burguesia mais solidamente estabelecida no poder e uma economia com outra estrutura.

O que nós queremos enfatizar, no caso brasileiro, é que essa exploração foi assegurada ou teve por base uma dominação sufocante, politicamente, elitista e conservadora ao extremo. Se a dominação burguesa, de uma maneira geral também se caracteriza pelo autoritarismo (uma minoria dizendo - se representar os interesses da maioria explorada) embora use suas máscaras ideológicas, pela sua violência (expressa ou inti

midativa), tivemos em quase toda História do Brasil, uma exarcebação desse autoritarismo. A classe dominante não exerceu uma hegemonia (no sentido gramsciano), amordaçou a discussão política e, praticamente, assegurou sua permanência no poder, através dos chamados regimes fortes e antidemocráticos.

Se ainda hoje nos defrontamos com esses problemas que dificultam enormemente a organização política da sociedade, no sentido de contestação e negação, em 1917, no contexto histórico analisado, as condições que se tinha para que o operariado fizesse valer as suas reivindicações eram mínimas. Então, fica difícil afirmar que, na greve de 1917, os operários saíram derrotados, pois não conseguiram seus objetivos mais imediatos, sem avaliar ou considerar o seu aspecto organizativo, a determinação dos seus setores mais combativos em levar adiante o movimento e não retroagir diante das ameaças da repressão. Tudo isso se incorpora a construção da sua identidade política, evidenciando as contradições do regime. Discordamos de Bóris Fausto quando diz que "a história do movimento operário nos anos 1890/1920 é uma sucessão de derrotas (...)" ou que ele se caracterizou "por um esforço circular e uma sequência de derrotas" (28). O que seria vitória? O que ficou, então, desse período de luta? So a memória das derrotas? E a resistência mesmo diante dos limites estruturais que condicionaram a luta?

(28) Fausto, Bóris: Trabalho Urbano e Conflito Social, S. Paulo, Difel, 1976, pág. 245.

Na verdade, apesar de toda força repressiva, institucionalizada ou não, que dispunha, o governo do Estado não se descuidava da sua política divisionista. Fundava-se um Centro Republicano Operário, uma associação com o objetivo central de reunir o maior número possível de eleitores operários, com promessas de lançar, na chapa governista, representantes do operariado (29). Lá estavam Marcelino Cândio, Manuel Gonçalves, Joaquim Oliveira, entre outros, que elogiavam Borba, mas se diziam do lado dos operários. Também, Antônio Martins Filho, no jornal A Ordem, conclamava, em 1918, os operários a fazer seu alistamento eleitoral, sem compromissos partidários (30). O novo pretense defensor da classe operária colocava-se como simpático às doutrinas coletivistas, acreditando que nada impediria a marcha do socialismo, embora condenasse "o comunismo absoluto e o anarquismo sanguinário" (31).

O mesmo Martins Filho seria presidente de uma nova associação, a Fraternidade Gráfica Pernambucana, com o propósito de atender às reivindicações e aos direitos da categoria sem ser por meios subversivos. Seus adeptos insistiam em afirmar que eram contrários às "idéias sindicalistas", embora se mostrassem dispostos a lutar pelo socialismo. Esperavam, po-

(29) A Ordem, 01/10/1917.

(30) Idem, 17/03/1918.

(31) Idem, março / abril de 1918.

rêm, o apoio moral das autoridades e material dos associados (32)

O governo procurava reforçar essas associações visando dividir o operariado, não poupando, através de editoriais na imprensa, atacar o anarquismo e seus seguidores(33).

Apesar de todo esse desvario político em 1918, vai haver uma greve importante na Sociête Cotonniêre Belge-Brezilienne, na Vila Motham. A fãbrica contava com mil operãrios na sua maioria mulheres e crianças. A greve foi motivada pela expulsão de um operãrio, membro da União Operãria e encarregado de 'recolher as contribuições dos seus associados. O delegado Aristides Schobach intervêm e consegue transformar a expulsão, numa suspensão de 15 dias. Antônio Bernardes Ferraz é acusado, pela polícia deve haver insuflado o movimento, o que ele nega categoricamente. Bernardes era proprietãrio da Tribuna do Povo, jornal anarquista e ficaria famoso como Antônio Canellas (34).

Os tempos ainda eram de escassez e carestia. Foi uma conjuntura marcada pela agitação política, não sô no Brasil, pelo conflito entre as forças imperialistas e pela revolução russa de 1917. As esperanças de uma revolução proletãria foram avivadas. As greves foram, portanto, uma constante, neste perío do, malgrado a repressão. Em Recife, o proletariado continuava vivendo miseravelmente, concentrado em habitações sub-humanas. O coeficiente de mortalidade geral expressava bem as precãrias con-

(32) Idem, 25/04 a 28/04 de 1918.

(33) Idem, 21/05/1918.

(34) Também houve paralisações dos estivadores, dos tecelões da Vãrzea e das cigarreiras das Fãbricas Caxias e Lafayette.

ções de vida, da grande parte da população de Recife(35). Mesmo assim, em julho de 1919, a cidade vai ser sacudida pela grande greve da década: a greve geral de 1919, iniciada pelos operários Tramways.

(35) Publicado n'A Ordem, Recife, de 11/07/1918:

ANO	POPULAÇÃO	ÓBITOS	COEFICIENTE POR MIL HAB.
1910	198000	8541	431
1912	210000	7677	365
1914	220000	7198	312
1915	240000	8167	340
1916	240000	7561	315
1917	245000	6347	259

Obs.: Dados oficiais: informações da Diretoria de Higiene.

CAPÍTULO IV

A GREVE DE 1919

A agitação política em 1919 se fez presente em todo Brasil. Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro foram sacudidos por constantes greves. Os operários, também, organizaram, no Rio, um Partido Comunista e realizaram em junho a 1ª Conferência Comunista do Brasil, com o comparecimento de delegados anarquistas do Distrito Federal, Alagoas, Minas, Paraíba, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. O núcleo paulista ficou encarregado de elaborar um programa do partido, publicando no jornal A Plebe, 23/08/1918. O PC do B teria como finalidade lutar pela abolição do Estado e de todas as leis e instituições políticas. Pensava-se na socialização, de todos os bens de consumo, terras e fábricas e os indivíduos participariam de comunidades ligadas entre si através de comissões de relacionamento e correspondência (1); as propostas tinham portanto raízes anarco-sindicalistas que continuava sendo a corrente mais combativa do movimento operário da época (2).

(1) Dulles, J.F., op. cit. pp. 77/79.

(2) Os anarco-sindicalistas, nunca, chegaram a monopolizar a liderança do movimento operário. Se na conjuntura de 17/20 foram os seus grandes condutores, na década de 20 teremos a expansão do sindicalismo amarelo e o surgimento do PC do B, e o declínio da influência dos anarquistas, sobretudo no Rio.

Em Pernambuco, o movimento tinha sofrido certo refluxo, no final de 18, motivado pela forte repressão policial e pelas inúmeras mortes causadas pela gripe espanhola. No entanto, a atuação da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras e o trabalho feito pela Tribuna do Povo foram muito importantes para reorganização das associações operárias. Estavam ligados a Federação cerca de 13 Sindicatos na capital e 14 Sindicatos de Ofícios Vários no interior. É claro que não era um operariado numeroso, com plena consciência da sua "missão histórica", nem tampouco havia um desenvolvimento das forças produtivas típicas de uma cidade industrial. O mercado de trabalho não oferecia uma certa diversificação como São Paulo. O controle de operariado também se fazia através das várias associações beneficentes, caixas de socorro, verdadeiras sugadoras dos míseros salários dos trabalhadores e criadoras de ilusões. A economia pernambucana não perdia sua dependência da agro-indústria açucareira. Mas o Recife não era mais assim: o Recife do açúcar, "ele era talvez o Recife do empório comercial" que o açúcar alimentara tanto" segundo Souza Barros. Se, na verdade, Recife era o centro comercial mais importante da região, com setor de serviços representativo, os privilégios econômicos ainda continuavam praticamente nas mãos de umas poucas famílias (3).

A repressão havia aumentado no governo de Borba com a invasão de associações e prisão de operários. Não se pode negar, contudo, que ele enfrentou um período de maior agi-

(3) Souza Barros, Manuel: A Década de 20 em Pernambuco, Paralelo, Rio, cap. II e III.

tação social, de dificuldades econômicas fortalecidas em parte pelo próprio conflito mundial e um movimento operário mais combativo e organizado. Não vamos cair nas avaliações equivocadas que poderiam inclusive, ressaltar e considerar a política de Dantas Barreto mais favorável à classe operária. Os dois tiveram problemas e viveram em conjunturas diferentes. Não é o caso, portanto, de afirmar que um foi melhor do que o outro. A repressão foi usada em ambos os governos, pois, na essência, os interesses que os orientavam, eram os mesmos: defender a ordem social existente e não deixar que outros setores da sociedade participassem efetivamente das decisões políticas. Os membros da classe operária que não foram seduzidos pelos acenos governistas, não pouparam críticas às tentativas de Dantas de buscar nela novos suportes políticos. Borba não deixou, todavia, de contar com o apoio da COP. O que eles queriam era um operariado dócil, manipulável, para utilizá-lo nas suas manobras políticas (4).

Mas os preparativos para comemoração do 1º de Maio foram organizados por uma comissão da Federação de Resistência e alcançaram pleno êxito. Foi programada uma sessão no teatro do Parque, onde A Tribuna do Povo lançou uma edição especial. Todo o comércio, redação de jornais e fábricas fecharam. As fábricas dos Pessoa de Queirões e Tecidos de Malha da Várzea, instituíram a jornada de 8 horas de trabalho. A Federação enviou, no mesmo mês, um memorial a Associação Comercial solicitando cola

(4) Sobre o problema da repressão no governo de Borba, vê Pimenta Joaquim, op. cit., pp 211/213.

boração na luta pela jornada de 8 horas. Constituiu-se uma comissão central para fazer contato com os industriais e construtores, visando definir para todos os setores a oficialização desta jornada. O jornal a Tribuna do Povo publicava sempre notícias sobre o andamento da luta que, infelizmente, não saiu vitoriosa (5).

No Pernambuco Tramways, os operários' solicitam intervenção da Federação, no sentido de levar suas reivindicações à direção da empresa, sendo, então, enviado um ofício discriminando as exigências desses operários: liberdade de associação, aumento de 30% e jornada de 8 horas. A Tramways negou-se, no entanto, a reconhecer o direito da Federação representar os operários. Era uma clara demonstração de que apesar de consagrado, constitucionalmente, se tentava, na prática, recusar o direito de associação, sobretudo quando ele se legitimava com sua combatividade e não aceitava, passivamente, a exploração a que estavam submetidos os seus associados. Os operários resolvem diante da recusa' da Tramways entrar em greve. Conseguem aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho. Os foguistas do Porto também conseguem melhoria salarial. Os 360 trabalhadores das Docas, depois de 8 dias de paralisação conseguem uma diária de 5\$000 e mais mil por' cada hora extra, ficando a sua jornada de trabalho no período das 9:00 hs às 16:00hs.

(Mas as represálias não tardam. A Pernambuco Tramways demite todos os empregados eleitos para a diretoria da União Cosmopolita, órgão representativo dos operários deste setor, e ameaça outros com a mesma punição.)

(5) Alguns números da Tribuna do Povo encontram-se no Arquivo Edgar Leuenroth - UNICAMP.

O problema da carestia continua sério. Um comunicado da Alimentação Pública cria uma tabela de preços que causa revolta entre os comerciantes (6). Os boatos de agitação social eram frequentes. O jornal Pequeno publica uma matéria que causa uma grande repercussão. Falava da possibilidade de realização de um congresso comunista/anarquista em Recife. Viria até gente do Rio com o objetivo de promovê-lo (7). O jornal encarrega, então,

- (6) Uma carta enviada ao Jornal Pequeno, publicada no 05/07/1919, trazia tabela comparando os preços do Rio e do Recife, dos artigos de primeira necessidade. Eis alguns exemplos:

ARTIGO	RIO	RECIFE
Batatas especiais	500 réis	1\$300 réis
Frangos pequenos	1\$700 "	1\$000 "
Arroz agulha e	960 "	1\$800 "
Milho - Kg.	260 "	380 "
Querosene (lata)	12\$00"	9\$800 "
Bacalhau - Kg	2\$300"	2\$300 "

Também no mesmo jornal, 01/07/1919, há uma tabela de preços fixados pelo comissariado:

carne verde - 1\$200 Kg.
 carne xarque - 2\$150 Kg.
 cebolas especiais - 900 réis Kg.
 ovos frescos (dz) - 1\$200

Apesar do problema da carestia, tivemos, segundo Werner Baer, um crescimento de 212% na produção industrial brasileira entre 1914/1919, ajudado inclusive pela quantidade de mão-de-obra disponível. (Vê Baer, Werner: A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil, Rio, Getúlio Vargas, 1975, pp. 12 13.

- (7) Jornal Pequeno, Recife, 11/07/1919. O jornal apresentava uma manchete provocativa: "Maximalismo no Recife ?!" E no texto

um repórter para verificar o fundamento da notícia. Os operários negam-se a fazer declarações. A Federação de Resistência afirma, porém, que as idéias maximalistas não tinham penetração e que elas estavam restritas a alguns operários do Rio que tinham ali contato com "o elemento cosmopolita do trabalho". O chefe da polícia, por sua vez, não perdeu a oportunidade de afirmar que proibiria tal congresso e acrescentou que "o nosso operariado felizmente, ainda não se impressiona com a violência e inexquibibilidade desse amontoado de absurdos em que se geram as idéias maximalistas"(8). Tudo não passou das especulações.

E as greves continuam. Nas docas os operários paralisam o trabalho por 8 dias. Mas as coisas não ficaram sãõ aã. Uma comissão de trabalhadores da Pernambuco Tramways, assessorada por Dr. Joaquim Pimenta, procura o superintendente daquela empresa, no dia 21/07, com a finalidade de fazer-lhe a entrega de um memorial com 28 cláusulas. O mesmo digníssimo Butler recusa-se a recebê-la sob a alegação de que havia nela um elemento estranho à questão: o Dr. Pimenta. A comissão ainda persistiu nas suas intenções, solicitando inclusive a intervenção do chefe da polícia, mas a outra parte permaneceu irredutível (9).

salientava: "Essa gente de sonho rubro e macabro que Lénin espalhou no mundo teria vindo do Rio de Janeiro, especialmente incumbida de tentar aqui a realização do congresso ..."

(8) Idem.

(9) A comissão era formada por José de Vasconcelos, José Bezerra, Cícero Malta e José Bezerra Filho. Os operários exigiam entre outras coisas:

Às 19 horas do mesmo dia, realiza-se, em frente a sede da União Cosmopolita, um grande comício com comparecimento de outros setores do operariado. Falaram Pimenta, J. Seabra (representando a Federação, F. Neves (pelos marceneiros) , João Oliveira (Associação dos Lancheiros) e Amaro Araújo. Diante do impasse nas negociações, é declarada, no dia 22, uma greve pacífica, ocasionando uma redução inicial no tráfego dos bondes e que, aos poucos, vai se transformando numa greve geral. Para garantir o trabalho nas oficinas da Tramways, são enviados 35 praças da polícia. Nem mesmo um encontro entre Sr. Butler, Dr. Apulcro de Assumpção delegado da Capital, Dr. Arnulpho Lins e Silva, delegado do 1º distrito, com uma comissão de 10 operários, acompanhado por Pimenta, evitou a continuidade do movimento.

No dia 23, o Diário de Pernambuco publica uma carta enviada pelo Sr. Butler, onde ele ressalta que a companhia estudaria o memorial dos operários e tentaria atendê-lo no que fosse possível. Era público que a situação financeira da Tramways se apresentava bastante deficitária, mas existia um certo

- (1) Readmissão dos empregados demitidos por pertencerem a União Cosmopolita;
- (2) Redução das horas de trabalho dos motorneiros e condutores com diária de 8\$000;
- (3) Abolição das multas, sendo substituídas por suspensão nunca superior a 5 dias;
- (4) Aumento de salários para todos os empregados nas seguintes proporções:
 - Para os que ganhavam de 1\$000 a 3\$000 diários um aumento de 70%
 - Os de 3\$000 a 6\$000 diários um aumento de 50%.

consenso que as reivindicações dos operários eram justas. Os estudantes da Faculdade de Direito fizeram, inclusive, uma passeata de apoio. A Federação de Resistência corroborando sua posição, lança um boletim agradecendo a solidariedade geral: "Não está em litígio somente a causa dos operários, está em perigo a própria dignidade do povo, espezinhada por uma Cia. estrangeira. A causa dos trabalhadores está vitoriosa em toda linha... A greve está no começo e ela só tende a alastrar-se". E realmente ela tinha razão. Nas docas 500 operários abandonam o serviço de desembarque de mercadorias. Os chauffers e a associação dos auxiliares de cafés, hotéis se solidarizam com o movimento.

Às 18 horas, o tráfego da Pernambuco Tramways fica completamente paralisado. As pessoas tiveram que ir a pé para suas residências. Já durante a tarde, numerosos populares haviam feito manifestações de desagrado aos fiscais que não tinham entrado em greve. No centro, muitas ruas ficaram às escuras e nos arrabaldes a falta de luz foi completa. O Diário, analisando o movimento, não deixava de elogiar os grevistas e recriminar a intervenção "de elementos estranhos a questão e aos interesses dela pendentes". Afirmava que

" apesar da perturbação trazida a vida da cidade pela redução extraordinária do serviço de transportes, causou em geral boa impressão a atitude em que se mantiveram os grevistas, deixando aos que não os acompanharam, o exercício da liberdade de trabalho que, sendo um bem de todos, deve ser de todos acatado " (10).

(10) Diário de Pernambuco, julho /1919.

Mas não poupava críticas aos elementos estranhos:

" Isso mostra que nos trabalhadores em greve , não falta felizmente o bom senso necessário para resistir às injunções, em regras pouco escrupulosas dos agitadores profissionais que procuram explorar-lhe a boa fé, como se eles devesseser destituídos de reflexão e julgamento próprios.... Temos a impressão de que talvez ontem, sem maiores prejuízos e incômodos para o público e os grevistas, a situação teria sido resolvida num entendimento razoável entre estes e a Cia, se não fosse a inoportuna interferência de elementos estranhos a questão e aos interesses dela dependentes " (11).

O alvo maior desses ataques era o Dr. Pimenta que ganhava, a cada dia que passava, mais popularidade. Numa entrevista, dada ao Jornal Pequeno (12), denunciou as arbitriedades cometidas pela Tramways, e elogiou os industriais pernambucanos que, segundo ele, vinham estabelecendo razoáveis acordos com os trabalhadores. Pimenta tentava, como confessou em suas memórias, fazer da greve também uma manifestação de repúdio a uma Cia. estrangeira que "não satisfeita de explorar o trabalho, pessimamente remunerado do operário brasileiro, ainda o tratava como um pária, como se o Brasil fosse uma colônia de nações es

(11) Idem, julho, 1919

(12) Jornal Pequeno, julho /1919.

trangeiras, para as quais a sua soberania nada valesse e, com esta, as leis que dela emanavam" (13).

O objetivo tático de Pimenta era tornar o movimento o mais simpático possível a população em geral, dar-lhe um caráter nacional-popular, inclusive, relembrando a tradição de luta dos pernambucanos contra os invasores estrangeiros e vários movimentos tão comuns no Brasil colônia. Além do mais, as reivindicações dos operários não colocavam em cheque, em nenhum momento, o regime político existente, como tanto temiam os setores mais reacionários. Também, não havia condições para que as associações operárias levassem uma luta política de contestação direta da estrutura de poder, embora não concordassem com ela e criticassem duramente a exploração desmedida que ela procurava legitimar. E, segundo Pimenta, "batendo sempre nessa tecla" o efeito não se fez esperar: a causa dos trabalhadores da empresa passou a ser, em vez de uma simples questão de classe, uma questão de dignidade nacional" (14).

No dia 24, os jornais estampam mais uma carta do Sr. Butler, respondendo às 28 cláusulas do memorial dos operários e frisando a necessidade de se conseguir uma reconciliação entre as partes. Justifica também sua recusa em dialogar com elementos estranhos ao quadro de funcionários da empresa.

(13) Pimenta, Joaquim, op. cit., pág. 200

(14) Idem. O movimento também foi justificado nos boletins "como um gesto natural e legítimo de defesa de um direito que a constituição de 1891, plenamente garantia....."

É publicada uma tabela de preços de trabalho nas diversas secções da Tramways (15). E sobre a crise financeira atravessada pela Cia. afirma que:

" da receita bruta da Tramways 33% são absorvidos no pagamento de pessoal brasileiro, 3% do ' pessoal estrangeiro, 22% de materiais comprados

(15) CATEGORIA	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
	Tráfego		
Motoneiros	600	450	490
Condutores	600	450	485
Limpadores	350	200	248
Manobreiros	300	200	297
Chaveiros	250	200	207
Vigias	200	150	157
Trabalhadores	400	150	251

SEÇÃO BEBERIBE - CAMPO GRANDE

Condutores	550	450	497
Brequistas	250	250	250
Vigias	300	180	210
Serralheiros	900	(?)	314
Carpinas	750	150	502
Maquinistas e			
Foguistas	720	350	523
Trabalhadores	600	200	282

OFICINAS DE SANTO AMARO

Trabalhadores	700	220	279
Pintores	700	250	436
Carpinas	850	300	588

nesta praça, inclusive lenha para combustível e 4% das despesas gerais aqui feitas, o que perfaz um total dessa mesma receita que aqui volta a circular sob formas diversas de consumo "(16).

máquinas	750	200	413
Funileiros	550	150	294
Fundidores	750	100	442
Ferreiros	900	100	413
Trabalhadores	600	250	256
Eletricistas	650	200	414
Overhead	700	250	269

USINA ELÉTRICA

Maquinista	840	420	595
Eletricista	840	375	600
Cavoeiros	700	550	570
Serralheiros	840	100	335
Trabalhadores	400	150	342
Sub estações	625	250	402

FÁBRICA DE GÁS

Diversos Má	Máximo	Mínimo
empregados	750	550

Obs.: nas tabelas mencionadas, o valor das diárias é em rês.

(16) Diário de Pernambuco, Recife, julho /1919.

Além disso,

" o excedente fica sujeito ao pagamento dos direitos dos materiais importados, avaliados esses direitos ou menos em 1% da renda bruta e restante para o pagamento de materiais importados, de juros e amortizações de nossas debêntures em Londres, além da compra pelos elevadíssimos preços de hoje do material que se está inutilizando e precisa ser substituído " (17)

Qual então a saída proposta?

4268/BC
 " A Cia. ficará habilitada a resolver a atual situação se lhe fosse permitido aumentar o preço da passagem de 1.ª classe e que não tinha tentado receiosa da má vontade do público a quem deseja sobretudo dar um serviço tão perfeito quanto possa se " (18).

Cita o Sr. Butler o auxílio que a Tramways, através da Caixa de Socorro, deu para os operários vitimados pela epidemia de gripe espanhola. Fala também de interesse da Cia em entregar a direção da Caixa aos empregados "continuando

(17) Idem, julho /1919

(18) Idem, julho /1919.

porém a fazer os descontos feitos até hoje, até a completa amortização da dívida da mesma Caixa" (19).

No mesmo dia, é publicado um boletim da Federação, criticando o Diário de Pernambuco pela maneira que falava "da presença de certos elementos na condução da greve". Usando termos agressivos afirmava que o jornal continuava arrotando sandices. Defendia Pimenta não só como seu assessor jurídico, mas também como correligionário. O Diário respondeu reconhecendo a procedência de grande parte das reivindicações dos grevistas, aconselhando-os, contudo, a tratarem diretamente de seus problemas, prescindindo da intervenção perturbadora de certos elementos estranhos a classe. Não acreditava o jornal, inclusive, que fossem os operários os autores de tal boletim (20).

Os atos de solidariedade continuam. Uma comissão do Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão (Júlio de Moraes, Severino Roberto e Luiz Bezerra), esteve na redação do Diário, acompanhada por três trabalhadores da Usina Muribeca (José Feitosa, Manuel dos Santos, João Anjos), declarando que havia se manifestado em greve e que era absolutamente solidária aos companheiros da Tramways (21). Estes reclamaram do baixo salário pago pela Usina (3\$000 a diária) e o regime de trabalho excessivamente autoritário imposto pelo proprietário da mesma Sr. Júlio Ma

(19) Idem. A tal caixa vinha sendo criticada pela Tribuna do Povo, como mais uma extorsão praticada pelos patrões.

(20) Idem, julho / 1919.

(21) Idem, julho /1919.

ranhão, que chegou a solicitar ajuda de policiais para manter a "ordem".

Também, uma grande comissão das fábricas de cigarros Caxias e Lafayette coloca-se a disposição dos grevistas. Já os operários da fábrica de Chapéus Mercúrio enviam a quantia de 28\$000, enquanto os Sr. Medeiros e Gia., proprietários do café Pátria, enviam 50kg de café para serem distribuídos e prometem manter a remessa até o término da greve. Além disso, ocorrem algumas depredações e são colocadas grandes pedras sobre os trilhos, visando descarrilhamento dos trens. A dificuldade de transporte era imensa. As duas garagens de bicicletas existentes na época, em Recife, praticamente, esgotaram seus estoques. Alguns chauffers de automóveis de aluguel aproveitaram-se para aumentar o preço das tarifas. E as ruas, na sua maioria, permaneciam às escuras.

Os estudantes de Direito, por sua vez, fazem uma reunião de protesto contra a maneira descortês com que Pimenta foi tratado pelo superintendente da Pernambuco Tramways. Comparecem cerca de mil pessoas, na sua maioria operários grevistas. Também presente o 1º delegado da capital Arnulpho Lins e Silva. Falaram na ocasião Pimenta, J. Seabra e vários acadêmicos. O ato é seguido de uma passeata que percorre as ruas de Riachuelo, Aurora, Lima até a sede da União Cosmopolita. Na rua Aurora, o bacharelado Edgar Gusmão saúda o desembargador chefe da polícia, Antonio Guimarães, elogiando seu comportamento. São dados vivas ao operariado livre e a mocidade acadêmica. Na sede da União Cosmopolita novos discursos, falando Otaviano Cavalcan-

ti em nome dos grevistas. Às 16 horas, realiza-se, na Av. Martins de Barros, um "meeting" no sentido de concitar os operários a continuarem firmes na sua posição.

No mesmo dia 23, os grevistas haviam distribuído um boletim que diz bem da orientação seguida pelo movimento. Ei-lo:

" Os operários precisam não se iludirem com os traficantes políticos. As classes trabalhadoras de Pernambuco não têm candidato e nenhum pleito eleitoral. Os únicos que agora guiam as organizações operárias de todo país são os de completa emancipação de jugo capitalista e, como tal, nada têm que ver com as lutas dos diversos partidos políticos que aqui se digladiam encarniçadamente.

Não acredite o operariado ' que esse ou aquele político pense em combater a matilha parasitária, não. Eles, os políticos, ' são representantes, dessa mesma matilha; eles ' vivem dela e para ela. A libertação operária de ve ser obra dele próprio. Fazendo tal protesto ' o nosso intuito é afastar o operariado de uns ' certos águias que querem arrastar os operários ' para as próximas eleições, fazendo a publicação da existência de um comitê, cuja diretoria é ' composta de doutores e coronéis etc., entre eles os drs. Fábio da Silveira Barros, Rodolfo Araújo e concomitante caterva.

Se tal comitê que vie a fazer as mais ridículas exhibições agachando-se '

aos pês humildemente de quanto rēgulo polĩtico aqui existe, faz parte algum operãrio, estamos certos esse mesmo operãrio ĩ algum pernicioso' cavador que se quer engrandecer a custa das ' classes exploradas. ĩ que o organizador de tal comitē, operãrio que ser burguēs e mandão.

Podem mudar de rumos tais' indivĩduos na certeza que o operariado nã os tomarã a sērio.

A comissão " (23)

Diante da proposta da Tramways os operãrios reũem-se na sede da Federaçãõ, no dia 24, encarregando Joaquim Pimenta depois de um longo debate, de redigir um novo memorial. No documento, a imprensa ĩ acusada de mã vontade, as ' reivindicações anteriores sãõ mantidas e propõe-se um novo encontro que foi efetivado a tarde do mesmo dia. Depois de 5 horas de negociações, o representante da Cia., rejeita trēs clãusulas' do memorando e modifica uma, aceitando as restantes (24). Os operãrios reunidos, mais tarde, em assemblēia na Uniãõ Cosmopolita, resolvem continuar o movimento, agora tambēm com adesãõ jã confirmada dos inspetores, despachantes, fiscais e porteiros da Tramways. As negociações mais uma vez fracassam.

(23) Idem, julho 1919-

(24) Estavam presentes na reuniãõ o Dr. Pedro Cahu, advogado da Tramways, Oswaldo Machado, diretor do Jornal Intransigente, os delegados Apulcro Assumpçãõ e Arnulpho Lins, o Sr. Butler,

Enquanto isso, os operários da construção civil, em sessão presidida por Guilhermino Silva, votam por aclamação, uma moção de solidariedade moral e material à Federação operária, admitindo inclusive a possibilidade de uma greve geral e a presidente da União das Engomadeiras, Anália Nery, envia carta ao Diário, protestando contra o regime de exploração:

" A burguesia não satisfeita de explorar os homens e as crianças, está agora substituindo nos diversos serviços, os homens pelas mulheres para, confiados na sua falta de cultural social, explorá-las desapiadadamente.... E para evitar esse mal que há tanto nos acompanha, são cada classe fundando a sua associação " (25).

Joaquim Pimenta e a Comissão operária.

Foram recusadas as cláusulas que tratavam da readmissão do motorneiro chapa 534, da permanência dos auxiliares de condutores nos pontos de manobra, da substituição de empregados superiores por outros de categoria inferior, com direito de perceberem este, os salários daqueles.

A cláusula modificada foi a 5a., que trata do aumento de salários e diminuição de horas de trabalho. A Pernambuco Tramways achou possível a regularização dos salários, para todos os empregados, mas propôs o seguinte:

I- Prazo de 90 dias para por em execução a tabela de 8 horas de trabalho.

II- Prazo de 15 dias para estudar a possibilidade do aumento salarial.

(25) É interessante que esta carta, enviada em maio, só foi publicada em julho. Também, são publicadas notícias de apoio aos

Nem mesmo a volta dos trabalhadores do cais do porto às atividades, depois de acordo onde garantiram a presença de fiscais nomeados pela União do Cais do Porto, arrefeceria o movimento.

O tráfego de bondes estava absolutamente paralisado. Até os jornais deixaram de circular nos dias 26/27/28. Apenas Tribuna do Povo, órgão da Federação de Resistência, saía em edições sucessivas. Nos hotéis, os patrões encarregam-se de servir aos hóspedes. Os subúrbios continuam às escuras. A maioria das padarias também fechou suas portas. Embora a greve tivesse sido conduzida pacificamente, as depredações eram comuns, porém, a própria imprensa isentava os operários de qualquer culpa.

No dia 27 à tarde, foi solicitada, pelos próprios grevistas, a intervenção do governador, Manuel Borba. Em reunião efetivada no Palácio do Governo, as bases do acor-

grevistas, por parte dos Sindicato de Marceneiros e Classes Correlativas, da União Sindicalista dos Artistas e Operários de Pernambuco. Outra manifestação de solidariedade foi uma carta assinada por "muitos habitantes do Recife", sugerindo aos grevistas, a inclusão de mais 2 exigências:

"I- Fica desde já proibida a construção de bondes no sistema atualmente em serviço, o que tem sido um perigo para as vidas dos condutores expostos a morte ou defeitos físicos que impossibilitam o trabalho.

II- Os novos bondes serão construídos de modo que a cobrança possa ser feita, pelo centro dos carros, como se usa em toda parte do mundo."

do são estabelecidas (26). No dia 28, no escritório da Pernambuco Tramways foram concluídas as negociações. Para fazer a comunicação dos resultados foi convocada, pela Federação, um grande encontro na Av. Martins de Barros. Uma passeata percorre, depois, as principais ruas do centro da cidade, com duas bandas de música da polícia presentes. Diversos operários cantam a Internacional. Após a passeata uma comissão de operários vai ao palácio do governo, ao quartel general e à chefatura da polícia, agradecendo a colaboração do governador do Estado, do Inspetor da Região e do chefe de polícia. Terminara uma greve "em proporções como até hoje jamais se verificou em todo Brasil, isolando o Recife do interior do Estado por um controle da rede ferroviária", segundo salienta Pimenta em suas memórias. (27)

(26) As bases do acordo foram as seguintes:

- I- Motorneiros e condutores, desde a entrada até 6 meses, 500 réis por hora;
- II- De 6 meses a um ano, 550 réis;
- III- Os que tiveram atualmente de 1 ano a 2 anos, na Cia., 600 réis;
- IV- Os que tiveram mais de 2 anos, 650 réis;
- V- Nenhum trabalhador será obrigado a mais de 10 horas de serviços;
- VI- No aprendizado, motorneiros e condutores terão 200 réis por hora;
- VII- Aos operários que ganham 1\$000 a 2 mil réis (20%), de 2 mil a 4\$000 (15%), de 4\$000 a 6 mil (10%) e 6\$000 a 10\$000 (5%)

(27) Pimenta, Joaquim, op. cit., pp. 201/202.

No entanto, apesar da cidade ir voltando ao seu cotidiano, o clima entre os operários e a Pernambuco Tramways continua tenso. Um grupo armado danifica instalações desta empresa. Através das declarações de delegados operários e de Pimenta tal atitude foi reprovada, embora eles ressaltassem que a Tramways não havia cumprido muitas das cláusulas do acordo anteriormente feito. A polícia prende, por sua vez, empregados da mesma empresa acusados de tentar atear fogo na ponte da Torre. Seguem-se novas depredações. A Federação declara nada ter com esses atos, possivelmente provocativos.

Uma comissão de operários, sob a direção de Pimenta, resolve enviar um novo memorial ao superintendente de Tramways, solicitando mais uma vez aumento salarial e readmissão dos grevistas. A empresa nega-se a atender o memorial, provocando início de uma greve fracassada no seu nascedouro por falta de apoio. Seria realmente difícil depois de tantos dias de paralisação retomar um novo processo. A repressão aumentava a cada dia numa medida intimidativa. Operários são presos, acusados de portarem panfletos anarquistas e terem planos terroristas. Mais ainda: o inquérito policial feito para descobrir os autores das depredações conclui acusando os empregados da empresa. Procura-se criar um clima desfavorável para as associações operárias. Apesar de tudo, ocorrem greves nas Fábricas Caxias e Lafayette, na Cervejaria Pernambucana; os padeiros reivindicam folga aos domingos e 600 trabalhadores das docas paralisam suas atividades, o mesmo fazendo os do Diário de Pernambuco. Os operários continuavam na sua luta contra a exploração, utilizando-se praticamente da grande arma que

dispunham: a greve.

Conhecido o processo, cabe agora fazer algumas colocações sobre a greve de 1919. Primeiramente, vemos que não foi algo deslocado, inesperado, dentro do movimento operário. A conjuntura de 1917/1920, foi explosiva em termos sociais. Havia inclusive um certo clima de euforia, devido às notícias vindas da Europa sobre a possibilidade de uma grande revolução social. O exemplo da Rússia era enfatizado e repercutia na imprensa, provocando polêmicas.

A Federação de Resistência tinha feito avançar suas propostas, penetrando nas associações operárias, dando maior combatividade ao movimento. Os anarco-sindicalistas haviam, praticamente, assumido a coordenação geral das greves, articulando-as e quase que fazendo com que a COP tivesse participação mínima dentro da organização da classe. Realmente, depois de 1917, quando, ficou mais do que evidente seus "métodos de luta", os socialistas pouco representavam, a não ser para os interesses governistas. As suas manobras eram denunciadas ao operariado, pelos anarcos, que os deixavam sem possibilidades de levar adiante suas propostas. Por sua vez, os socialistas não faziam por menos, nas suas críticas aos anarcos, chamando-os de agitadores inconsequentes. Na verdade, eram grupos visivelmente antagônicos e irreconciliáveis. É interessante que à medida que os anarco-sindicalistas iam ascendendo, os socialistas mais reforçavam seus laços com o governo e até o seu discurso confundia-se com o da classe dominante.

A presença de Joaquim Pimenta é outro

aspecto que merece atenção. Pela primeira vez, um elemento da pequena-burguesia envolvia-se, mais diretamente, com o movimento operário, inclusive exercendo uma liderança inegável. Pimenta foi convidado pela Federação, por indicação de Cristiano Cordeiro, (28) para assessorar a comissão dos grevistas nas negociações. Embora nas suas memórias chegue a se considerar um grande estrategista do movimento, não devemos de forma alguma esquecer que a Federação tinha força hegemônica dentro do operariado e podia caminhar com suas próprias pernas. Pimenta, considerado, nos meios acadêmicos, um verdadeiro revolucionário, era, ideologicamente, difícil de ser definido. Também, era uma vítima do ecletismo ideológico da época, só que com um raro senso de oportunismo.

Importante é a solidariedade recebida pelos operários, apesar dos transtornos trazidos (faltas de luz e transporte, por exemplo). A bandeira do nacionalismo, agitada pelo movimento, teve ressonância. A Tramways era bastante criticada pela população. Seus serviços eram falhos e tratava muito mal seus empregados, além de representar os interesses dos capitais ingleses, dos trustes estrangeiros, como se dizia na época. Na verdade, ela explorava a população de várias maneiras. Além do mais, as reivindicações dos operários, sobretudo as salariais, eram quase que almeçadas por todos, mesmos aqueles que estavam ligados ao aparelho burocrático do Estado. Todos se sentiam prejudicados com o alto custo de vida, numa sociedade onde apenas uma mi

(28) Correspondências.

norria partilhava do grande banquete. O sentimento de revolta era algo latente, não sō dentro da classe operãria ou dos mais oprimidos.

Não se pode esquecer que, numa estrutura de classes ainda em processo de definição, apesar das 'contradições serem evidentes, não era difícil que essas reivindicações do movimento operário ganhassem um significado mais amplo, além mesmo dos seus objetivos iniciais ou corporativos. Melhores condições de vida e trabalho não eram exigências tão específicas dos que estavam nas fãbricas, carregavam sacas no porto, dirigiam os bondes nas ruas. Era comum as greves ditas operãrias se transformarem em movimentos populares, com grande mobilizações, talvez, mais difíceis de ocorrer nos dias de hoje. As greves de 17 e 19 em Recife são exemplos disso. As classes estavam se constituindo, criando na prōpria prática políitica a sua identidade, conhecendo-se e reconhecendo-se, por conta inclusive das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, isto facilitou o surgimento de mobilizações mais amplas (29)

As grandes greves, em Pernambuco, estavam sempre relacionadas com o setor de transportes. Vãrias greves no porto, paralisando o embarque / desembarque de mercadorias, atividade sumamente valiosa para uma cidade como Recife. O mesmo se fazia notar, nas diversas secções da Great Western e Per

(29) Vê os relatōrios do projeto "Fontes para o estudo da Industrialização no Brasil", UNICAMP - FINEP, 1979/1980.

nambuco Tramways. Paralisações que atingiam setores vitais da economia. A intervenção do Estado e o seu interesse em normalizar os serviços retratavam uma preocupação em não deixar que o movimento se radicalizasse, evitando que prejuízos maiores atingissem a classe dominante, sem falar, é claro, na sua preocupação com a ordem "legitimadora" dos seus interesses. A preocupação das lideranças operárias em conduzir o movimento, pacificamente, advinha da necessidade de não justificar a repressão, evitando os tumultos e as depredações. Com isso, também, conseguiam certa adesão dos setores da sociedades, mais vacilantes, que viam com simpatia certas reivindicações dos grevistas, mas temiam qualquer coisa que, de longe, se assemelhasse a uma "convulsão" social.

Não se deve esquecer também que se estava em plena campanha visando as eleições para governador do Estado. As expectativas eram grandes, devido às rivalidades entre dantistas e borbistas. Dantas não escondia seu desejo de retomar sua antiga posição, mas sua iniciativa fracassaria. O candidato de Borba, José Bezerra, o derrotaria. A posição da Federação era de total equidistância da disputa, não querendo envolvimento com política partidária segundo seus estatutos. Não era esse, no entanto, o comportamento geral. Na Tribuna do Povo, foi publicado um violento artigo contra as manobras de Ezequiel, chamado pelo jornal de pequeno-burguês e mercenário, pela sua prática política oportunista.

Por fim, quando estudamos uma greve é preciso que conheçamos, não só o seu processo de gestação, mas

também termos o cuidado de verificar o seu desdobramento. De que adianta uma negociação em que os patrões resolvam ceder às exigências da classe operária, se depois as condições desse acordo, serão burladas? Não pode ser equivocada a análise que toma a greve como vitoriosa antes de avaliar até onde foram cumpridas as promessas dos patrões sobretudo, numa sociedade onde a força política do operariado é bastante limitada e nem a ordem jurídica é respeitada? Na greve de 1919, no que se refere a Pernambuco Tramways, ocorreu um exemplo disso: a empresa pouco ligou para o acordo estabelecido. Os operários ainda tentaram uma nova greve que fracassou, por motivos que vimos acima.

Fazer uma análise, portanto, da prática da classe operária, limitando-se apenas aos momentos de radicalização da luta deixa muitas lacunas, podendo, inclusive, conduzir a conclusões precipitadas. O avanço da luta política não se dá apenas com a obtenção de melhores salários. O avanço se dá com percepção das contradições sociais, do sistema que garante a sua reprodução e a consequente exploração da classe operária. A medida que a classe operária vai se conscientizando das suas possibilidades políticas e do papel que ela pode exercer na transformação desta sociedade, através de sua participação decisiva, se dá o avanço da sua luta. Mas não se deve esquecer que toda luta política se desenvolve numa situação concreta. Daí ser totalmente arbitrário qualquer espécie de cobrança a priori, acusá-la de não ter levado a luta até as últimas consequências, como se o fato de haver conflito entre o capital / trabalho determinasse que a, qualquer momento, a classe operária estaria pron-

ta para desafiar a burguesia. Se os operários da Pernambuco Tramways não tiveram, naquele momento, condições de impor a empresa' uma saída que lhes favorecessem, não seremos nós agora, que anacronicamente, vamos imaginá-los incompetentes, como se tivesse - mos o direito de julgá-los.

A greve de 1919 ser destacada pela organização e amplitude. Se a negociação foi concretizada através das autoridades estatais, não significa uma incapacidade das lideranças operárias. Na verdade, as paralisações estavam preocupando a classe dominante, afetaram setores vitais da economia, modificaram o cotidiano da cidade, transformada em palco constante de passeatas e manifestações de protesto. Além do mais a Federação de Resistência reafirmou sua liderança sua combatividade.' Se os anarco-sindicalistas não foram coerentes, utilizando-se do poder público para mediar o conflito, foi também em função da própria correlação de forças, bastante desfavoráveis. Além do mais, já ressaltamos, anteriormente, não podemos exigir que a prática reflita, sem distorções, toda uma formulação teórica, muitas vezes, extremamente genérica. Não foram, apenas, os anarco-sindicalistas que se viram encurralados pelas determinações e limitações estruturais da sociedade brasileira da época. Também, não se pode esquecer em que contexto as propostas do anarco-sindicalismo foram formuladas. Adaptá-las a luta da classe operária, nas circunstâncias acima descritas, podia significar uma certa prática, não ameaçada de desvios.

CAPÍTULO V

A LUTA FRAGMENTADA

Passada a greve de 1919, onde o operariado dá uma grande demonstração de organização e unidade, o movimento vai enfrentar uma crise interna, devido às discordâncias quanto às formas de organização e luta que deviam ser adotadas. Surgiram discussões e ameaças de rompimento. O boletim do 39 Congresso Operário, realizado em 1920, faz menções desses desentendimentos, inclusive com pronunciamento de José Elias. Houve um esforço efetivo para que nenhuma cisão acontecesse. Diz o Boletim:

" Há meses, surgiu uma desavença no seio do operariado em Pernambuco, em consequências de fatos que foram interpretados como perturbadores das normas sindicalistas revolucionárias. Provocou uma cisão que separou algumas associações da Federação das Classes Trabalhadoras, reunidas depois na Federação Sindicalista " (1).

(1) Boletim do 39 Congresso Operário, 1920, que teve a participação de 135 delegados e foi realizado no mês de abril. Sua comissão executiva tinha como seu secretário geral Edgar Leuenroth. Foram escolhidos também secretários intinerantes para diversas

Quanto aos fatos que levaram a cisão, o boletim se omitia:

" Não nos cabe entrar na apreciação dos fatos ' que provocaram a cisão. Julgamos mesmo que, em ' rigorosa análise, situações como essa que desvia momentaneamente uma parte das atenções dos camaradas pernambucanos da causa que nos empolga, abrigam não raro, algo de zelo pela integridade do ' nosso movimento " (2).

E aconselhava para a solução das discordâncias fundir as duas Federações:

"... a adoção por parte das associações desse ' Estado, para suas relações federativas, com as ' devidas adaptações das bases da UGT de São Paulo, compiladas de conformidade com as resoluções dos nossos três Congressos Operários " (3).

regiões ficando José Elias com o Nordeste. Estavam presentes de Recife, João Castelar (Sindicato dos Alfaiates), Felipe Fagundes e Severino Maciel (Associação dos Sapateiros e Classes anexas e União Geral da Construção Civil), além de João Clímaco ' (Liga Mista de Resistência dos Operários em Fábricas de Cigarro) Vê Dulles J:F. op. cit., pp113/116 e Rodrigues, Edgar pp 161/189.

(2) Idem

(3) Idem

O jornal A Hora Social, preocupado com a unidade do movimento, sugeriu a realização de um Congresso Sindicalista. Nele as duas Federações exporiam suas propostas, havendo a partir daí uma discussão geral dos seus representantes, durante três dias. Mas o problema não parecia ser de fácil solução. Uma matéria publicada pelo Jornal do Comércio do Rio e transcrita do Jornal do Comércio de Recife nos dá alguns elementos esclarecedores. Ei-la:

" Em vista da cisão entre os partidos chefiados por Pimenta e Canellas (4), o jornal do Comércio do Recife publica a seguinte reportagem - Saímos a procura de informes seguros sobre a cisão entre trabalhadores, quando, na rua da Aurora, encontramos um camarada que trabalha na construção civil a quem perguntamos sobre o partido adotado; respondendo ele que ficaria com o último e dando mais as seguintes informações: " vamos ter duas Federações Proletárias, a antiga ficará constituída por metalúrgicos e Cosmopolitas (empregados da Pernambuco Tramways), fundando Canellas uma nova União da Construção Civil, anexa aos estivadores e trabalhadores em armazéns de açúcar e outras classes.

O motivo da separação foi a

(4) O próprio Pimenta ressaltava, em suas memórias, que Canellas tinha um nível de instrução pouco comum aos operários da época. Canellas foi preso pela polícia, segundo Pimenta, e deportado para o Rio, por estar distribuindo uma brochura de sua autoria, na qual defendia o anarco-sindicalismo. Pimenta, Joaquim op. cit. pág. 203

divergência na orientação de Pimenta, o qual entusiasta pela vitória nas urnas quer arregimentar os trabalhadores para sufragarem nas eleições de candidatos. Dissidente, entendemos não imiscuir na política, velha prática praticada ' sem resultado nos países europeus, continuando' a luta que vimos praticando, fazendo a propaganda da instrução da União dos Sindicatos, das paredes e dos outros meios que dispomos. A divergência foi no meio, contuamos no fim" (5).

Na verdade, temos aí alguns elementos para elucidar os fatos que o Boletim nega-se a rediscutir. Vamos ' inicialmente polarizar a análise nas idéias e propostas de Canellas e Pimenta (6), colocadas rapidamente no depoimento dado acima, para depois focalizar aoutras questões ligadas a esta cisão no Movimento Operário Pernambucano.

Canellas havia feito uma viagem à Europa, lá permanecendo entre 21/01 a 06/09/1919, com a missão de ' observador da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras ' de Pernambuco do movimento operário europeu. Voltou mais convencido

(5) Jornal do Comércio, Rio, 15/03/1920

(6) Cordeiro, Cristiano: " Em torno de uma polêmica ", dat., pag 7. "Dissemos noutra lugar que o prof. Pimenta fora em 1919, Avant' la grève, o ponto da convergência de todos os olhares simpáticos. De então por diante, aprês la grève, ia ser o ponto de divergência no meio operário ".

do ainda da eficácia do sindicalismo revolucionário e incansável defensor das idéias de Faure. Inspirado em um dos folhetos deste autor, La Ruche, Canellas ressaltava a necessidade de os trabalhadores se organizarem independentes do sistema burguês, no relatório que apresentou da viagem à Europa (7). Também, não poupava crítica aos defensores do sindicalismo reformista, condenando qualquer ilusão com o socialismo parlamentar. As suas críticas a prudência e moderação dos dirigentes operários europeus eram em função da própria posição que o próprio Canellas tomava politicamente, que não negava o confronto direto com a burguesia e a utilização da ação direta para enfraquecer o regime capitalista e aniquilá-lo.

Apesar de tudo, tinha suas simpatias com o bolchevismo que para ele "não é uma simples teoria, é um conjunto de lições práticas. Dessas lições, o proletariado de cada país deverá aproveitar as que se aplicarem aos seus casos especiais" (8). Admitia a ditadura do proletariado como uma fase passageira rumo a uma sociedade sem classes. Em 1922, já imbuído de novas idéias políticas publicaria, no Movimento Comunista, ar

(7) Carone, Edgar: "Uma Polêmica nos Primórdios do PCB o incidente Canellas e Astrogildo (1923)" in Memória e História (1), São Paulo, Ciências Humanas, 1981, pp 15/36. Carone transcreve alguns trechos do Relatório que Canellas fez para Federação de Resistência.

(8) Idem, pag. 24.

tigos contra os anarquistas, e depois viaja como representante do PCB a Moscou, para participar do IV Congresso da Internacional Comunista. É claro que o pensamento político de Canellas era um tanto defuso, pretensioso no seu otimismo, mas interessado em organizar o operariado e lutar contra a exploração capitalista. Talvez fosse, sobretudo, um pragmático como diz Astrojildo, mas tentou formular um pensamento próprio direcionado para uma prática revolucionária.(9)

Quanto ao Dr. Pimenta, professor da Faculdade de Direito, há uma certa dificuldade em traçar o seu "perfil" ideológico. A sua prática era caracterizada por um oportunismo ou, suavizando um pouco, por um pragmatismo sem limites. Seguindo depoimento em suas memórias, fica bem claro que tipo de luta defendia.

" Procurava, pois, valer-me de todas as circunstâncias e oportunidades para criar um ambiente propício às reivindicações proletárias, levando em consideração as próprias condições do meio social, tentando romper as suas linhas de resistência por movimento de caráter popular, de interesse comum, ou não estritamente proletário, aos quais, entretanto, não poderia fugir o operariado, se não como classe, como elemento integrante ou o mais democrático da sociedade pernambucana " (10).

(9) Idem, pág. 34

(10) Pimenta, Joaquim, op. cit., pág. 217.

Seu objetivo, portanto, ia além de uma adesão as reivindicações do proletariado, mas buscava a conjugação dos diversos setores da sociedade, sobretudo, como veremos nos capítulos seguintes, formando verdadeiras frentes políticas onde encontraremos o operariado, comerciantes, intelectuais, setores dissidentes da classe dominante etc.. A sua participação na luta política ao lado do operariado não tinha intenção de tornar viáveis as propostas consideradas mais radicais e revolucionárias. Para ele as propostas de socialização dos meios de produção, a ditadura do proletariado, entre outras coisas, exigiriam, para que tivessem eco:

" um Estado assaz avançado ou hipertrófico do sistema capitalista moderno, ainda inexistente em Pernambuco, ou em todo o Brasil, para suscitar e acelerar um movimento de massas com uma consciência nítida de classe, capaz de transformá-las em uma organizada e em condições de assaltar e conquistar o poder "(11).

Diante dessas determinações estruturais, ele achava que propaganda anarco-sindicalista ou comunista pouco sensibilizava o proletariado, atingindo, apenas, aqueles que tinham um certo nível de instrução. Daí ele propor como alternativa que:

(11) Idem, pág. 216.

" Em vez de dirigir ao operariado discursos doutrinários sobre as origens da propriedade e os privilégios que ela gerava, em benefício de uma classe e em detrimento de outra, amparados e mantidos por uma engrenagem de força, que seria o Estado, preferia seguir uma tática diferente que eu reputava de mais acessível compreensão, mais oportuna e eficaz:

Arrancar das situações e dos acontecimentos o que eles pudessem dar " (12).

E Pimenta não nega que encontrava certa oposição, entre as lideranças operárias, a essa sua maneira de conduzir a luta política, como também não era bem visto pela classe dominante, devido ao seu envolvimento com o proletariado. Na verdade, ele procurava colocar-se como adepto de "um socialismo menos utópico ou cientificamente mais amplo", sem querer jamais "ser um Tiradentes ou precursor, em Pernambuco, de uma revolução social... Participou do Grupo Clarte, juntamente com outros intelectuais reformistas, interessados também na estruturação de um PS nacional. (13)

Já, em 1921, numa entrevista pelo jornal o Combate, órgão da Federação dos Trabalhadores da Ceará, tecia algumas considerações sobre sua proposta partidária que mostrava o seu personalismo:

(12) Idem, pág. 217.

(13) Idem, pág. 218.

" No Recife, eu mesmo tomei a iniciativa de fundar um Partido Socialista Pernambucano, cheguei a redigir as suas bases que os jornais publicaram. Julguei, porém, de bom alvitre não ir avante com o meu projeto. Pois se a maioria do operariado estava de acordo com a fundação do PSP, um pequeno grupo divergia, e esta divergência não me convinha, porque sempre pugnei pela união integral da classe operária, sempre lutei para que do seu seio não se dispersasse ninguém ".(14)

Criar um partido significava entrar no jogo eleitoral da época, bastante viciado e desacreditado. No entanto, Pimenta pensava também nas suas possibilidades de manipulação:

" É verdade que o voto não tem passado de uma ficção, mas é uma ficção que se ama, que se acaricia, que se disputa. É um corpo eleitoral de dez ou vinte mil votantes, unidos pelos mesmos interesses, pelas mesmas aspirações, em torno de um mesmo princípio, não há poder que não o respeite e não o tema, como nas vicitudes políticas. Demais grande número de operários continua a votar sob as ordens de seus patrões, dando-lhes com isto um prestígio que se volta contra eles, quando forçado a pleitear os seus direitos " (15).

(14) O Combate, Fortaleza, 12/06/1921

(15) Idem.

Está evidente que para que sua idéia partidária se efetivasse, o apoio da classe operária era imprescindível. Mas como ficariam os sindicatos, predominantemente, defensores da ação direta? Organizar um partido com base operária não implicaria, neste contexto, também numa reorganização das associações operárias, dos seus sindicatos, a doção de novos estatutos, novas propostas de luta? Pimenta ressaltava que o partido

" seria uma agremiação estranha a vida interna da Federação das Classes Trabalhadoras que continua a reger-se pelo mesmo programa, como se aquele (o partido) não existisse.... O partido visava pois os mesmos fins que os sindicatos, deles se afastando somente na escolha dos processos que ia adotar, ou por outra, levava a arena uma arma (o voto) que se bem enferrujada, ainda se poderia, bem polida, brandir com vantagem ..." (16).

Realmente, tarefa difícil conciliar a prática de um PS reformista, com a dos sindicatos anarco-sindicalistas. Pimenta defende, nessa mesma entrevista, a capacidade do operariado poder escolher seus candidatos, opinião diferente da que tem na autobiografia (17). Mas bastante reveladora de como ele via sua liderança dentro do movimento e como a superestimava foi uma carta que enviou ao Ceará Socialista, sobretudo, neste trecho que transcrevemos abaixo:

(16) Idem.

(17) Pimenta, Joaquim: op.cit. pág. 193.

" Creio que em menos de um ano terei conseguido organizar todo o operariado pernambucano, seguramente compreendendo sō na capital e cidades circunvizinhas umas quarenta mil pessoas.

Mas o que ẽ tambẽm necessãrio ẽ a solidariedade da classe entre os Estados, de modo que, em todo o territõrio nacional, os homens do trabalho constituam uma sō unidade, um corpo sō e uma alma sō, tendo as mesmas aspira-
 ções e os mesmos credos.... Ɛ o que eu desejo promover entre o operariado de Pernambuco, o cearense, o rio-grandense do Norte e o paraibano.."
 (18).

Colocadas as posições de Canellas e Pimenta, seria importante, tambẽm, aproveitando-se do depoimento colhido pelo Jornal do Commẽrcio, vẽ como a cisão atingiu as associações e como elas se dividiram. A penetração de Pimenta entre os operãrios era inegãvel, sobretudo na Pernambuco Tramways, desde a greve de 1919, como assessor jurĩdico da União Cosmopolita. Isso serã verificado nas outras lutas posteriores. Canellas tinha, por sua vez, sido um dos grandes articuladores dentro da construção civil, setor de destaque na greve de 1917. O Jornal

(18) Cearã Socialista, Fortaleza, 14/07/1919.

Tambẽm segundo Cristiano Cordeiro, podemos afirmar que Pimenta tinha como modelo o PS francẽs e essa sua idẽia merecia a simpatia dos militantes jã influenciados pelo bolchevismo, como prõprio Cristiano. op. cit., pp 7/8.

que dirigia, Tribuna do Povo, estava vinculado, inicialmente, a União dos Estivadores e União de Resistência dos Trabalhadores' em Armazéns e Carregadores, União dos Fundadores e Agulheiros, União dos Carvoeiros, passando a ser órgão da Federação de Resistência a partir do nº 30. Ficarã claro, mais adiante, que, embora não pensassem em um partido, dentro dos princípios defendidos por Pimenta, a maioria das lideranças operárias, ligadas ao anarco-sindicalismo, já estavam bem propensas a fundar um partido, realmente, representativo da classe.

Na prática, esta cisão deixou suas marcas e prejudicarã a unidade do movimento, facilitando a ascensão de Pimenta. Na conjuntura de 1920/1922, em nome do operariado, muitas lutas serão levadas por Pimenta, é claro com respaldo de alguns dos seus setores e a omissão de outros. Daí ser importante tentarmos compreender esta fase, pois embora o operariado participasse de lutas mais amplas, às vezes de consequências bem negativas, podemos levantar algumas questões relevantes no sentido de análise da autonomia do movimento, das propostas políticas que justificam a sua participação nestas lutas e também da existência das frentes políticas, em Recife. Se o nome de Pimenta aparece, com frequência, não significa que sã objetivos acompanharmos sua trajetória política, mas que sem mencionã-la, fica difícil fazer qualquer análise da prática política da classe operária em 1920/1922.

Apesar dessas controvérsias partidárias que ficavam mais restritas ao dirigentes do movimento, as greves continuavam sendo a forma de luta comum. Os operários da

=

Great entraram, em greve, no dia 22/03, diante da negativa da empresa em lhes conceder aumento salarial (19). Todas as estações ficaram guardadas por policiais. Nenhum trem partia. O telégrafo não funcionava e a greve seguia, pacificamente, com apoio da população. Ressalte-se que, geralmente, as greves contra Tramways e Great eram bem vistas, devido aos péssimos serviços que elas prestavam, apesar de cuidarem dos setores vitais (transporte, telégrafo, luz). No dia 23, realizou-se um concorrido comício em frente a sede d'A Hora Social, falando Pimenta, Antônio Correia, Oscar Crespo, Cristiano Cordeiro, Cassiano Pereira. Também, no Sindicato de Ofícios Vários, foi feita uma reunião onde falaram Pimenta e Amaro Araújo e uma comissão de grevistas estabeleceu contato com o governador, José Bezerra (20), justificando a paralisação.

O movimento fortaleceu-se com a adesão do pessoal da Great da Paraíba e Alagoas. Aguardava-se, agora, a solidariedade, também dos companheiros do Rio Grande do Norte. A situação agravava-se para o comércio da região, com a

(19) Um mês antes os operários da Fábrica de Cigarros Caxias haviam entrado em greve, solucionada com a intervenção de Lima Castro.

(20) José Bezerra fora eleito governador com apoio de Borba, derrotando Dantas Barreto, e Barão de Suassuna. Era usineiro e ex-ministro da Agricultura. Chegou, no início do seu mandato a comparecer a uma sessão do Sindicato de Ofícios Vários do Cabo. Foi levado por Pimenta e fez um discurso onde ressaltou suas origens humildes e seu liberalismo político e social.

paralisação dos trens, causando prejuízos imensos. O governo federal, alarmado com a extensão do movimento, colocou à disposição do governo de Pernambuco, tropas do Exército. Não havia, porém, por parte da Federação de Resistência, intenção de decretar greve geral, enquanto as possibilidades de negociação com a Great não se esgotassem. O sr. Castler, superintendente da empresa, ameaçava reestabelecer o tráfego de trem, contando, para isso, segundo ele, com inúmeros operários vindos dos Estados vizinhos. Pimenta manteve longa conversa com José Bezerra, analisando a gravidade da situação. Não se sabe se foi uma iniciativa sua ou colocou-se como representante do operariado

Uma semana depois de haver começada a greve, uma reunião entre delegados operários, sr. Castler e o governador, realizou-se para tentar a solução dos impasses. A greve foi suspensa, mas o noticiário da imprensa deixava bem evidente o tipo de acordo estabelecido. No dia 30, apareceu a seguinte notícia:

" O governador telegrafou comunicando esta solução (?) interessando-se pela causa dos operários e pela revisão do contrato da Great Western. A energia das medidas tomadas no Rio, coadjuvadas pela atitude decisiva do governador e do general fizeram fracassar os intuitos dos paredistas que tentaram prolongar o movimento " (21).

(21) Jornal do Comércio, Rio 30/03/1920.

E no dia 2, elogiando os esforços da Great deixa bem claro o mesmo jornal, a solução encontrada:

" A empresa fez o possível para tornar conhecidas de seus trabalhadores as condições financeiras, mostrando-lhes a impossibilidade de aceitação de certas cláusulas desse memorial, nas condições atuais, sem uma conseqüente bancarrota . Os operários compreenderam afinal que a ocasião não era oportuna para essas reivindicações, somente realizáveis na próxima revisão de contrato da Great Western com o Estado e União " (22)

E o que restou aos operários?

" Assim a única solução era a volta ao trabalho, como foi resolvido, depois do superintendente ' assinar as cláusulas de não demitir nenhum paralista e bem assim de readmitir os que tivessem sido demitidos na vigência da parede, pagar todos os 50% dos salários e ordenados que deixaram de receber, durante os dias de parede " (23)

Na verdade, as pressões exercidas pelo poder público foram bastante fortes e tudo leva a crer que os

(22) Idem, 02/04/1920.

(23) Idem.

operários foram praticamente coagidos a voltar ao trabalho, pois nada conseguiram que representasse algum saldo positivo para a greve. Nem mesmo dessa vez chegou a ser concretizada uma greve geral, talvez ainda como consequência das dissidências no seio do operariado, como também pela efetiva presença da força policial e ameaça de pedir ajuda ao Exército. A divisão existente ficaria bem clara quando das comemorações de 19 de maio. No Teatro Santa Isabel em uma sessão promovida pela Federação das Classes Trabalhadoras (24), falaram Pimenta, Cristiano, Correia da Silva e o Prof. José Epiphânio, enquanto no cinema Ideal os setores ligados a Canellas, também em sessão comemorativa, ouviram dele uma palestra sobre "O que querem os operários".

Notava-se, porém, o isolamento cada vez maior do grupo de Canellas. Em carta publicada na Hora Social de 05/06/1920, os componentes do Centro de Estudos Sociais (25), entre eles Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, defendiam-se

(24) Estavam ligados a Federação de Resistência, segundo A Hora Social, 29/05/1920, as seguintes associações: Sindicato dos Metalúrgicos, União dos Carvoeiros, União Panificadora, Sindicato dos Ofícios Vários de Jaboatão, União dos Fundadores e Agulheiros, União Cosmopolita, União dos Estivadores, União dos Operários em Fábrica de Tecidos de Recife, União de Resistência dos Trabalhadores em Armazéns e Cargas de Pernambuco, Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas, Associação dos Sapateiros e Classes Anexas e União dos Condutores de Veículos.

(25) Cristiano Cordeiro já se afastava do anarco-sindicalismo e preparava as bases para um partido, influenciado pela Revolução Russa.

"dos ataques insultuosos que lhes dirigem um grupo de combatentes" (26). Acham " justa, necessária mesmo dentro da lógica dos princípios, a campanha que sofreu a idéia de criação de um partido político" (27). Consideram, porém, "injusta, absolutamente antipática pelo modo por que foi feita, procurando cobrir de ridículo e de lama reputações ilibadas, caracteres reconhecidamente nobres, avultando dentre eles em alto relevo, o desse moço de cultura, de talento e de caráter que é indubitavelmente o Dr. Pimenta "(28). E contra as acusações de que o Centro tinha por fim oculto a propaganda do parlamentarismo, diz que um dos pontos de seu programa é criar "um grupo comunista denominado Zumby, filiado a um grupo de igual nome com sede no Rio " (29).

Muito relevante, em tudo isso, é que esse pessoal ligado ao CES, criado para se discutir questões políticas e sociais, seria o ponto de partida para a formação de grupo comunista de Recife, fundado em 01/01/1922 e mais tarde participante do PCB. Mantinha ainda boas relações com Pimenta, como vemos na carta acima, e terá espaço para fazer divulgação das suas atividades, no Diário do Povo, dirigido pelo ilustre doutor e que começou a circular em 1921. Depois, é que virão as críticas ao "pimentismo", aos desvios, ao envolvimento do operariado em lutas inglórias devido ao oportunismo político de Joaquim Pimenta. Também, o próprio jornal A Hora Social, órgão da Federação teve sem-

(26) A Hora Social, Recife, 05/06/1920-

(27) Idem.

(28) Idem.

(29) Idem.

pre uma posição favorável ao jovem professor, que colaborava com artigos sobre anarquismo.

É fundamental que isso fique bem claro: a Federação se propunha a defender o anarco-sindicalismo e através d'A Hora Social expressava seu pensamento, condenando o mutualismo, incentivando a formação de sindicatos e o boicote às eleições, publicando artigos fortemente anticlericais. Alguns colaboradores d'A Hora Social seguirão depois no movimento operário, mas ao lado do grupo comunista (Cristiano Cordeiro) ou optando pelo socialismo reformista do Clarté (Alcides Rosa, Antônio Correia), esvaziando, cada vez mais, o anarco-sindicalismo em Pernambuco que, talvez, tenha sido na prática, mais uma tentativa de organizar a classe em torno de sindicatos combativos, esbarrando, contudo, em limites estruturais e políticos que impediram uma maior uniformidade entre a teoria e a prática.

Nos artigos publicados n'A Hora Social eram constantes as reclamações pelo baixo nível de consciência do povo brasileiro "degenerado pelo álcool, embrutecido pelo tabagismo, solapado pela sífilis, sem energia, em consequência da alimentação deficientíssima, analfabeto, enfim." (30) E numa perspectiva pessimista chegava a afirmar:

" Nada, porém, nos cumpre esperar da patulêia que varada pela fome, com a espinha dorsal exposta ao

(30) Rosa, Alcides: "Previsões" in A Hora Social, Recife, 29/5/1920

sol e as moscardo impertinente, em lugar da Inter_nacional, preferirá, como um pleito de saudade ' aos cordões carnavalescos, a sua canção favorita' "mulher não me aperreia" (31).

Na verdade, esse tipo de lamentação era comum entre os dirigentes do movimento mesmo em outros Estados. Assumir o papel de vanguarda, de guia da classe, ainda hoje, é uma marca dentro da prática política. Mas o anarco-sindicalista tinha uma preocupação com a propaganda política, que implicava no verdadeiro trabalho de esclarecimento do operariado sobre as contradições e desgraças do capitalismo, sobre as formas de luta adotadas, sobre a necessidade de unificar a sua luta em todo país.

Na sua crítica ao cooperativismo, ' tido como uma ilusão criada pela burguesia para atenuar os conflitos, o jornal procurava enfatizar o papel revolucionário dos' sindicatos, como no artigo de Antonio Correia, "Os perigos do ' cooperativismo", quando diz que:

" as cooperativas, as caixas mortuárias e beneficentes estão tornando os sindicatos de baluartes contra exploração capitalista em coadjutores da mesma' exploração ..." e " para que se veja quanto o cooperativismo é perigoso para o revolucionarismo, para' o estabelecimento de um novo regime saturado de um direito novo basta recordar que é pensamento do governo, por intermédio da Diretoria do povoamento do

(31) Idem.

solo, auxiliar a criação de cooperativa " (32).

Outra preocupação marcante era a definição do significado da Revolução Social:

" Mas enfim o que vem a ser a Revolução Social? É nada mais, nada menos do que uma completa transformação da vida social em todas suas manifestações, é a instalação de um regime no qual o trabalho produzido não seja destinado apenas a uma porção - a maioria ou a minoria, pouco importa, mas a todos os homens A Revolução Social não virá nos trazer os privilégios da burguesia, porque ela virá acabar com todos os privilégios, unindo os homens fraternalmente, a fim de que todos gozem dos benefícios atualmente são acessíveis a classe capitalista, extinguindo-se as classes e fazendo imperar na família humana a lei da solidariedade. "

A Revolução Social, pois, antes de ser feita pelas armas, com muito dinheiro virá quando os trabalhadores, a classe oprimida, que é a mais numerosa, compreender que não somente lhe incumbi amassar o pão com o suor de seu rosto - o pão ao qual ela a classe trabalhadora, se bem que produza, não tem direito " (33).

(32) Correia, Antonio: " Os perigos do cooperativismo " in A Hora Social, 10/07/1920. Posteriormente na edição de 24/07/1920 foi publicada uma resolução oficial da Federação de Resistência contra o cooperativismo, baseado nas diretrizes dos Congressos de 1913 e 1920.

(33) Correia, Antonio: "Quem vem a ser a Revolução Social?" Idem , 03/07/1920.

São denunciadas as intenções reformistas da doutrina social da Igreja que privilegia "o apaziguamento ' entre o explorado (o operário) e o explorador (o patrão) quer harmonizando a luta aberta entre as classes parasitárias e produtivas ou realmente úteis, manter o atual regime que funfa nas mais ' clamorosas injustiças" (34). Na verdade "o catolicismo social procurando combater o socialismo é nada mais nada menos que uma espécie de socialismo reformista, de social reformismo"(35). E dentro' dessa crítica a possibilidade da revolução social é reafirmada:

" para a burguesia sô é dada uma saída: o desaparecimento de alguns milhões de homens que evitaria o desequilíbrio causado pela constante mecanização da indústria e o crescente desemprego. O catolicismo social, como também o socialismo de Estado e a social-democracia não satisfazem, segundo o autor, aos interesses do trabalhador. O que lhe falta sobretudo o fundo claro de justiça social que o comunismo anárquico oferece " (36).

Aqueles que estavam na condução d'A' Hora Social e da Federação dos Trabalhadores colocavam-se claramente com partidários do sindicalismo revolucionário e seguidores ' "

(34) Correia, Antonio: "Catolicismo Social" in A Hora Social, 31/07 1920.

(35) Idem.

(36) Idem.

das resoluções dos Congressos Operários de 1913 e 1920 (37). Cabia ao sindicato um importante papel na educação do operariado e sua preparação para revolução social. Defensores da ação direta, os anarcos desprezavam qualquer representação parlamentar, considerando as eleições uma grande farsa. "Os sindicatos deviam ser únicos a travar a luta de classes" e "através da ação direta na indústria, principalmente através da greve tornar a vida difícil ao capitalismo, até que um dia a greve geral, tal a união com uma revolta armada, pudesse apoderar-se do poder" (38). Desta maneira o Estado deveria ser aniquilado e substituído por uma organização sindical descentralizada. Quanto a sua posição diante do marxismo "aceitou dele uma teoria social econômica, a doutrina da luta de classes e da missão histórica do proletariado industrial, porém rejeitou o socialismo político marxista, receando dele uma soberania burocrática, de funcionários" (39). Estas

(37) Congresso que tiveram a prevalência das teses anarco-sindicalistas.

(38) Theimer, Walter: História das Idéias Políticas, Lisboa, Arcádia, 1970 pp. 408/409. Segundo Theimer "nome sindicalismo" veio do francês *sindicat*, *sindicato*. Chamou-se este movimento de sindicalismo revolucionário, para se distinguir dos sindicatos comuns que se limitavam a conseguir melhores salários e condições de trabalho na ordem econômica existente" pág. 408. Sobre o anarquismo vê também, Woodcock, Georges : O Anarquismo, Lisboa, Meridiano, 1962.

(39) Theimer, Walter, op. cit., pp. 408/409

são, em síntese, as propostas de sindicalismo revolucionário, mas não vamos esperar na prática política dos seus seguidores uma plena coerência entre a intenção e o gesto, embora não seja isso um privilégio seu, e, nem tampouco, vamos aqui crucificá-los pelos seus desvios que iremos também encontrar em outros grupos, com outras ideologias políticas.

A questão do partido, tão polêmica ainda hoje, da classe operária como meio para se chegar a transformação da sociedade capitalista, era encarada pelos anarco-sindicalistas como mais uma ilusão que em nada favoreceria o avanço da sua luta política. Aliás institucionalizar a luta política, disputar eleições e ter representantes no inglório parlamento burguês, era validar um Estado baseado na exploração do homem pelo homem (40). Embora bastante condenados pela sua aversão aos partidos, tinham eles suas razões em ressaltar certas deformações a que podem levar a prática de um partido que, por se autodenominar revolucionário, queira identificar-se com a classe operária e conduzir sua luta como guia iluminado. Não vamos por isso chamar os anarcos de inconsequentes, mas tentar historicamente entender as tantas crises que tem afetado os partidos de esquerda, muitas vezes carcomidos por um autoritarismo que contraria totalmente sua

(40) "Os sindicalistas repelem, por princípio qualquer forma de operosidade parlamentar, qualquer colaboração nas corporações legislativas, partindo da convicção de que mesmo o mais livre sistema eleitoral não poderã diminuir os contrastes pronunciados que existem no âmago da sociedade atual e de que todo regime parlamentar sã tem por fim dar ao sistema da injustiça social a aparência de direito legal ..." in Edgar Rodrigues, op. cit. pãg 47, do Congresso Operário realizado em Rio Grande do Sul, abril, 1920.

proposta democrática. Já que essa discussão foi também a razão de dissidência, dentro do movimento operário brasileiro, na década de 20, vamos levantar alguns pontos de confronto entre as duas correntes, partindo de Gramsci:

" Na dialética das idéias, o anarquismo prolonga o liberalismo e não o socialismo " (41).

A tradição liberal se coloca contra o Estado da mesma maneira que os anarquistas desejam suprimi-los e para Gramsci esse desejo dos anarquistas não passa de uma aventura romântica. Para que o Estado se extinga é preciso que um novo seja construído sob a hegemonia da classe operária. Exemplificando com o caso russo dizia:

" A classe operária russa era e é historicamente forte e madura não porque seus componentes correspondam a maioria numérica da população, senão porque mediante seu partido político, mostra-se capaz de construir, um Estado " (42)

O partido é colocado como elemento fundamental para realização política, para construção do socialis

(41) Buci-Glucksmann, Cristine, op. cit. pág. 196.

(42) Idem pág 197.

mo, para que um novo Estado se forme, não mais baseado na exploração, mas não se deve esquecer que ele "como princípio do poder político desaparecerá, tanto mais rápido, quanto mais pronto os trabalhadores estão unidos e disciplinados na produção" (43). Nessas questões estão as diferenças básicas que separam as duas correntes revolucionárias, daí também as críticas feitas por Lênin no Estado e Revolução às concepções anarquistas e por Gramsci em artigo no *L'Ordine Nuovo* (03/10 de abril de 1920) com o título de *Discours aux Anarchistes*, na fase que ainda estava ligado ao PSI.

Neste artigo, Gramsci ataca decididamente o anarquismo considerando-o "uma concepção subversiva elementar de toda classe oprimida e a consciência difusa, de toda classe dominante" (44). E mais: "Pois que toda opressão de classe tomou forma no Estado, o anarquismo é a concepção elementar que coloca no Estado em si e por si, o motivo de todas as misérias da classe oprimida". O Estado, na verdade, não pode ser considerado como um mal em si, maniqueísticamente, pois o proletariado não é inimigo do Estado em si ou por si, o proletariado é inimigo do Estado burguêsmas "favorável ao Estado proletário como fase da luta de classes ..."(45).

(43) Idem pág. 196.

(44) Gramsci, Antonio: "Discours aux Anarchistes" in Ricci, François Gramsci dans le texte, Paris, E.Socialim 1977, pp 71/77.

(45) Idem.

Esta crítica contundente que Gramsci faz ao "idealismo" político dos anarquistas é, inegavelmente, o tipo de crítica comum entre os marxistas-leninistas que reduzem os anarquistas, a sua prática a quase um voluntarismo radical e estéril. Gramsci, inclusive, se tornaria depois um importante teórico do PCI, embora até hoje a sua obra tem sido passível de várias interpretações. Ele desenvolveu, dentro dos limites em que se deu sua produção (46), toda uma estratégia revolucionária em função da eficácia do partido e de seus intelectuais ligados organicamente a classe operária. Gramsci teve o grande mérito de analisar o papel do Estado de uma maneira mais ampla, visto como equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia que um grupo social tem sobre a sociedade nacional em seu conjunto por meio de organizações pretensamente privadas como a Igreja, os sindicatos e a Escola (47), desprezando as concepções que simplesmente, vêem no Estado o administrador da repressão.

Gramsci, na sua valiosa contribuição para a análise política, ressalta o papel destacado do partido para que classe operária se torne hegemônica e deixa também ficar bem claro, que, para ele, a prática desse partido é que vai lhe definir como revolucionário, não bastando autodenominar-se o partido messiânico. Cabe ao partido fazer política que, no sentido gramsciano,

(46) Fiori, Giusipe: "A vida de Gramsci", Rio, Paz e Terra, 1978

(47) Buci-Glucksmann, Cristine, op. cit. pág 34.

" é antes de tudo uma prática que tende a modificar uma relação de força, existente mediante a aplicação da iniciativa política no ponto do adversário , que dizer em seu centro de gravidade atuar politicamente significa captar as conjunturas históricas em suas tendências contraditórias, tendências ' que excluem todo catastrofismo, toda política do ' quanto pior melhor " (48).

Todo esse rápido mergulho em algumas concepções de Gramsci pode parecer até alheio a nossa discussão ' mas estamos tentando apenas fazer um contraponto para que não fiquem, apenas, na simples menção, as divergências mais básicas entre essas duas maneiras diferentes de conceber uma alternativa revolucionária que transforme a sociedade capitalista e redifina toda a organização da sociedade em função das verdadeiras necessidades ' de cada um, sem a exploração do homem pelo homem. O que achamos ' improcedente é a acusação de que os anarco-sindicalistas não souberam levar adiante a luta política da classe operária ou que ela já estava condenada a priori pelas suas próprias concepções que ' enfatizavam a ação direta e a atuação dos sindicatos. Não conseguiram eles mobilizar o operariado em certas conjunturas? O seu ' possível "fracasso político" não estaria mais amplamente compreendido dentro dos próprios limites da sociedade brasileira da época? Ou melhor: o que seria o sucesso político naquelas circunstâncias? Os congressos de 1906/1913/1920 não merecem citação? Ou será que ' a classe operária só passa a existir quando tem, o seu partido , sendo sua história anterior a fase da pré-consciência?

(48) Idem, pág 296

A classe operária era, naquela época, uma classe em formação, submetida a um regime de exploração intensa com jornadas de trabalho de até 14 horas e voltada na sua maioria para conquistas mais imediatas (melhor salário, diminuição das multas, redução da jornada de trabalho, tentativas de organização etc.). Não se pode também confundir os seus interesses com os dos seus dirigentes, com posições muitas vezes elitistas diante da classe, reclamando das suas limitações, porém que em muitos casos não deixaram de lutar, bravamente, para manter as associações operárias atuando e resistindo, enfrentando a forte repressão policial. Criticar os anarco não é evidentemente nenhum pecado. Mas o que vemos depois de 1922 foi a classe operária com problema de organização, onde comunistas e anarquistas pareciam favorecer mais ao seu enfraquecimento do que ao seu avanço, devido às polémicas que os tornavam praticamente irreconciliáveis, no que facilitou a repressão e as tendências reformistas (49).

Em Pernambuco, a cisão, na verdade, não teve as repercussões que existiram no Rio de Janeiro. Não houve uma disputa interna que dificultasse, depois, como veremos, a unidade do movimento. Mas importante do que isso foi o espaço de manobra que se abriu para liderança de Pimenta, do que, propriamente, as divergências entre as lideranças operárias. Os movimentos grevistas continuavam, como também os "meetings" populares re

(49) As cisões havidas dentro do movimento precisam ser melhor avaliadas para que se possa compreender as suas possibilidades de avanço na década de 20.

clamando do alto custo de vida. Em maio /20, os sapateiros da Fábrica Combate declaram-se em greve, apresentando várias reivindicações, entre elas:

- 8 horas de serviço para todos os diaristas, sendo os extraordinários pagos em duplicados e que a maior fração seja de 1/2.

- Não dispensar nenhum operário que seja julgado por tal movimento.

- Hora de almoço de 60 minutos.

- 50% de aumento sobre todos os salários.

- Criação em várias seções desta fábrica de intermediários ' que se entenderão com as partes em questão sobre qualquer assunto (50).

O jornal A Hora Social denunciava a existência de escritório com propósito de contratar operários a ' preços vis e embarcá-los para São Paulo, iludindo-os com promessas fantásticas, prometendo salário de 1\$500 (51). O clima de tensão' se agravou no dia 6/7, num confronto na Praça do Comércio, quando um numeroso grupo de estivadores se opuseram a que trabalhadores não filiados a União dos Estivadores ocupassem seus lugares . A revolta dos estivadores era basicamente contra o seu Umbelino ' Sacramento, criador de uma associação para contratar operários pa' ra as Docas, pagando a diária de 7\$000. São que na verdade ficava' com 5 mil para ele. Do choque havido, resultaram feridos 4 operários e 2 policiais, um dos quais viria a falecer. Também Pedro ' Lessa, estivador, faleceu logo depois, sendo enterrado com presen

(50) Rodrigues, Edgar, op. cit. pp 254/255

(51) A Hora Social, Recife, 03/07/1920-

ça maçica de seus companheiros, embora a polícia proibisse os discursos.

A Hora Social protestou com decisão; através de artigos e manchetes incendiárias contra a atitude policial e contra a atitude policial e contra as notícias da imprensa burguesa, inventando uma greve que não chegou a existir, dando assim motivos para justificar a repressão. O jornal chamava os capitalistas de ladrões e acusava o Estado capitalista de esconder-se nas espingardas, com medo das mudanças revolucionárias. Segue-se uma onda de forte repressão policial, com consequências desastrosas para a classe operária.

Em 26 de setembro, a sede d'A Hora Social é invadida e fechada pela polícia, o mesmo se fazendo com a sede da Construção Civil e a União Cosmopolita, alegando-se estar se tomando medidas preventivas para evitar uma greve geral. Há grandes tumultos, troca de tiros e muita violência. Os operários tentam rearticular-se para reagir à forte repressão. A imprensa não deixava de colaborar com o clima de terror, lançando notícias alarmantes, acusando os anarquistas de estarem fabricando bombas com intuito subversivos de destruir pontes e edifícios. A Hora Social ficou com suas portas fechadas durante 40 dias, recebendo, porém, várias mensagens de solidariedade dos operários do Rio e de São Paulo. Carlos Passos em artigo publicado no mesmo jornal, no dia 27/11/1920, sobre a onda de repressão policial colocava:

" E qual a razão de ser dessa série de perseguições, dessa ânsia de cercear o movimento associativo, dessa repressão ao operariado? A iminência de ser pertu

bada a ordem pública com a decretação das greves. Eis o argumento capcioso, eis a justificativa dos atentados, fria e covardemente executados. A Hora Social, diante das medidas preventivas da polícia, diante da mobilização geral da força pública, punha em letras de formas, o operariado de sobreaviso e demonstra categoricamente os boatos de greve então difundidos ".

Enquanto isso, os grupos políticos representados pelo governador José Bezerra, Luiz Correia de Brito, Rodolfo Araújo, Sebastião de Rego Barros, assinam um acordo no dia 26/10, firmando "um compromisso político de solidariedade e lealdade" para que " a política pernambucana se converta em uma força única e compacta, convergindo sincera e leal para o mesmo fim, realizando o ideal de grandeza e prosperidade do povo pernambucano, sem mais ódios e divergências partidárias que possam entorpecer a ação comum necessária a boa margem dos negócios públicos, ao progresso de Pernambuco e a felicidade dos pernambucanos ..." (52).

Essa famigerada política da paz e concórdia seria sabiamente denominada pelo povo de pau e corda, pois era apenas uma reafirmação dos compromissos dos grupos políticos dominantes, fortalecendo o governo de José Bezerra diante do governo federal.

(52) Jornal do Comércio, Rio, 28/09/1921.

CAPÍTULO VI

A LUTA COMPROMETIDA

Antes de entrarmos na análise das lutas do período de 20/21, seria importante traçar-se um rápido perfil da situação da economia pernambucana, para que possamos compreender melhor as razões das dissidências internas na classe dominante e a sua busca de apoio em outros setores da sociedade. A crise que existia não era apenas sentida pelos trabalhadores, mas a insatisfação era geral, inclusive pela total negligência e pouco interesse do governo federal diante dos problemas locais e do Nordeste. Isso explica, em parte, a existência de reivindicações comuns mais amplas. A própria classe dominante tinha pouca força política a nível nacional e ressentia-se disso, quando protestava contra as dificuldades que também enfrentava, até mesmo pela necessidade de mais recursos financeiros e pelo desnível cada vez maior que havia entre o crescimento econômico do Sudeste e dos Estados Nordestinos.

Se observamos a produção açucareira, base da economia pernambucana, na década, ela vai manter um certo equilíbrio, mas "cerca da metade dessa produção era destinada ao consumo dos diversos Estados não produtores do país" (1). Na verdade, apenas 10% em média era vendido ao estrangeiro. Além do açú

(1) Souza Barros, Manuel, op. cit., pág. 44.

car eram importantes produtos: tecidos, algodão, álcool, couro, doces, aguardente. A indústria pernambucana carecia de uma diversificação, faltavam investimentos maiores, pois os setores da burguesia mais prósperos estavam ligados à agro-indústria açucareira que ficava longe de apresentar os lucros que, por exemplo, a cafeicultura apresentou no Sudeste (2). Portanto, segundo Souza Barros:

" O parque industrial, na década, martelava a transformação de alguns produtos da região e se alçava em relação à indústria mecânica apenas ao plano das fundições a vapor. Era a exigência sobretudo, do parque açucareiro, para os concertos de máquinas e as fundições das peças que fugiam ao tratamento de temperas e ao uso de ferro endurecido, ainda não praticados na região.

As ferramentas eram todas importadas do estrangeiro: a própria enxada de uso tão necessário à lavoura e de consumo extensivo, e todo o instrumento ligado à mecânica, à marcenaria, carpintaria, cantaria, estuques etc. tinham essa procedência " (3).

Além do mais, como afirma Gadiel "a estrutura montada a partir do fenômeno usineiro possui um caráter bastante autoritário e não rompeu estruturalmente com a e-

(2) Vê os trabalhos de Paulo Henrique Martins e Gadiel Perucci citados na Bibliografia Geral.

(3) Souza Barros, Manuel, op. cit., pág. 57

conomia agro-industrial nordestina, deixando intacto o seu caráter monocultor e monoexportador " (4). No entanto, as inovações tecnológicas, a maior concentração de operações financeiras no Recife, aumento da sua população, a concentração ainda maior da propriedade fundiária não deixavam de política e socialmente atingir esta sociedade. Já havia uma pequena-burguesia mais participante, não se aceitava tão passivamente os desmandos da classe dominante. Apesar de todas as dificuldades, Recife agitava-se, reivindicava, estava nas ruas nos seus "meetings", passeatas, numa demonstração de descontentamento (5). Estas condições para grandes mobilizações frentistas foram muito bem aproveitadas por

(4) Perucci, Gadiel, op. cit., pp 128/127. Vê também os quadros da indústria pernambucana.

(5) A situação era tão crítica, do ponto de vista econômica, que Lima Castro, prefeito do Recife, em artigo publicado no Jornal Pequeno, afirma:

" Não se pode negar que a crise que estamos atravessando, certamente, a mais grave que há memória no comércio de Pernambuco, é o reflexo da que avassala não só o país inteiro, como todo o mundo, mas não se pode negar que os seus efeitos estão se fazendo sentir mais cruelmente para nós, porque fomos impedidos de nos aparelharmos para enfrentá-la e atravessá-la sem maiores vexames, mais ainda de nos termos posto em condições de auxiliar nossos irmãos da Federação, porque a entrada dos milhares que representaria a exportação a preços magníficos, seria uma onda de seiva nova e vigorosa a amparar o depauperamento do nosso organismo financeiro...."

Joaquim Pimenta, no apogeu da sua liderança (6).

Uma tentativa, por parte do governo do Estado, de realizar uma reforma tributária, buscando melhorar a sua arrecadação, serviria de estopim para um movimento de protesto que envolveu, operariado, estudantes, comerciantes, profissionais liberais, chamado campanha da fome. Os encarregados de fazer o projeto dessa reforma foram os membros da Associação Comercial (José Pessoa de Queirões, Eugênio Samico, José Maria de Andrade) ligados a burguesia local. O projeto foi aprovado pelas duas casas do Congresso e ia ser posto em execução, com a esperança de que viesse a salvar os comerciantes e os industriais da crise que enfrentavam. Mas as coisas não foram tão tranquilas como se esperava.

Pimenta, em suas memórias, afirma que esse projeto trazia "o majoramento de impostos em proporções que iam muito além da capacidade econômica dos contribuintes" e "entre seus efeitos imediatos e alarmantes, sobressaía o desaparecimento brusco, nas feiras e nas casas de negócios de gêneros e artigos de primeira necessidade, com grande transtorno para as populações da capital e do interior do Estado" (7).

(6) Souza Barros, Manuel, op. cit. pág. 86. Afirma Souza Barros : Joaquim Pimenta estava em pleno apogeu da sua liderança e agia como quem dispusesse de um Exército e se empenhava em porã prova a sua força de ação".

(7) Pimenta, Joaquim, op. cit., pp223.

Na verdade, a reação contra o orçamento monstro foi geral. No dia 02/07, um grande comício de protesto' realizou-se, com passeata em direção ao Palácio, onde falou Pimenta que havia assumido a direção do movimento, com o apoio da Associação dos Varejistas, mas não da Associação Comercial que se colocava ao lado do governo. Criaram-se vários comitês de representação e um chamado comitê pró-campanha da fome, com adesão de vários municípios. O comércio fechou suas portas e setores da classe operária ligados a Pimenta aderiram ao movimento. Formou-se uma verdadeira frente contra a política tributária do governo.

Severino Pinheiro, governador em exercício devido ao fato de Bezerra estar licenciado por motivo de saúde, convocou, diante da situação, uma reunião com membros da Associação Comercial e políticos situacionistas, resultando no seguinte boletim:

" Ao povo: o governo do Estado atendendo a todos os pedidos que foram feitos pelo povo e pelo comércio resolveu extinguir os impostos de consumo sobre xarque, bacalhau, farinha de trigo, fava, feijão, farinha e goma de mandioca, café, querosene, milho, sal, álcool e aguardente, taxas de registro profissional e especial, adicionadas sobre impostos de consumo, imposto de renda e ainda redução de imposto sobre as casas que tem mais de um ramo de negócio. Estando assim satisfeitos os desejos do povo e do comércio, não há mais razões para protestos, devendo todos ficarem prevenidos com os exploradores que pretendam

se aproveitar da situação para satisfação de intuits pessoais. Recife. Agosto de 1921 " (8).

A nota terminava com uma crítica indireta a Pimenta, já censurado pelo prefeito Lima Castro pelas suas intenções tumultuadoras. Pimenta amedrontava os conservadores pela capacidade que tinha em mobilizar amplos setores da sociedade. Além do mais, houve paralisações nas fábricas e nos meios de transporte. Realmente, o movimento ganhava rumos inesperados pelo governo do Estado. Numa assembléia feita, no Teatro do Parque, pelos dirigentes da campanha, reafirmaram-se as posições iniciais de lutar contra o orçamento e findou com a promessa de greve geral do comércio e da indústria para o dia seguinte. Apesar dos esforços da Associação Comercial, no sentido de boicotar a greve, ela teria pleno êxito.

O governo manteve a posição inalterada, garantindo que a ordem seria guardada e alertando a população contra os subversivos. A força pública estava de prontidão. Pimenta é intimado a comparecer a chefatura de polícia, onde o responsabilizam pelo o que viesse suceder. Ele, porém, não capitula. O meeting que havia sido convocado foi mantido e ele como único orador falou por duas horas. Desse novo encontro, saíram as seguintes decisões:

(8) Publicado na grande imprensa da Época.

19. o comércio não fará mais compras às casas que se manifestarem ou vierem a manifestar-se contra a revogação do novo orçamento
29. o comércio conserva-se-ã fechado até determinação em contrário do comitê central
39. o comércio não pagará impostos enquanto não for revogado o novo orçamento
49. continuará paralisado o trabalho nas fábricas e usinas de embarque e desembarque de navios no cais do porto
59. suspensão em todo estado do tráfego da Great Western.

Em reação, " a mobilização de forças policiais tornou-se mais ostensivamente agressiva. Piquetes e mais piquetes de infantaria e cavalaria desfilavam dia e noite pela cidade, ocupando logradouros públicos, alternando-se em sentinelas às repartições do Estado e estabelecimentos comerciais e fábricas que, por não terem aderido ao movimento, conservando-se abertos, se sentiam sem segurança, ameaçados ou receosos de assalto e sabotagem, entre eles alguns que já tinham sido apredejados pelo povo" (9). Os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio condenavam o caráter subversivo do movimento. Falava-se que se queria arrastar Pernambuco para uma revolução social. E Pimenta como via tudo isso?

Ele considerava a campanha da fome um movimento frentista, expressão do descontentamento geral, não apenas restrito a uma classe social específica. A classe operária estava fortalecendo as mobilizações, colaborando com suas greves'

(9) Pimenta, Joaquim, op. cit., pãg. 240

para pressionar o governo e correndo o risco da repressão. É inegável que a luta contra o orçamento, não era algo estranho ao operariado, era mais uma luta contra exploração e as arbitrariedades cometidas pela classe dominante. Abstraindo as circunstâncias políticas do movimento, nada existiria que condenasse a sua participação.

Acontece, porém, que o operariado foi praticamente manipulado, pois a direção do movimento ficou nas mãos de Pimenta e dos comerciantes mais revoltados. Se Pimenta apresentava-se como seu interlocutor ou líder, se tinha realmente boa aceitação entre o operariado, é indiscutível. Isso não significa, no entanto, que, nas decisões tomadas nos bastidores, os interesses do operariado foram colocados em destaque. Que interesse poderiam ter os comerciantes, em por exemplo, diminuir seus lucros, baixando o preço dos alimentos, se estavam mobilizados justamente para garanti-los? Que condições tinha o operariado, naquela época, de estabelecer alianças com setores dissidentes da classe dominante, mantendo sua autonomia política e fazendo valer suas reivindicações? Aliás, a campanha pela sua generalidade, não garantia especialmente nada aos operários e fica difícil de ver as vantagens que Pimenta vislumbrava, para que se justificasse a entrada dos operários no movimento. Erro tático ou oportunismo político? Se o hábito faz o monge, a resposta a essa pergunta ficará bem clara no decorrer deste capítulo.

De qualquer modo, sentindo-se pressionado, Severino Pinheiro, juntamente com uma comissão de comerciantes

tes, decidiu suprimir mais ítems do orçamento, porém exigindo que o comércio reabrisse suas portas. Para que chegasse a essa resolução foi decisiva uma carta enviada ao Jornal do Comércio do Recife, por oficiais do Exército, mostrando suas simpatias com o movimento e dizendo-se alheios a qualquer intenção de reprimi-lo. Pinheiro, sempre muito vacilante, desistiu, definitivamente de manter sua posição anterior. Deve-se ressaltar que a solução não agradou aos comerciantes do interior do Estado, mas que se conformaram com as medidas, pois houve acordo firmado entre comerciantes da capital e governo do Estado, e eles não queriam provocar uma cisão na categoria. Pimenta, por sua vez, nas suas memórias, exalta o seu importante papel no estabelecimento da ordem:

" Fizemos imediatamente cessar todo o movimento grevista na Great Western e nos locais de trabalho que continuavam parados ou quase desertos, providência que se tornava urgentíssima, porque a medida que o comércio de Recife se ia normalizando, soltos sem demora os comerciantes ainda detidos, recrudescia o encarceramento de operários na casa de detenção e nos distritos policiais, provocando no proletariado um sentimento de revolta, a custo contido e que podia de um momento para outro, desencadear-se em greve geral decerto agravada por inevitáveis e violentos atos de sabotagem " (10).

(10) Pimenta, Joaquim, op. cit. pág. 249

Na verdade, a repressão cai sempre nas costas dos mais desprotegidos politicamente. Se havia discordâncias entre os comerciantes e o Estado, não significava que, na essência, tivessem interesses antagônicos. O mesmo não ocorre no caso da classe operária. Apesar de seu papel na campanha ter sido delimitado, praticamente, por Pimenta, como bem mostra na nota acima, a efetivação dos seus interesses, uma melhoria nas suas condições de vida e trabalho representavam uma ameaça para a classe dominante. A preocupação de Pimenta, portanto, deixa antever também as próprias preocupações dos que estão no poder com a manutenção da ordem e a possibilidade de não conseguir evitar que o operariado radicalizasse o movimento e lhe desse um caráter de contestação mais profundo e legitimamente coerente com seus interesses de classe.

Mal havia então passada a campanha contra o orçamento, surgiu no dia 13/09/1921, o Diário do Povo, "órgão dos interesses coletivos de Pernambuco", com o propósito de defender os interesses do povo, ajudando-o a impor as suas decisões dentro da ordem, sem derramamento de sangue e incentivando a reorganização da classe operária. O jornal dirigido por Pimenta e Raul Azevedo (seu sogro), transcreveu no seu 19 número um interessante artigo de Maurício da Lacerda, elogiando a atuação de Dr. Pimenta na luta contra o orçamento e tecendo severas críticas ao governo:

" E nesse ciclo de jogar dinheiro pela janela e atirar pela grade de xadrez ou pelas retortas

do fisco a pessoa ou os bens do cidadão, gasta a política brasileira seu quase século de autonomia nacional. Foi contra isso que não pode continuar, isso que não deve ficar os pernambucanos, confundindo as classes num corpo a ação se sublevaram " (11).

O jornal foi utilizado como um dos núcleos de articulação dos movimentos de oposição ao governo estadual, mas também era o espaço maior que dispunha o operariado, dentro de imprensa, para divulgar suas idéias e reorganizar-se. É claro que o Diário do Povo era um grande propagandista de Pimenta fortalecia todo um processo de mistificação em torno dele. Aliás Pimenta, parecia estar em constante campanha política, percorrendo o interior do Estado, sendo recebido com festas e comícios, afirmando sua liderança, com seu nome sempre lembrado como defensor dos oprimidos. Na verdade, a conjuntura política lhe favorecia em parte, pois era nos espaços abertos pelas dissidências internas na classe dominante que Pimenta se lançava ao lado de uma das duas facções, quase sempre a mais desfavorecida, e procurava reforçar seu prestígio político e popular, transformando ou tentando transformar os seus interesses pessoais em um reflexo dos interesses dos grupos dominados da sociedade. Esse era o comportamento de Pimenta, sem que se deixe de lado o seu carisma pessoal e sua inflamada oratória.

(11) Diário do Povo, Recife, 22/09/1921

Ora, mas toda essa margem de manobra que ele encontrava também não expressava uma falta de autonomia do movimento operário ou a sua impossibilidade de contrapor-se a Pimenta, sem que houvesse uma desorganização interna e fragmentação maior da luta? Esta é uma questão de grande importância, pois é sensível, depois da greve de 1919, um refluxo das suas lutas mais específicas ou falta de uma proposta política que colocasse, claramente, até onde iam os projetos de Joaquim Pimenta ou o que eles representavam para classe operária. Teremos mais adiante oportunidade de esclarecer a questão acima, sem se valer de suposições. A prática de Pimenta o conduziu também a impasses insuperáveis e desmitificadores, ao mesmo tempo, e isso contribui bastante para que as lideranças operárias reassumissem o movimento com mais decisão e menos concessões.

Por esta época, uma séria questão relacionada com o preço da cana dividia fornecedores e usineiros. O Diário do Povo tomou, de imediato, posição favorável aos primeiros, "porque do lado deles está um direito insofismável, já porque eles pertencem a uma classe explorada" (12). E ainda aconselhava:

" São pela reação, mas pela reação organizada, poderão eles dar um golpe mortal na espoliação, são assim forçarão os governos a tomarem a sério os seus vitais interesses. E outro não pode ser o rumo a seguir pelos fornecedores de cana, ao lado dos quais devem colocar-se todas as classes

(12) Idem.

que trabalham e são igualmente exploradas " (13)

Estava colocada a questão acima, mas de um modo confuso. Que os usineiros eram mais poderosos e buscavam a todo custo aumentar seus lucros é inquestionável, como também o é o direito dos fornecedores da cana se colocarem contra a manipulação dos preços por parte dos primeiros. Isto inclusive já foi colocado no 1º capítulo. No entanto, confundir os interesses dos fornecedores de cana, muitos deles com prestígio político e econômico, com os daqueles que trabalham nas fábricas, na Great com os explorados de uma maneira geral, é na verdade, um grande equívoco, este bastante questionável. A luta entre usineiros e fornecedores era bem delimitada, neste momento, por interesses específicos e particulares de ambos. A indústria açucareira chegou a paralisar suas atividades e as ameaças de parte a parte eram constantes. Mas era uma briga de patrões.

Neste clima de tensão, em uma das reuniões dos fornecedores, o nome de Pimenta foi lembrado para defender a categoria. A lembrança causou acirradas polêmicas. Vários fornecedores o chamaram de socialista e se negaram a ter com ele qualquer envolvimento. Já Gaspar Peres, também, fornecedor, chegou a propor uma greve de solidariedade do operariado a sua causa. Os boatos de que Pimenta estava a serviço dos fornecedores, comprometendo, indevidamente, a classe operária, tornaram-se comuns, obrigando-o a publicar uma nota esclarecendo sua posição:

(13) Idem, 29/09/21. A questão foi resolvida com o arbitramento do governador.

" Tendo um matutino registrado, no seu noticiário, da grande assembléia dos fornecedores de cana realizada anteontem, que um dos oradores afirmou que eu ofereci àqueles a solidariedade das classes trabalhadoras de Pernambuco, venho declarar que há equívoco em tal versão, pois não tenho direito algum de dispor das organizações, conduzindo-as em tal ou qual direção..... O que há entre mim e o operariado é apenas uma afinidade de sentimentos e de idéias que não altera, no mesmo, o espírito de autonomia, a livre escolha das atitudes que assumir em prol desta ou daquela causa. As simpatias que venho manifestando pelos fornecedores têm um caráter exclusivamente pessoal e não poderia deixar de ser de outro modo " (14)

Na verdade, tudo isso torna bem evidente que havia um certo consenso, dentro de grupos da classe dominante da margem de manobra que Pimenta tinha na classe operária. Sem dúvidas, ficava a idéia de que a disponibilidade era ampla, desde que ele se colocasse na frente de qualquer movimento. Ora, se no desenrolar da luta de classes, a classe operária se alia a certos setores da burguesia ou mesmo participa ao lado da pequena burguesia em certos movimentos políticos, não significa sempre que ela vai a reboque. Isso vai ser determinado pela correlação de forças, pelo momento político. Não implica, necessariamente no

(14) Idem.

seu esvaziamento ou "desvio" ideológico. A luta política é ampla e a sua complexidade não permite reduzi-la a simples formas teóricas. Também, a dominação política da burguesia não é algo monolítico. As dissensões internas, às vezes, favorecem ou abrem espaço para o avanço dos dominados. A luta de classes atravessa toda a sociedade capitalista e nenhuma classe está isolada, inatingida por essa luta (15).

Mas, no caso em análise, a correlação de forças é desfavorável, a intenção explícita dos dominadores é de manipulação e não de barganha política. Fica difícil ver outra saída que a não de se ausentar desse jogo político confuso que transforma fornecedores de cana em explorados ao nível dos trabalhadores. De quem na verdade estavam eles mais próximos? Que tem o operariado a ver com seu lucro? Havia alguma possibilidade de mudanças políticas?

Pimenta já se tornava, inclusive, uma figura de projeção nacional, sempre lembrado como revolucionário e aliado da classe operária. No Rio Jornal, saiu uma nota bem clara neste sentido:

" O prof. Pimenta será sempre um revolucionário. Pretende organizar um PS no Brasil, com orientação dentro das idéias do século, tem se correspondido com todos líderes do movimento no mundo. Esteve no Rio, no princípio deste ano e verifi -

(15) Vê Poulantzas, Nicos, op. cit., pág. 48.

cou de perto a situação das nossas classes operárias, em cujo meio foi carinhosamente ouvido. Cheio de ardor com uma cultura vastíssima, o líder do atual movimento revolucionário em Pernambuco, é admirável pela sua coragem e pela constância do ideal que defende " (16).

Mas, também, por essa época, começava mais uma tumultuada campanha presidencial. Apresentavam-se como candidatos Artur Bernades (apoiado por São Paulo e a maioria dos Estados) e Nilo Peçanha (apoiado pelo Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). E corriam boatos de que os bernadistas estavam tentando subornar jornalistas e líderes políticos da pequena-burguesia ligados à classe operária e tidos como socialistas, para fortalecerem sua campanha e dar-lhe uma conotação popular. Também, quando da presença de J.J.Seabra, em Recife, circularam folhetos afirmando que o candidato à vice-presidência pela chapa nilista, contava com o apoio do operariado. O Diário do Povo, num editorial, desmentia, qualquer envolvimento da classe operária com esses candidatos. Dizia:

" Tudo isso não passa de uma fagueira ilusão, pois o operariado de Pernambuco, o que está organizado e tem orientação de verdade, ainda não

(16) Rio Jornal, Rio, 24/08/1921.

se manifestou ao lado de nenhum dos candidatos em campo, nem se manifestará talvez. A experiência assaz longe de que tem sido no governo, os que ali chegaram, amparados pelo voto operário, demonstram que as classes trabalhadoras são valem para os políticos profissionais, alguma coisa antes das eleições " (17).

E um novo editorial publicado uma semana depois, reafirmava:

" Não somos infensos a cooparticipação do operariado na política, mas esta cooparticipação deve ser no sentido de garantir os interesses corporativos, uma política de classes e nada mais. Se alguma coisa vale o voto, não será como instrumento de emancipação econômica, mas como arma de combate, como processo de luta que, bem utilizado, poderá trazer resultados magníficos. (18).

O operariado pernambucano estava, no entanto, envolvido em duas amplas campanhas de solidariedade internacional: em favor dos flagelados russos e outra em defesa de Sa-

(17) Diário do Povo, 11/10/1921

(18) Idem, 20/10/1921

co e Vanzetti. O último caso foi motivo, inclusive, para reuniões em praça pública e notas em jornais locais. Eram grandes, também, os protestos contra a nova tabela de preços da Great Western, com ameaça de um novo movimento com características daquele feito contra o orçamento-monstro. Mas, na verdade, o que causava maior revolta era a exploração nas fábricas, os baixos salários, ao ponto de João Escorel, no artigo publicado no Diário do Povo, comparando a situação do operariado pernambucano com a dos sul, afirmar:

" Nestes Estados onde o salário mínimo é de 10mil rês, existindo salários de 15 e até 20 mil rês, isto em todas as classes de trabalhadores, sendo' que ainda existe a classe de ajudante que ganha ' de 6 a 7 mil rês, quando um ajudante aqui ganha ' mil e 800 que não dá nem mesmo para ele comer. ' Na fábrica, atualmente, está uma miséria. As operárias são exploradas sem piedade por esses abutres de ouro. Imagine-se que há operárias ganhando 500 rês por dia " (19).

Esta exploração desmedida era o suporte de garantia de uma dominação política extremamente conservadora. Não era à toa que as 150 casas de alvenarias construídas pela Prefeitura, oferecidas aos operários ao preço de 30 mil rês mensais,

(19) Escorel, João: " A miséria entre os trabalhadores " in Diário do Povo, Recife 12/11/1921.

permanecessem fechadas, apesar da perplexidade do prefeito que não compreendia a "falta de apoio" que teve dos operários para tão humanitária iniciativa. Talvez, desconhecesse as reais condições dos seus sonhados locatários ou superestimasse o valor das suas intenções.

Na verdade, não se podia ter grandes expectativas com relação às propostas dos políticos da classe dominante, numa sociedade onde a menção de simples reformismos políticos ganhava coloridos revolucionários. Também, qualquer mudança mesmo que não abalasse radicalmente o poder da burguesia ao ponto de ameaçar a sua dominação, passava pelo problema da propriedade fundiária e afetava a agro-indústria açucareira, suporte da economia pernambucana. E isso nem se cogitava, pois o processo de concentração de terra nas mãos dos usineiros, com a falência dos fornecedores e o aumento da migração para as cidades, dos despossuídos, seguia sua marcha progressiva (20). Quem iria, portanto, questionar a própria base da dominação política?.

(20) Martins, Paulo Henrique, op. cit., pp 108/116, onde ele trata da acumulação primitiva na agricultura e a expansão da usina de açúcar.

CAPÍTULO VII

A QUESTÃO DA AUTONOMIA

A campanha presidencial, também, começava, em Recife, a ter amplas repercussões. A posição tomada por Pimenta de equidistância em relação a Nilo e Bernardes foi modificada, depois da carta, divulgada pela imprensa e atribuída a Bernardes, em que este último tratava os militares com desprezo, causando uma incrível celeuma, até que fosse constatada a falsidade do documento (1). O Diário do Povo passava a ter uma postura cada vez mais em favor da Reação Republicana, tomando com bandeira de reforço o empenho dos militares em eleger Nilo Peçanha e justificava:

" Porque pondo de lado o feito exclusivamente partidário da campanha do Dr. Nilo Peçanha, ninguém contesta que o seu nome seja, no momento, um símbolo de reação, de soberania, de uma revolução, talvez, que vem se operando, na consciência coletiva de 32 milhões de brasileiros entorpecidos pelo deturpamento de um regime que, mal instaurado, se converteu em uma república de favoritismo e badalheiras, onde a facção policial

(1) Silva, Hélio: " História da República Brasileira ", vol. V, Rio, Ed. Três, 1975, cap. XVIII

dita e executa a lei " (2).

Um grande comício foi realizado no dia 24/11, na praça Martins de Barros, em solidariedade aos militares. Houve tiroteio, morrendo duas pessoas, várias outras ficando feridas, inclusive, Joaquim Pimenta. Os Pessoa de Queiroz, parentes de Epitácio Pessoa, foram acusados de ter promovido o tumulto. Iniciou-se, então, uma violenta polêmica entre o Diário do Povo e o Jornal do Comércio com acusações mútuas: o jornal dos Pessoa colocando em questão a honestidade de Pimenta e este, em resposta, escrevendo uma série de 12 artigos, intitulada Exame de Consciência, defendendo-se dos ataques.

Além dos artigos do Jornal do Comércio eram verdadeiros petardos: "... mas é preciso para esclarecer o espírito de muitos que fora do Estado não conhecem esse socialista de conviniência, expor o que tem sido a sua vida: explorações contínuas desde o Ceará, de onde teve de sair após uma surra Pouco lhe importa o sofrimento da classe pobre e assim seu trabalho foi lançar a cizânia no seio do proletariado " (3). Acusavam Pimenta de ter procurado a amizade dos Pessoa de Queiroz tornando-se depois "um frequentador assíduo do seu estabelecimento e do seu jornal que lhe abriu generosamente as colunas " (4).

(2) Diário do Povo, Recife, 23/11/1921.

(3) Jornal do Comércio, Recife, 08/12/1921.

(4) Idem.

E Pimenta rebatia:

" Onde terá ido o Jornal do Comércio buscar idoneidade para falar em nome das classes oprimidas e dos trabalhadores organizados?

Quanto à discórdia, semeada por mim entre as classes operárias, ainda nesta parte o órgão dos príncipes regentes denuncia-se de um descaso inominável. Alude, sem dúvidas, as divergências que surgiram, há cerca de 2 anos, entre algumas associações obreiras; tais divergências não foram que as urdi, nasceram de mal entendidos entre alguns camaradas, a propósito da fundação de um PS, o qual não chegou a organizar-se por que eu mesmo fui o primeiro a reconhecer que acima de tudo está a coesão de todos os trabalhadores " (5).

Pimenta continuava contando com a solidariedade de amplos setores do operariado como pode ser claramente deduzido da leitura do manifesto dirigido ao operariado e ao povo em geral. Eis alguns de seus trechos mais significativos:

" As classes operárias de Pernambuco reunidas em grande assembleia resolveram publicar o seguinte: Não somos políticos. A nossa tática, o nosso método de lutar são os mesmos e sabemos que todos'

(5) Diário do Povo, 13/12/1921.

os nossos camaradas continuam prestigiando-os e amparando-os. Nada de politiquices nos nossos arrais. Um fato porêm faz-no hoje lançar este manifesto, saindo do silêncio, aliás lógico, que até agora mantivemos. Referimo-nos a barbērie e covardia, a matança do dia 24 onde camaras dos nossos pereceram inormes, justamente no momento que menos esperavam ... Por que pôis o ataque a mão armada promovido por capangas ao meeting, ataque que deixou claramente definido um atentado à vida do Dr. Pimenta que felizmente saiu da luta com um ferimento leve?

Quem não vê em tudo isso um sinistro plano de eliminação de vida que nos são caras de elementos preciosos do socialismo em Pernambuco?...

CAMARADAS

Tudo nos demonstra que temos necessidade de agir de acordo com os acontecimentos. Precisamos opor uma séria barreira a esta série de atentados que se inicia. Estamos dispostos para a luta. Como covardes é que não queremos morrer.

Nosso primeiro impulso foi recorreremos à greve geral em sinal de protesto ao torpe atentado.

Pensando mais maduramente, porêm, resolvemos por ora limitar o nosso protesto ao presente manifesto que significa também um brado de alerta!

Quando um socialista sofre quer seja ele parlamentar ou revolucionário, comunista ou anarquista, o dever de todos que têm consciência nítida dos seus deveres é ampará-lo,

com sua solidariedade. Isto não significa quebra de princípio.

Por que motivo não devemos ' n^os proceder da mesma forma agora que ele sofre e precisa do nosso conforto?....

Por que motivo aqui não mais se pode dizer que o povo deve ser amigo do ex^{er}cito, do soldado?

Quem é um soldado senão um ' elemento do povo armado?

Depois não podemos deixar mor rer nesta terra o direito de se pensar livremente! Se para sustentar este direito é necessário que se paralise a vida de Pernambuco, faça-se, ' se é preciso que se revolucione, rampam-se as ' hostilidades, contanto que fique de pé o nosso ' lema - liberdade!

O que não podemos suportar ' quedos e mudos é regime da folha! Falou, morreu!

Eis a nossa atitude. E ao ' lançarmos este protesto, precisamos deixar bem ' patente que estamos dispostos a ir até onde os acontecimentos nos levarem!

Abaixo os tiranetes de Pernam buco!

Viva a liberdade ! (6).

(6) Esse manifesto foi redigido por Elesbão, militante do grupo canellista que já não se colocava tão ferrenhamente, contra Pimenta e com apoio das associações operárias. Vê "Em Torno de uma ' Polêmica", Cristiano Cordeiro, dat. , pág.

Realmente estavam bem definidas as posições dos dirigentes do operariado pernambucano. Havia uma grande ligação e uma solidariedade com Pimenta. Ao que parece, com relação ao encaminhamento da luta, as posições eram divergentes. No manifesto negava-se o interesse em se envolver com a política, com eleições. O protesto era dirigido aos opressores, a forte repressão desencadeada pelo governo. Estabelecia na verdade, uma certa ambigüidade este tipo de solidariedade, talvez mais sentimental do que ideológica ou política, pois se discordava da forma como Pimenta se inseria no dito jogo eleitoral da classe dominante, embora não se contestasse a sua titude de uma maneira mais direta e incisiva. Uma nova nota, inclusive, seria lançada, no dia 23/12, defendendo mais uma vez Pimenta das acusações feitas pelo Jornal do Comércio, assinada por várias associações que lhe eram favoráveis. (7).

Talvez, o receio de deixar Pimenta isolado, fosse maior do que qualquer outra coisa. Na verdade, tinha-se, aí, uma disputa eleitoral, com os vícios da época, mas que a mobilização do operariado em torno de um dos nomes não era de forma alguma desprezada pelos candidatos. O que as lideranças alertavam, também, era a possibilidade da manipulação, pois entrar no processo acreditando nas promessas dos políticos da época, eram para elas, comprometer-se com propostas vazias e enganadoras. Colocar

(7) Assinaram esta nota: A União Geral dos Operários em Construção Civil, Sindicato do Pina, Sindicato de Ofícios Vários do Cabo, União Ferroviária do Nordeste, União Cosmopolita do Recife, União Panificadora, União dos Estivadores, União dos Artigos Gráficos, Sindicato dos Alfaiates.

-se, porém, neste caso, ao lado do Exército, solidarizar-se com Pimenta, criar forças para combater a repressão, não significaria um compromisso irreversível. Seja com Bernardes, ou com Nilo.

Notavam-se, já no movimento operário, mudanças bem indicadoras de que o anarco-sindicalista começava perder seus adeptos. É claro que, desde o ano anterior, a questão do partido tinha provocado grandes polêmicas que não foram definitivamente abandonadas. Também, é inegável que, ideologicamente, se buscavam novos rumos, sobretudo depois que a Revolução Russa foi se firmando e seu exemplo reforçava a possibilidade de fundar-se um partido operário, nos moldes leninistas, com proposta básica de lutar pela revolução social. Contrapunha-se, portanto, a ação revolucionária dos sindicatos, tão enaltecida pelos anarcos, um partido revolucionário, também, mas com maiores preocupações em organizar o movimento e dirigi-lo, através da sua vanguarda, para confrontar-se com os partidos da classe dominante, institucionalizando a luta política. Mais importante do que o espontaneísmo das massas seria a tarefa de organizá-las em torno de um partido e conscientizá-la para que lutasse pelo fim do capitalismo e pelo desmantelamento do Estado burguês.

A notícia saiu no Diário do Povo dando conta que no dia 4/12 havia se reunido o Centro Comunista do Recife "resultante de um plano de alguns militares do Rio que cogitam em breve naquela cidade um congresso Comunista" (8),

(8) Diário do Povo, Recife, 06/12/1921.

não podia ser considerada uma surpresa. Poucos dias depois, inclusive, na casa de Cristiano Cordeiro, cerca de 30 pessoas, realizaram, oficialmente a 1ª reunião efetiva do grupo, com a leitura das 21 cláusulas da 3ª Internacional, aceita por todos (9). Conta Cordeiro que vários abandonaram o grupo, logo no seu início, não causando, contudo maiores impasses. O grupo estava composto de elementos da pequena-burguesia e de operários como José Francisco de Oliveira (carregador de carvão nas docas), José Bezerra da Silva (carroceiro) e Caetano Machado (padeiro)(10).

Deve ser colocado, no entanto que, a fundação desse grupo comunista, com objetivo de lançar as raízes de um partido classista, não significou, inicialmente, mudanças na orientação do movimento no sentido de incorporar-se por exemplo, ao processo eleitoral. A sua preocupação primeira foi de organização e propaganda, ficando distante de qualquer veleidade parlamentar ou de qualquer apoio político aos candidatos existentes.

Apesar de toda orientação contrária ao envolvimento com a campanha presidencial, um telegrama de Pi

(9) Esta reunião realizou-se no dia 1/1/1922. Vê Oliveira, José Francisco: "O surgimento do PCB em Pernambuco e as Lutas de Classe Operária", Novos Rumos, Rio, março 1962 pág. 4.

(10) Dulles, J.F. op. cit, pág. 143. A presença de elementos da pequena burguesia não é, obviamente, estranha aos grupos e partidos comunistas, mas funcionam, muitas vezes, na direção do movimento. Vê também Pereira, Astrojildo: "A Formação do PCB" in Ensaios Históricos e Políticos, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

menta enviado do Rio, "aos amigos da capital e do interior", pedindo-lhes que "ao lado das forças armadas apoiassem a chapa nlista", produziu, segundo Cristiano, o efeito de uma bomba. Diz' ele:

" Esse telegrama produziu nos nossos arraiais o efeito de uma bomba. Tido e havido o Dr. Pimenta como chefe supremo do proletariado e ' incluídos todos n̄s entre seus amigos da capital e do interior, achamos que j̄ era tempo ' de separar e canalizar, j̄ cada um para o seu pr̄prio leito, as correntes da opinīo proletária a que se alude o manifesto acima transcrito (citado no nosso trabalho), tanto mais quanto a quest̄o presidencial n̄o era para ' n̄s uma quest̄o aberta, como aprouve ao Dr. ' Pimenta considerã-la" (11).

As lideranças operárias ainda pensaram numa nota que esclarecesse definitivamente sua posiç̄o, porẽm desistiram de última hora, vitimados mais uma vez, segundo Cristiano, pelo "vício sentimental" (12). Receiaram dar aos inimigos de Pimenta, mais pretextos para atacã-lo, desmascarando-o. Posiç̄o ' correta? Falta de decis̄o política? Que vício sentimentalista tão

(11) Cordeiro Cristiano, op. cit. pag. 14

(12) Segundo Cristiano esta nota seria, praticamente, "a reediç̄o em boletim de um vibrante manifesto que os camaradas do Rio fizeram distribuir a prop̄sito do pleito presidencial de ent̄o , sob o expressivo título: "A favor de si mesmo". Cordeiro, Cristiano, op. cit. pag. 14.

forte que não vislumbrava as futuras consequências de manter-se ' uma solidariedade, tão contraditória politicamente ? Ou uma posição explicitamente oposta a Pimenta poderia criar novas cisões ' dentro do movimento? O silêncio não viria a reforçar a continuidade das manobras pimentistas e posteriormente, colocar o operaria do em lutas políticas, totalmente, inglórias ? Vamos tentar nos ' situar no decorrer da análise, diante destas questões, pois são ' fundamentais para se entender a que impasses o movimento operário foi conduzido.

A repressão continuava, por sua vez, sufocante. O delegado Luís Correia era acusado de prender arbitrariamente operários. O intuito do chefe de polícia, segundo o Diário do Povo, "é de esmagar brutalmente o operariado de Pernambuco" (13). Circulava, inclusive, a notícia de que o redator-secretário deste jornal havia sido preso, o que provocou grande agitação no meio operário. Houve ameaças de greve geral e os operários da União de Resistência declaram-se em greve, impedindo com isso 21 mil sacos de açúcar tivesse sua exportação executada. Também, o pessoal da construção civil fez greve de protesto.

As repercussões do inquérito feito ' para esclarecer os acontecimentos do comício de 24/11/1921 continuaram abalando a opinião pública. Falava-se, agora, da existência de um processo contra Pimenta e sua esposa, Alice, acusando-os de serem os responsáveis pelos tumultos ocorridos. Não faltaram

(13)Diário do Povo, Recife, 11/01/1922.

manifestações de apoio, por parte dos estudantes da Faculdade de Direito, e o comitê Prô-Defesa das vítimas da chacina de 24/11 distribuiu manifesto em favor de Pimenta. Também, o operariado entrou em greve, exigindo um esclarecimento do governo, diante das notícias. Participaram do movimento várias associações operárias e o governo assustado com as mobilizações em favor de Pimenta, declarou no dia 28/01, nada haver contra o acusado, nem mesmo o processo de que se falara. Os ânimos serenaram por um tempo e a greve foi suspensa (14).

No dia 29, morria José Bezerra e uma nova crise política se delineava. A sua morte abria vaga para governador do Estado, com a realização de eleições, numa época bastante conturbada apesar de toda aparência de "paz e concórdia". Na verdade, a luta pelo poder se acirrava. Lá estavam na espreita os Pessoas de Queiroz (ligados a Epitácio), os antigos correligionários de Rosa e Silva (chefiados por Estacio Coimbra), o marechal Dantas Barreto ainda aspirando uma nova glória política, e Manuel Borba, eleito para o Senado com o apoio de Bezerra. O governador recém-falecido já havia indicado, meses antes, como seu sucessor, José Henrique Carneiro da Cunha, nome aceito pelos chefes políticos pacificamente. No entanto, essa unanimidade se desfaria num toque de mágica, diante da possibilidade imediata de ocupar o governo do Estado. Mas o que tem o operariado a ver com toda essa panacéia?

(14) Declararam-se em greve a União dos Estivadores, União da Construção Civil, União de Resistência, União dos Condutores de Veículos, União dos Carvoeiros, Metalúrgicos, Panificadores, Tecelões da Fábrica da Torre, Operários Braçais das estações da Great Western.

Acontece que mais uma vez entra em ação o já tão mencionado doutor Joaquim Pimenta e nós temos que contar a História, como ela ocorreu, mesmo que apareça muito apimentada. É que estava o nosso popular líder comprometido com antigo governador Manuel Borba, embora alegasse em suas memórias que "não tinha interesse por aquela ou essa candidatura, pois a nenhuma corrente partidária estava filiado". O que na verdade o interessava "era arrancar das situações e dos acontecimentos o que pudessem dar em benefício das classes trabalhadoras." E não deixava de frisar que "elas valeriam relativamente muito pouco com força eleitoral, quer pela grande porcentagem de operários analfabetos, quer porque os que sabiam ler, na sua maioria, ou não estavam alistados ou haviam rasgado ou jogado fora o título de eleitor..." (15).

Mas o que o levaria a se envolver tão diretamente na questão? Por motivos pessoais ou sentimentais, ele se ligaria a candidatura de Dantas, a quem estava ligado por laços de gratidão e estima ou mesmo a Rodolfo Araújo, amigo íntimo do seu sogro Raul Azevedo. Entretanto, não hesitou em mudar de opinião quando soube que, caso Borba se mantivesse solidário a José Henrique, as outras facções apresentariam o nome de Lima Castro prefeito de Recife, com apoio inclusive dos Pessoa de quem Pimenta era ferrenho adversário. Quanto ao operariado como justificar a sua inserção? Pimenta argumentava defendendo sua opinião:

(15) Pimenta, Joaquim, op. cit. pág. 289.

" Não fazem política assim procedendo ou antes fazem uma política que é a defesa de si mesmo das suas associações que não subsistirão se triunfar o candidato que um grupo de argentinos quer impor a Pernambuco. Evitado o mal, eles (o proletariado) voltarão a cuidar dos seus interesses corporativos " (16).

Diante destas afirmações, não custa levantar algumas questões que, na verdade, ficam ocultas ou são conscientemente desprezadas no tipo de argumentação usada por Pimenta. Se a maioria dos operários eram analfabetos e eleitoralmente de nada valeriam, por que contar com seu apoio, como se as coisas fossem ser decididas de acordo com a sua participação como massa de manobra de um dos setores da classe dominante? O que poderia se arrancar dessa situação que beneficiasse a classe operária? A prática política do operariado se resume a luta por reivindicações corporativas como se sã através disso ele conquistasse a sua unidade e consolidasse as suas associações? As intervenções políticas da classe operária não devem ser consequência da sua luta cotidiana contra exploração capitalista, dependendo da correlação de forças, da sua organização política e da conjuntura enfrentada? Ou cabe a uma vanguarda iluminada guiá-la e levá-la aos labirintos da política, em seu nome, deixando para ela as reivindicações ditas corporativas? Não estaria o jovem professor desconhecendo que a emancipação da classe operária depende dela mesma e não das suas ousadas manobras?

(16) Idem, pág. 291

Estava claro que Joaquim Pimenta assumia uma posição de "vanguardista". Cabia a ele definir e conduzir a luta, para que a classe arrancasse das situações vantagens em seu benefício. Na verdade, embora não neguemos os objetivos reformistas e o personalismo de Pimenta, esse seu comportamento coloca uma questão mais geral que atinge também as lideranças operárias ditas revolucionárias: a questão da necessidade ou não de uma vanguarda revolucionária, inclusive composta de intelectuais da pequena burguesia, como condutores da classe operária, seu elemento de maior lucidez política e que, por isso, assume a direção do movimento(17). O problema da consciência que vem de fora da classe, como coloca Lênin no "Que fazer?", e ajuda a classe operária a perceber as contradições do capitalismo e o papel a ela destinado desempenhar na transformação radical da sociedade, é bastante polêmico e ligado, diretamente, dentro do leninismo, a função decisiva que tem o partido, na luta política, também, como vanguarda organizada dentro da classe.

São, inegavelmente, questões dos nossos dias que têm provocado inúmeras controvérsias na formulação da prática política da classe operária. Se a teoria é fundamental para a práxis revolucionária, no sentido de que ajuda a conhecer a realidade e facilita a concepção de uma estratégia política mais adequada, não se pode nunca enquadrá-la em autênticos axiomas políticos'

(17) Também importante a menção do papel organizativo e teórico desses intelectuais orgânicos da classe operária, preocupação bem comum na obra de Gramsci.

intocáveis, nem achar que a sua criação é o momento de superação do concreto e não tivesse que ser ela, constantemente, reavaliada para que não perca seu caráter dialético. Antes de se querer burocratizar a prática, faz-se necessário desburocratizar a própria teoria, sem o receio de estar sendo um herege. A medida que se entrega aos partidos e as suas vanguardas a condução da luta, sem que nada se questione das suas atuações ou até mesmo sem se discutir se será esta a única saída possível para se chegar a revolução, consolida-se uma posição dogmática que empobrece, na teoria e na prática, a criação de alternativas que poderiam redimentar a luta contra exploração e ampliá-la, inclusive, uma participação mais direta e democrática da maioria, limitando o perigo de se reproduzir um tipo de autoritarismo e elitismo político, não muito longe daquilo que a própria burguesia não se cansa de refazer na sua prática político-ideológica (18).

Estamos longe, aqui, de querer comparar a prática de Pimenta, aparentemente cheia de contradições, mas na verdade, bem coerente com suas intenções, com as daqueles que se integram na luta dentro de uma perspectiva revolucionária, sem oportunismos. Apenas achamos importante ressaltar que as raízes desse comportamento autoritário que há, também, na esquerda, estão próximas de uma visão política bastante estruturada em mo-

(18) Sobre esta questão do autoritarismo, dentro dos partidos políticos de esquerda, é importante as críticas formuladas pelos anarquistas e mesmo toda discussão que, hoje, toma conta das esquerdas, inclusive, as críticas feitas ao leninismo em trabalhos como de Paul Matick, ampliando as críticas iniciais de Rosa Luxemburgo. Vê também, De Decca, Edgar: "O Silêncio dos"

delos inquestionáveis, na sacralização de certos princípios, considerados intocáveis, posição esta que, para nós, dificulta o avanço da luta contra o capitalismo, colocando nesta luta uma camisa de força que restringe seus movimentos e faz da sua teorização uma lógica para iniciados. Para seguidores desta lógica a "certeza" da verdade, para seus críticos, a incerteza da inconsequência de quem não se apropria desta verdade e para o nosso "herói" em questão, recordamos aqui um artigo publicado, no Jornal A Pátria, que expressa bem sua prática política:

" O Sr. Joaquim Pimenta é no cenário político uma espécie de "personagem a cerca d'autore". Ora ele se vira para o lado do proletariado e toma as mais afeitas e demagógicas atitudes (...); não lhe bastando isso, ligou-se ao Sr. José Bezerra, ao Sr. Borba, ao Sr. Nilo Peçanha, aos ativistas do Exército, a Deus, ao diabo, correndo todos os campos sempre in cerca d'autore sem achar nunca quem lhe desse curso legal a efígie heróica.

Que ele perca o seu tempo com o procurar um tutelar, isto é lá com ele e intolância seria exprobarmo-lhes essa mania. Mas o que não seria tolerância mas conveniência imperdoável é o deixá-lo repetir uma após outras as suas sortidas no campo proletário e outras tantas tem ele saído. Sempre que vem, é para levar os ope

Vencidos", São Paulo, Brasiliense, 1981. Em defesa de Lênin, vê os livros de Luciano Gruppi citados na Bibliografia.

rários a qualquer duvidosa campanha política sem relação racional com os interesses do proletariado desiludido, cansado, surrado e desorganizado.

Ele sabe explorar a inclinação que as massas populares do Norte tem para o messianismo e para Canãa que há de vir um dia pela mão de um santo ou de um bandido. Não é uma feia ação, essa de explorar o que há de nobre no caráter de caboclo brasileiro, sua coragem sua fê, sua energia para sacrificá-lo em batalhas mesquinhas de politicagem local, para servir-se dele como se fora um aríete, assalto das posições políticas? " (19).

Mas voltemos a cena política bastante esclarecedora.

Tratou Pimenta de fazer os contatos com Borba e analisar a tensa situação existente, sem descartar " a possibilidade de que viesse o operariado a ser envolvido em luta armada a que fosse arrastado o povo pernambucano, já inquieto e alerta com os indícios ameaçadores de uma intervenção do governo federal na sua política interna "(20). Borba ofereceu armas e munições que foram depois utilizadas, tornando os trabalhadores no braço armado em defesa dos interesses da corrente borbista. Mais uma vez a atitude de Pimenta causou grande rebuliço no meio operário. Conta Cristiano que, a pedido do PCB, teve Pimenta de publicar, no

(19) A Pátria, Rio, 1922.

(20) Pimenta, Joaquim op.cit., pág 291

seu jornal a seguinte nota:

" A propósito de uma local publicada por um matutino há dias, sobre a participação de todos os socialistas de Pernambuco no próximo pleito eleitoral, manda a nossa sinceridade dizer que ao mesmo se manterá estranho a secção com sede nesta capital do PCB, não por espírito de hostilidade ao Dr. Pimenta, mas por uma questão de disciplina decorrente das próprias bases do PCB. Podemos ainda adiantar que as relações existentes entre os membros daquela secção, e as classes trabalhadoras são as mais cordiais " (21).

Os jornais defensores da coligação punham em dúvida a pretensa adesão unânime dos sindicatos operários à candidatura de José Henrique. Preocupado com essas insinuações enviou Pimenta, a uma reunião de militantes e delegados das associações obreiras, a minuta de declaração de solidariedade àquela candidatura. A sua proposta foi refeitada e uma nota foi escrita, visando esclarecer de vez a situação:

" Em uma das últimas explorações feitas pelo jornal a Província em torno de uma local do Diário do Povo de ontem, relativamente à orientação política do PC, cujos os elementos, aliás, mantêm

(21) Diário do Povo, Recife, 26/04/1922.

com o Dr. Pimenta inteira solidariedade pessoal, em qualquer emergência por mais difícil que seja na qual se encontra o brilhante e destemido paladino das liberdades populares "(22).

Era clara a intenção das associações de não quererem se comprometer politicamente com nenhum dos candidatos. Para a surpresa das associações operárias a nota foi publicada no Diário do Povo, 28/04, mas se omitiu o adjetivo pessoal. Pimenta aproveitou-se da nota para sair fortalecido. O lapso de redação ou a omissão propositada foi imediato constatada pelas lideranças operárias, no entanto, segundo Cristiano "qualquer protesto estentoricamente feito, poderia ser interpretado como covardia da nossa parte, diante da luta que se iniciava" (23). Eficou o dito pelo o não dito. O receio de romper com Pimenta e de cindir o operariado foi mais, forte do que evidência de que, na realidade, essa era uma briga de patrões e que ele ficaria de fora quando da hora de auferir as vantagens.

Neste clima de tensão, as comemorações de 1º de maio foram feitas com a preocupação de não lhe ser dada a conotação política (24). Houve uma sessão solene no Teatro do

(22) Cordeiro, Cristiano, op.cit., pág. 17/18

(23) Idem, pág. 18.

(24) O Comitê Operário pró 1º de maio pediu inclusive uma nota, dando seguintes instruções:

- 1 - A ninguém será permitido proferir discursos de caráter político, em usar nos mesmos linguagem agressiva contra quem quer que seja.
- 2 - Cada qual saberá por si mesmo concorrer para que não se-

Parque e passeata pelas ruas. Mas paralelamente a possibilidade de intervenção federal, no Estado, deixava todos preocupados. E havia bons indícios para que essa suspeita não fosse infundada: os destróiers Parã e Sergipe estavam atracados no Porto de Recife; os movimentos das forças militares nos Estados vizinhos eram constantes e a nomeação do coronel Jaime Pessoa para comandante da região militar. Tudo isso formava uma expectativa e as denúncias dos partidários de Borba eram frequentes, tomando como bandeira a necessidade de salvaguardar a autonomia de Pernambuco. Daí a polarização cada vez maior, entre os coligados, defensores da candidatura de Lima Castro, e os que apoiavam José Henrique, chefiados por Manuel Borba.

O clima de violência nas ruas era comum. No dia 10 de maio, Alice Pimenta foi atingida por um estilhaço que causou ferimento no seu tornozelo direito. Armando Gaioso, no seu livro a Verdadeira Verdade, transcreve diálogo que teve com Jaime Pessoa, onde o comandante confessou ter ordem do presidente da República de se necessário bombardear a casa de Joaquim Pimenta. O doutor chegou a passar um tempo refugiado no quartel de cavalaria da polícia, onde contava com a solidariedade e prestígio, devido aos constantes boatos que estavam tramando assassiná-lo. Mesmo assim as eleições foram realizadas no dia 27, com presença de pelotões do Exército nas ruas.

ja perturbada a tranquilidade pública, bem como não consentir entre companheiros, no abuso de bebidas alcoólicas.

3 - Os que por ventura transgredirem estas instruções deverão ser delicadamente advertidos pelos líderes da classe a que pertencem. Comitê estava formado por: João de Carvalho, José de Sant'Ana, João José de Souza, José Rivas, Adolfo Correia, Antonio Pereira da Silva, Pedro Lira.

Mas o clima de agitação e ameaças não arrefeceu. Dois dias depois, as tropas federais tentam tomar de assalto o Diário do Povo. Os quatro operários que lá estavam, reagiram lançando dinamites. No dia seguinte as tropas voltaram e conseguiram seu intento. Os operários José Martins e Antonio Joaquim morreram e os outros dois Inaldo Fonseca e Bertino da Silva escaparam pelos fundos do prédio. A oficina do jornal ficou crivada de balas. Os operários foram transformados em heróis.

Pimenta foi acusado, por uma nota do Catete, de estar, aliado a elementos anarquistas, subvertendo a ordem da cidade, protegido pelas autoridades locais e munido de arma e explosivos. O governador Severino Pinheiro negou qualquer envolvimento com Pimenta. Aliás, a presença de Pinheiro vinha se constituindo um obstáculo para os planos de Borba, pois o primeiro seguia uma linha de apaziguamento e tinha uma postura pouco firme diante do governo federal. Borba desejava ampla apoio do governo estadual para fortalecer sua posição, inclusive ter ao seu lado os soldados da força pública. Mas, felizmente, para os borbistas, Pinheiro licenciou-se do cargo no dia 07/06, passando o presidente da Câmara, Mário Domingues, amigo íntimo de Borba, a ocupar o lugar de governador do Estado. Conta Pimenta, em suas memórias, que, depois disso, ocupou ele, por aluguel ou requisitado pela polícia, vários prédios juntamente com sua gente, todos trabalhadores, armados de rifles americanos, pistolas mausers, e com caixotes de balas e dinamites (25).

(25) Pimenta, Joaquim op. cit., pág 318.

Na verdade, a natureza desse conflito ou aparente conflito, ia se esclarecer, para aqueles que esperavam alguma coisa de gratificante que ultrapassasse os interesses dos grupos políticos dominantes. Estes, os coligados e seus adversários, quando reunidos, atendendo a proposta do Cônego José Alves, deão da Sé de Olinda, assinaram o acordo de pacificação. Agora, esqueciam-se as disputas anteriores, e o nome do juiz federal Sérgio Loreto era apresentado como ideal para ocupar o cargo de governador do Estado (26). A reconciliação estava feita e nem mesmo Pimenta pode dela participar. O acordo do Deão, como ironicamente foi chamado pelo povo, era um novo pacto apenas restrito aos chefes políticos da classe dominante. Ao Diário do Povo coube uma lacônica nota que dizia:

" O operariado sai como entrou, de frente erguida e ainda mais coeso, mais saturado do espírito de solidariedade e de fraternidade obreira, mais forte nas suas convicções " (27).

Realmente, mais uma nota que só mascarava o desgaste político trazido pelo envolvimento nesta disputa,

(26) O manifesto de apresentação da candidatura de Loreto foi assinado por José Bezerra Filho, José Dias, Francisco P. de Queiroz, Borba, Rosa e Silva, Estácio Coimbra, a "fina flor" da classe dominante.

(27) Diário do Povo, Recife, 04/07/1922.

mais agravado ainda pelos fortes boatos que circulavam pela cidade, afirmando que Loreto iria entrar com um forte esquema repressivo ' contra o operariado, não permitindo sua organização e restringindo mais ainda seu espaço político. E o seu governo foi, inegavelmente, um constante pesadelo para classe operária, correspondendo às expectativas negativas que se tinha dele (28).

Apesar de todos os contratempos ocasionados pelas intrigas políticas da classe dominante e ^{de} tão inoportuno apoio que Pimenta deu aos borbistas, levando consigo setores ' da classe operária, o Diário do Povo, publicou uma nota, no dia ' 13/07, do próprio Pimenta negando qualquer envolvimento com representantes da Reação Republicana que, segundo se dizia, estariam em Recife, a fim de manter contactos, objetivando, através de um movimento "revolucionário", impedir a posse de Bernardes na presidência da República. Pimenta confessou, inclusive sua decepção com o Exército, depois do que aconteceu em Pernambuco e afirma: "Entrei na campanha presidencial com o mesmo ardor com que defendo as causas justas, sem pleitear posições perante Nilo Peçanha e disposto a não aceitá-las se não fossem oferecidas " (29).

Na verdade, estava ele bastante desgastado com toda luta anterior, para ele um fracasso político. Várias associações operárias estavam desorganizadas e existia um abatimento geral, diante do acordo feito que desprezou totalmente a ' participação do operariado. O clima de agitação havia se diluído .

(28) Idem, 13/07/1922.

(29) Sobre a repressão no governo Loreto. Vê Pimenta, Joaquim op. cit. pp 336/337-

Em outubro, organizou-se a 2a. Conferência Trabalhista de Pernambuco, onde foi reestruturada a FTP agora com a denominação de União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco. Foi aprovada por unanimidade de votos a resolução seguinte:

" Considerando que a sociedade capitalista é dividida em classes, considerando que os interesses do proletariado são opostos aos interesses da burguesia; a conferência sã compreende a política de classe e condena toda e qualquer política colaboracionista, pelo que faz votos no sentido de que não mais se reproduzam os desvios doutrinários até aqui verificados " (30).

Um novo período de lutas iria iniciar-se, enfrentando toda repressão policial, sob a ordem do governador Sérgio Loreto. O movimento estava, praticamente, dirigido pelos membros do PCB local, preocupados em reorganizá-lo e evitar que se engajasse em lutas, totalmente, desinteressantes para a classe operária. Pimenta ainda tentou levar adiante uma greve na Tramways sem sucesso, como também fracassou sua tentativa posterior de 1924 eleger-se deputado. Foi para o Rio onde colaborou com o governo Bernardes e , mais tarde, teve saliente papel na elaboração da le

(30) Cordeiro, Cristiano, op. cit. pág.15

gislação social pós-30, sobretudo na Lei do Sindicato Único (31).

As experiências adquiridas nas lutas políticas no período analisado, se davam às lideranças da classe operária um testemunho da necessidade de evitar toda e qualquer política colaboracionista, visando manter a sua unidade e autonomia, não impediram, no entanto, que novas frentes fossem estabelecidas ao longo de toda História Política de Pernambuco e que a pequena-burguesia continuasse desempenhando um papel importante na sua formação (32). Ideologicamente, os comunistas passaram a ser a força mais progressista, embora atuando, quase sempre, clandestinamente, na organização da classe operária. E não seria exagero afirmarmos que, diante de uma dominação política extremamente conversadora, os primeiros tempos de luta da classe operária foram mais caracterizados por uma luta de resistência contra a exploração desmedida do que propriamente pela possibilidade de uma modificação do regime político da época. Além disso, os acenos políticos dos governos não passavam de manobras interesseiras, pois longe estava de se avançar nas propostas sociais ou mesmo políticas que, pelo menos, procurassem dar legitimidade popular ao próprio processo de escolha dos governantes. E diante disso, o descrédito era geral, como bem colocavam esses versos populares:

(31) Foi comum a presença de intelectuais pequeno-burgueses que, na década de vinte, atuaram junto a classe operária e depois se incorporaram ao esquema governista como autênticos intelectuais orgânicos da classe dominante.

(32) Vê o livro de Cavalcante, Paulo: "Memórias: o caso em conto" como o caso foi; da coluna Prestes a queda de Arraes", Alfa Omega, São Paulo, 1978.

Gunverno ẽ sũ gunverno
 Prũ povo sũ dũ cipũ,
 Por cima muita farofa,
 Por baixo mulambo sũ.

Também Cristiano Cordeiro, em artigo publicado no Movimento Comunista, imbuído da nova orientação, reforçava a sua denúncia contra "a ilusão da democracia" que tinha levado o movimento operário, em alguns momentos, "ã prática do princípio colaboracionista, espécie de política de paz e concórdia entre as vítimas e os carrascos que permite, em síntese a exploração pacífica do trabalho pelo capital" (33). Agora era "necessário incutir no ânimo das massas exploradas do trabalho :- guerra de classe ! guerra de classe ! por toda parte e sempre "pois a guerra de classe não ẽ um mito, como sucede parecer aos obcecados pela democracia, mas um fato teoricamente demonstrável pelo estudo da História e , praticamente, apreciável pela experiência da vida mesma " (34). Reolocava-se, portanto, de maneira direta, a contradição que marcava a sociedade capitalista que torna uma ilusão qualquer tentativa de harmonizar os interesses da burguesia com a classe operária. Antes de encantar-se com o mito da democracia burguesa e conduzir o operariado neste sentido, lutava-se pela sua autonomia política, como melhor caminho para combater a explo

(33) Cordeiro, Cristiano: "Guerra de classe e Democracia" in Movimento Comunista, Rio, 08/09/1922.

(34) Idem.

ração. Foi essa, em tese, a estratégia inicial que orientou a luta política do PCB, em Pernambuco, embora na prática ela sofresse reformulações. (35). E são, justamente, essas reformulações, circunstanciais e táticas, para alguns, ou verdadeiros desvios reformistas para outros, que têm provocado polêmicas diversas e questionado toda a prática política da esquerda brasileira e sua estratégia revolucionária.

(35) Existem inúmeras críticas e atuação do PCB, (ao seu reformismo, ao seu atrelamento a União Soviética), mas há uma carência de trabalhos centrados em pesquisas históricas que possam reavaliar o que ele representou como partido da classe operária na teoria e na prática. É interessante sobre isso a entrevista com Salomão Malina, publicada na Revista Temas, nº 10, 1981 pág. 35.

A N E X O S

OFÍCIO DA UNIÃO DOS CARVOEIROS

"Ilmos.Srs.

Aquino Fonseca & Cia.

A Sociedade União dos Carvoeiros vem pelo presente apresentar a VVSS. a nova tabela de horários de serviço aprovado pela Assembléia Geral extraordinária, convocada no dia 22/09 do corrente ano.

Eis a tabela seguinte:

Começará o serviço às 8 hs da manhã e terminará por completo às 4 da tarde, tendo o intervalo de 1 hora para a nossa refeição (de 10 às 11), sendo que para o serviço a bordo será o começo às 7 1/2 largando-se o serviço às 3 1/2, sendo que as 2 1/2 horas, de 7 1/2 às 8 e de 3 1/2 as 4, será exclusivamente para condução e arrumação das lanchas para bordo e para terra, terminando todo serviço às 4 horas da tarde.

O serviço da noite obedecerá o mesmo horário e praxes determinadas no serviço do dia. O serviço de furação de barca, porão de navio, deve obedecer a tabela de preço de estiva. O serviço fora da barca presentemente podemos obedecer o mesmo horário e tabela de preço de estiva, sendo considerado as "meias viagens"

Recife, 23/09/1918

A Comissão

RESPOSTA AO OFÍCIO DA UNIÃO DOS CARVOEIROS.

" Em resposta ao ofício da Sociedade União dos Carvoeiros, datado de 23 andante, as firmas abaixo-assinadas apresentam as seguintes condições relativamente ao serviço de carvão neste porto, as quais serão as mesmas a vigorar depois da combinação feita em 12/09/1917 com a intervenção do Exmo. Sr. João José Figueiredo, então M.D. Presidente da Associação Commercial com a diferença de serem os salários aumentados em 1\$000 por dia e 2\$000 por dia ou noite feriada.

As condições são:

1º - Dia completo- o serviço principiarã as 6 1/2 horas e termina às 17 1/2 horas, tendo os carvoeiros uma hora para refeição . Salário 7\$000.

Meio dia - de 6 1/2 horas às 13 horas com uma hora para refeição, ou de 12 horas às 17 1/2 horas, sem hora para refeição . Salário 3\$500.

Domingos, dias feriados e santificados, vigorará o mesmo horário. Salário 14\$000 por dia e 7\$000 por meio dia.

Serviço à noite - o serviço principiarã às 18 1/2 horas e terminará a 1 hora para Salário 7\$000.

2º - As sacas com carvão deverão ter o peso mínimo de 45kg, brutos.

39 - Ficarã abolida no serviço a ação dos fiscais.

49 - O carvoeiro, terminando determinado serviço, ficarã a dispo_{si}ção da casa para outro qualquer serviço que se relacione com ' as suas funções.

59 - Os dias santificados e feriados a que se refere são : domin_{gos} 1/1, 13/5, 24/6, 7/9, 15/11, 8 e 25/12 e 6a. feira da paixão.

69 - Continuarã em vigor as demais praxes estabelecidas.

Recife, 02/09/1918

Antonio Fonseca e Cia.

DANTAS BARRETO E O PROLETARIADO (1)

A causa republicana que triunfou esplendorosamente em Pernambuco, ressurgindo as energias cívicas do povo e quebrando os elos de uma tremenda escravidão, encontrou, francamente, no proletariado hodierno, o mais decidido apoio, o mais franco acolhimento.

Foi nas choupanas dos obscuros trabalhadores, nas oficinas, nas associações de classe, em toda parte, enfim, que o nome de Dantas Barreto recebera a sagração sincera dos trabalhadores que arcando, muitas vezes, com os embates das opiniões, erguiam-se soberanamente, proclamando o seu nome como salvador dos brios de uma terra outrora forte e ativa, nas pugnas memoráveis de 17 e 48.

E da propaganda dos oficinas dos conciábulo das fábricas, cada vez mais se corporificava a aspiração republicana, até que um dia, vitoriosa nas urnas, teve a mais esplendente realidade.

Não é para nenhum de nós desconhecida a atitude dos operários de Recife diante desta nobilíssima campanha que nos trouxe o incorruptível republicano que, glorificado por um povo inteiro, está reconstruindo a terra pernambucana, reerguendo os seus brios, fazendo-a, enfim, triunfar na senda gloriosa do progresso.

Pernambuco ressurgiu e das suas energias, hoje, retemperadas pelo mais belo dos sentimentos, pode-se dizer, entra na fase mais perfeita do progresso, tomando parte no grande banquete da civilização.

Dantas Barreto aí está e com ele essa enorme onda de trabalhadores, de proletários que movimentando Recife, nas épocas em que seu nome era apontado como a única salvação' desta terra, constituía o maior dos crimes, o maior dos perigos.

Dantas Barreto, aí está vós que trabalhastes pela sua candidatura, vós que afrontastes todos os perigos vós que não medistes sacrifícios, pelos sacrifícios de vossa fé republicana, ajudai-o agora a erguer cada vez mais o princípio de liberdade que seu fecundo governo encerra.

João Ezequiel

(1) in A República, Recife, 24/07/1912.

MANIFESTO AOS TRABALHADORES DE PERNAMBUCO. (1)

Nesta hora de profundas amarguras em que o tacão policial cai terrível em cima de nós, é para ti, Pernambucano, que se volta a minha alma, é para vós trabalhadores pernambucanos que solto este grito - cerrar fileiras!

Foi aí, nessa terra querida que sempre recorro com profunda saudade, comecei a abrir os olhos à luz e a beleza.

Foi aí que sonhei os primeiros sonhos rebeldes, que bebi as primeiras noções filosóficas e que minha mente abriu para os mundos do pensamento.

Pernambuco terra de heróis e mártires, estás fadada a tomar a dianteira do movimento revolucionário no Brasil. Tua história, uma das mais belas do mundo foi feita através dos arrancos grandiosos do movimento subversivo; agita todo o Norte, desde o Amazonas à Bahia, com a vossa palavra onde lateja o mesmo másculo vigor que destruiu as hostes holandesas.

De pé, leão nortista!

A hora vai soar. A grande hora das batalhas em prol da Revolução da Humanidade ...

(1) in A Hora Social, Recife, 31/07/1920

Nem burgueses, nem políticos, nem sacerdotes, nem generais ... Esses homens representam coisas velhas, engrenagens doutro tempo, relíquias doutra idade. O momento histórico é rubro, porque rubro é o estandarte da Anarquia.

Para construir o mundo novo, é imprescindível derrubar o mundo velho.

Pois bem, Pernambuco, terra do meu coração, é preciso soltar o grito:

- Abaixo a sociedade burguesa !

Pio, 23/07/1920

Otávio Brandão.

DEMOCRACIA E SINDICALISMO (1)

Por toda parte, pode dizer-se, triunfa a democracia. As liberdades públicas, tão ansiadas, afirmaram-se, depois da grande convulsão dos fins do século XVIII, nos espíritos mais conservadores e são hoje, na generalidade, um fato. Os próprios impérios capitulam diante da onda popular, e o operariado e o trabalhador, o assalariado e o produtor que foram quem, na realidade, as implantou e por elas pagaram a vida, devem aproveitá-las com o altivo desassombro do conquistador para a derradeira batalha decisiva, lançando no chão, ainda úmido do seu sangue, a semente da vitória de amanhã, a sua emancipação, complemento da vitória de ontem.

Não durma o trabalhador, à sombra dos lucros colhidos, e considera que a mais angustiada jornada está ainda por fazer a democracia sendo apenas o transpor da odiosa fortaleza de ouro cimentada com o sangue das raças escravas, onde degluti do começo das idades o insaciável devorador de quanto o esforço humano vai produzindo. A democracia não pode satisfazê-lo. A democracia não pode ser o seu fim.

O operariado é inegavelmente, beneficiado de certas reformas pelo regime democrático, mas esses benefícios só atingem dum modo indireto, i.é., não propriamente como clas

(1) in A Hora Social, Recife, 11/12/1920.

se, mas dentro de uma expressão global e coletiva do povo. Não ' pois a democracia, o regime onde estejam definidas todas as aspi^{rações} das classes oper^{árias}, assentando como assenta uma base ' equívoca. Nesta hora adiantada de progresso, a invocação da fórmula liberal, em que se apoiam as democracias, começa a cair no ' descrédito que soçobrou o princípio basilar das monarquias. Se o direito divino era um absurdo que capitulou perante o livre exame e a soberania popular é uma abstração que não corresponde 'mais' a realidade do atual momento histórico, em que se determinam cor^{rentes} de diferenciação cada vez mais pronunciadas nesse agregado amorfo que se chama povo. A democracia é ainda, como no antigo regime, o governo do patrão, do rico, do explorador, cujos interesses estão em absoluto antagonismo com os da massa que produz.

O nosso operariado sabe-o bem, A ' sua vitória foi apenas uma vitória moral. As vantagens econômicas recolheram-nas os políticos que quinhoaram entre os despojos da batalha. E se o operário quis melhorar um pouco sua situação teve de lançar-se violentamente no caminho da luta entre o coro das ' imprecações.

AOS TRABALHADORES DO CAMPO (1)

A vós que ainda sois mais infelizes porque mais ignorantes e mais barbaramente explorados do que os outros trabalhadores da capital, dirigimos estas linhas sobre as quais pedimos que mediteis.

Não é só com o trabalho de vossos braços que alcançam fortuna e posição social os senhores da terra que fecundais com o vosso amor, é também a custa dos votos com que concorréis nas eleições, a força única em que figurais de cidadãos livres, porque lhes convém que o pareçais. É com a fabricação da vossa vontade que se fazem esses deputados e senadores e governadores, a engrenagem maldita que perpetua o jugo sob o qual gemeis como vis escravos.

Recusai-vos com firmeza a que vos explorem a alma àqueles que vos exploram o corpo.

Não voteis nunca ou votai somente em quem entenderdes que mereça voto.

Operários da Cidade.

(1) Diário do Povo, Recife, 10/04/1922.

BIBLIOGRAFIA

- Baer, Werner: A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio, Getúlio Vargas, 1975, 2a. Edição.
- Basbaum, Leôncio : História Sincera da República, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976
- Bezerra, Gregório : Memórias, Vol. I, Rio, Civilização Brasileira, 1980, 3a. Edição.
- Buci-Glucksmann, Cristine : Gramsci y el Estado, México, Siglo XXI, 1978.
- Cardoso, Fernando Henrique : "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social", Revista Brasiliense, maio/junho, São Paulo, 1962
- Castro, Ana Célia : As Empresas Estrangeiras no Brasil (1860/1913), Rio, Zaar, 1979.
- Cavalcanti, Paulo : Memórias: o caso eu conto, como o caso foi, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- Costa Porto, José da : Os Tempos de Rosa e Silva, Recife, Universitária, 1970.
- _____ . Os Tempos de Dantas Barreto, Recife, Universitária 1973.
- _____ . Os Tempos de Estácio Coimbra, Recife, Universitária, 1977.
- De Decca, Edgar: O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Dulles, J.F. : Anarquistas e Comunistas no Brasil, Rio, Nova Fronteira, 1977.
- Fausto, Bôris : Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1976
- _____ . " A crise dos anos 20 e a Revolução de 30", in ' Brasil Brasil Republicanom Vol. I, São Paulo, 1977.
- Freyre, Gilberto : Ordem e Progresso, Rio, José Olímpio, 1958' 2a. Edição.
- Fiori, Giuseppe : A Vida de Gramsci, Rio, Paz e Terra, 1979.

- Gramsci, Antonio : Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio Civilização, 1978, 2a. edição.
- _____ . Il Risorgimento, Roma, Riuniti, 1975, 4a. edição.
- Gruppi, Luciano : O Conceito de Hegemonia em Gramsci, Rio, Graal, 1978-
- _____ : O Pensamento de Lênin, Rio , Graal, 1979.
- Guérin, Daniel et alli : O Anarquismo e a Democracia Burguesa, São Paulo, Global, 1979.
- Ianni, Octávio : "O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil", in' Temas, vol. x, São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- Lênin, V.: Que fazer?, São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____ . Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo, São Paulo, Símbolo, 1978.
- _____ . O Estado e a Revolução, Rio, Diálogo,
- _____ . Duas Táticas da Social-Democracia, Livramento, 1978.
- Levine, Robert: Pernambuco in Brazilian-Nation (1889-1937), Stanford, University Press, 1978.
- Lima Castro, Eduardo de : Memórias de um Político Pernambucano, Rio, O Cruzeiro, 1955
- Luxemburgo, Rosa: Escritos Políticos, Barcelona, Grijalbo, 1977.
- Martins de Albuquerque : L'Etat, le Capitalisme et la Structure du pouvoir au Brésil Jusqu'à 1930 , Paris, Memória apresentada a Universidade de Paris I, I.E.D.E.S., 1978.
- Marx, Karl : El Capital , México, Fundo de Cultura, 1974.
- _____ . Engels, F. Textos, Vols. I e III, São Paulo, Alfa-Ômega, 1974
- Mattick, Paul : Pebeldes y Renegados (La función dos intelectuales y la crisis del movimiento obrero). Madrid, Icaria, '1978'.

- Moreira, Aluísio : "A Greve de 1917", Recife, 1979, mimeog.
- Nascimento, Luís do: História da Imprensa de Pernambuco, Recife Universitária, 1975.
- Pimenta, Joaquim : Retalhos do Passado, Rio, Coelho Branco, 1949
- _____ : Sociologia Econômica e Jurídica do Trabalho, Rio ' Freitas Bastos, 1954, 4a. Edição.
- Perruci, Gadiel : A República das Usinas, Rio, Paz e Terra, 1978
- Pinheiro, Paulo Sérgio: "Revisão do Trabalho Industrial no Brasil" in Estudos Cebrap (14), São Paulo, Brasiliense, 1975
- _____ . " O Proletariado industrial na 1a. República" in História Geral da Civilização Brasileira, Vol II, Tomo III São Paulo, Difel, 1975.
- _____ . et Hall, Michael: A Classe Operária no Brasil (1889 -1930), Vol. I (O movimento Operário), São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- Pereira, Astrojildo: Ensaio Histórico e Político, São Paulo , Alfa-Ômega, 1979.
- Poulantzas, Nicos: L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme, Paris, PUF, 1978.
- Portantiero, Juan Carlo: "Los usos de Gramsci" in Gramsci y las Ciencias Sociales, Buenos Aires, Siglo XXI, 1977
- Rodrigues, José Albertino: Sindicalismo e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia, 1968.
- Rodrigues, Edgar: Nacionalismo e Cultura Social, Rio, Laemmert, 1972.
- _____ . Alvorada Operária, Rio, Mundo Livre, 1979.
- _____ . Trabalho e Conflito.
- Rego, José Lins do: O Moleque Ricardo, Rio , José Olímpio, 1956, 5a. edição.
- Silva, Hélio: História da República, São Paulo, Editora Três, ' 1975.
- Singer, Paul: Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São ' Paulo, Nacional, 1969.

- Souza Barros, Manoel: A Década de Vinte em Pernambuco, Rio, Paralelo, 1969
- Torre, Juan Carlo: "Esquema de Análise de los movimientos laborales en América Latina", São Paulo, 1978, mimeog.
- Thompson, E.P.: Tradicion, Revuelta y Consciencia de Classe, Barcelona, Crítica, 1979.
- Theimer, Walter: História das Idéias Políticas, Lisboa, Arcádia, 1970.
- Woodcock, George: O Anarquismo, Lisboa, Meridiano, 1962.
- Wanderley, Maria de Nazareth: Capital e Propriedade Fundiária, Rio, Paz e Terra, 1978.
- Zaidan, Michel : "A Elaboração de uma Política Social Estatal na Década de 20". Comunicação apresentada na 33a. Reunião Anual da S.B.P.C., Salvador, 1981.
- _____ . et Rezende, Antonio Paulo : " Notas sobre a formação do PCB em Recife, comunicação apresentada na XI Reunião Nacional da ANPUH, João Pessoa, 1981.
- Werneck Vianna, Luís: Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio Paz e Terra, 1976-

JORNAIS: 1- A "Grande Imprensa"

- A República, Recife, 1911 a 1914
- A Província, Recife, 1917/1918
- Jornal do Comércio, Rio, 1919 a 1922
- Jornal do Comércio, Recife, 1921/1922
- Jornal de Pernambuco, Recife, 1914/1915 e 1919/1921
- A Ordem, Recife, 1917/1918
- Jornal Pequeno, Recife, 1911/1912/1919/1921/1922
- O Diário do Povo, Recife, 1921/1922

2- Imprensa Operária

- Aurora Social, Recife, 1901/1907
- União Operária, Recife, 1906
- A Hora Social, Recife, 1919/1920
- Tribuna do Povo, Recife, 1918/1919
- A Voz do Trabalhador, Rio, 1913/1915

- A Plebe, São Paulo, 1917/1919/1920.
- A Voz do Povo, Rio, 1920
- Ceará Socialista, Fortaleza, 14/07/1919
- O Combate, Fortaleza, 12/06/1921
- Movimento Comunista, Rio, 1922/23
- Novos Rumos, Rio, 1962.

OUTRAS FONTES

- Anais da Câmara do Estado de Pernambuco
- Almanaque de Pernambuco (1890-1922)
- Correspondência com Cristiano Cordeiro
- Relatórios do Projeto UNICAMP/FINEP sobre "Fontes para o estudo da Industrialização no Brasil (1889-1945)
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (1939/45)